



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Raniery Guilherme José Vicente**

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS BEM-SUCEDIDAS: O REVERSO DA EVASÃO**

**BRASÍLIA – DF**

**2015**

**Raniery Guilherme José Vicente**

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS BEM-SUCEDIDAS: O REVERSO DA EVASÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação-Modalidade Profissional, para a conclusão do curso de Mestrado Profissional em Educação, da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de mestre.

**Área de concentração:** Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Olgamir Francisco de Carvalho

**BRASÍLIA – DF**

**2015**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Gt            Guilherme José Vicente, Raniery  
              Trajetórias educacionais bem-sucedidas: o reverso  
da evasão / Raniery Guilherme José Vicente;  
orientador Olgamir Francisco de Carvalho. --  
Brasília, 2015.  
              127 p.

              Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em  
Educação) -- Universidade de Brasília, 2015.

              1. Permanência. 2. Licenciaturas. 3.  
Desigualdades sociais. 4. Institutos Federais. I.  
Francisco de Carvalho, Olgamir, orient. II. Título.

**RANIERY GUILHERME JOSÉ VICENTE**

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS BEM SUCEDIDAS: O REVERSO DA EVASÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para o curso de Mestrado Profissional da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de mestre, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Olgamir Francisco de Carvalho.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Olgamir Francisco de Carvalho - Orientadora  
Faculdade de Educação - UnB

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria da Conceição da Silva Freitas – Membro interno  
Faculdade de Educação – UnB

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Gerson de Souza Mól – Membro externo  
Instituto de Química

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Hélvia Leite Cruz - Suplente  
Faculdade de Educação - UnB

**Trabalho aprovado em: 16/12/2015**

**BRASÍLIA – DF**

**2015**

# DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa Elisvânia, pelo incentivo e compreensão. A Brendha e Kamila, filhas queridas. À minha mãe Maria de Lourdes e meus irmãos Ranielman e Regiani, pessoas importantíssimas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pela proteção e por ter me dado ânimo e coragem para chegar até aqui.

A minha esposa Elisvânia e as minhas filhas Brendha e Kamila, pela paciência, incentivo, amor e apoio.

Ao Professor Cláudio Montalvão e a Professora Ivy Daniela, pelo apoio dado e por ter dado total liberdade para pesquisar no IFNMG – Campus Januária.

A Prof. Dr<sup>a</sup>. Olgamir Francisco de Carvalho, pela valiosa orientação e contribuições na realização do trabalho.

Aos Professores Dr. Bernardo Kipnis, Remi Castioni, Albertina Mitjás e Gláucia Melasso, pelas ricas aulas e sugestões para a realização desde trabalho.

A João Felipe, esposo da Terezinha, pelo apoio.

A Nonato, pela colaboração quando precisamos nos hospedar em Brasília – DF.

Aos colegas de turma, pelos dias felizes que passamos juntos, especialmente a Cláudio Gusmão, Aelejancer, Fabiene Brito, Rosilândia, Terezinha e Jaqueline pelo companheirismo e apoio.

Aos Acadêmicos das licenciaturas do IFNMG Campus Januária por aceitarem participar da pesquisa, em especial aos alunos que participaram das entrevistas.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho objetiva conhecer os fatores que contribuem para a permanência de estudantes provenientes de famílias menos favorecidas economicamente nos cursos de licenciatura do IFNMG – Campus Januária. Os cursos em questão apresentam índices altos de evasão e espera-se, com o estudo, contribuir para que mais alunos permaneçam e alcancem sucesso no ensino superior. Diferente da abordagem predominante na Sociologia tradicional que estuda a questão da evasão com foco no fracasso escolar, procura-se aqui entender o fenômeno, a partir do sucesso escolar de alunos de camadas populares na educação superior. Trata-se de um estudo qualitativo, complementado com dados quantitativos, caracterizando-se como estudo de caso. Por meio de questionários aplicados aos alunos, procurou-se conhecer o perfil desses estudantes. São, em sua maioria, jovens de até 24 anos de idade, do sexo feminino, solteiros, sem filhos, não exercem atividade remunerada, estudaram sempre em escolas públicas, de famílias com renda familiar de até três salários mínimos mensais e com pouca vivência cultural. O primeiro período do curso se apresenta como crucial, em que as necessidades de moradia, alimentação, transporte, roupas e material didático se apresentam e ameaçam a permanência do estudante. Quanto aos fatores que tem contribuído com a permanência na instituição, se sobressaem: a mobilização familiar, a assistência estudantil, o PIBID, o PIBIC, o refeitório da instituição, as aulas práticas em laboratórios, a oferta de disciplinas básicas e as atitudes pessoais (vontade de vencer, persistência, dedicação, etc.). A profissão docente não é atrativa em nosso país, as condições de trabalho são precárias, os salários são baixos e os próprios professores, quando na realização do estágio obrigatório, nas atividades do PIBID ou mesmo durante as aulas na instituição, incentivam os estudantes a não seguirem a carreira do magistério. Percebeu-se que a instituição tem recebido alunos sem propósitos e objetivos definidos, com lacunas de aprendizagem do ensino básico e com muitas dificuldades econômicas, fatores que têm contribuído para a evasão. Propôs-se a composição de uma equipe multidisciplinar responsável por acompanhar melhor os alunos das licenciaturas quanto ao desempenho e propor ações e projetos para assegurar que os alunos tenham trajetórias bem-sucedidas nesses cursos.

Palavras chaves: Permanência. Licenciaturas. Desigualdades sociais. Institutos Federais.

## ABSTRACT

This study aims to know the factors that contribute to the permanence of students from economically disadvantaged families in undergraduate courses at IFNMG - Campus Januária. The courses involved have high rates of evasion and, we intend, with this study, to contribute so that more students stay and achieve success in higher education. Unlike the predominant approach in traditional Sociology, that studies the issue of evasion focusing on school failure, what we seek here is to understand the phenomenon from the academic success of students of lower economic classes in higher education. It is a qualitative study, supplemented with quantitative data, being characterized as a case study. By means of questionnaires given to students, we tried to know the profile of these students. They are mostly young people up to 24 years old, female, single, with no children, that do not have a paid work, who have always studied in public schools, from families with incomes up to three minimum wages and with little cultural experience. The first period of the course is presented as crucial, and this is the time where the necessity of a proper house, food, transportation, clothing and educational materials are presented and threaten the student's permanence. As for the factors that have contributed to the students' permanence in the institution, some stand out: the family mobilization, student assistance, the PIBID, the PIBIC, the cafeteria of the institution, practical classes in laboratories, provision of basic disciplines and personal attitudes (desire to succeed, persistence, dedication, etc.). The teaching profession is not attractive in our country, the working conditions are quite precarious, wages are low and the teachers themselves, when in performing the compulsory internship in the PIBID activities or even during classes at the institution encourages students not to follow the teaching career. It could be seen that the institution has received students without purposes and defined goals, with learning gaps of basic education and with many economic difficulties, factors that have contributed to evasion. It was proposed the creation of a multidisciplinary team responsible for better monitoring the students of undergraduate education regarding the performance and for undertaking actions and projects to ensure that students have successful careers in these courses.

Key words: Permanence. Undergraduate. Social differences. Federal Institutes.

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação segundo a Categoria Administrativa - Brasil - 2003/2013 .....	20
Gráfico 2 - Número de Ingressos por Total Categoria Administrativa, segundo o Grau Acadêmico – Brasil 2003/2013 .....	20
Gráfico 3 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa, segundo o Grau Acadêmico – Brasil 2003/2013 .....	21
Gráfico 4 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação a Distância por Categoria Administrativa, segundo o Grau Acadêmico – Brasil 2003/2013.....	22
Gráfico 5 - Número de Matrículas em Cursos de Licenciatura por Modalidade de Ensino e Categoria Administrativa, segundo o Grau Acadêmico – Brasil 2003/2013 .....	22
Gráfico 6 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação em IES públicas federais – Brasil 2007/2013.....	24
Gráfico 7 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação a distância em IES públicas federais – Brasil 2003/2013 .....	25
Figura 1 - Mapa da área de abrangência do IF do Norte de Minas Gerais.....	60
Gráfico 8 - Transporte utilizado pelos alunos.....	66
Gráfico 9 - Situação de moradia dos estudantes .....	67
Gráfico 10 - Escolaridade do pai.....	68
Gráfico 11 – Escolaridade da mãe .....	68
Gráfico 12 - Renda do grupo familiar. ....	69
Gráfico 13 - Antecedentes escolares.....	70
Gráfico 14 - Turno preferencial .....	71
Gráfico 15 - Atividade acadêmica remunerada.....	72
Gráfico 16 - Expectativas de atuação após a formatura .....	73
Gráfico 17 - Expectativas quanto à educação continuada .....	74
Gráfico 18 - Expectativas quanto ao exercício da profissão.....	74

## **LISTRA DE QUADROS**

<b>Quadro 1 - Estrutura Organizacional da Educação Profissional e Tecnológica nos IFs.....</b>	<b>44</b>
<b>Quadro 2 - Resumo dos Esquemas I e II .....</b>	<b>45</b>
<b>Quadro 3 - Dados sobre as licenciaturas do IFNMG - Campus Januária .....</b>	<b>48</b>
<b>Quadro 4 - Modalidades dos Auxílios e valores .....</b>	<b>52</b>
<b>Quadro 5 - Cursos oferecidos pelo IFNMG .....</b>	<b>61</b>
<b>Quadro 6 - Estudantes com filhos .....</b>	<b>65</b>
<b>Quadro 7 - Distância entre a moradia e o IFNMG - Campus Januária .....</b>	<b>66</b>
<b>Quadro 8 - Identificação dos entrevistados .....</b>	<b>75</b>
<b>Quadro 9 - Local de origem do entrevistado .....</b>	<b>75</b>
<b>Quadro 10 - Escolaridade e ocupação dos pais .....</b>	<b>76</b>
<b>Quadro 11 - Fatores de evasão individuais dos estudantes. ....</b>	<b>95</b>
<b>Quadro 12 - Fatores de evasão internos à instituição .....</b>	<b>95</b>
<b>Quadro 13 - Fatores de evasão externos à instituição .....</b>	<b>95</b>
<b>Quadro 14 - Razões das desistências dos colegas de turma, segundo a opinião dos entrevistados.....</b>	<b>96</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1 - Número de matrículas de Graduação em Licenciatura, frequência segundo os de Graduação em Licenciatura que possuem os maiores números de alunos - Brasil – 2013.....</b>	<b>28</b>
<b>Tabela 2 - Estudantes, segundo sexo, idade, raça/cor/etnia e situação conjugal .....</b>	<b>64</b>
<b>Tabela 3 - Estudantes que trabalham. ....</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 4 - Curso em que está matriculado, segundo o sexo. ....</b>	<b>70</b>
<b>Tabela 5 - Participação em atividades extraclasse. ....</b>	<b>72</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**

**CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

**CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica**

**CENSUP - Censo da Educação Superior**

**EAF – Escola Agrotécnica Federal**

**ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio**

**ETV's - Escolas Técnicas Vinculadas**

**FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**

**FIC - Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores**

**IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

**IES – Instituição de Ensino Superior.**

**IFES – Instituição Federal de Ensino Superior.**

**IFNMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.**

**IFs – Institutos Federais**

**IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)**

**INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira**

**LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**

**MEC- Ministério da Educação**

**OCDE - A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**

**PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional**

**PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica**

**PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**

**PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil**

**PNE – Plano Nacional de Educação.**

**PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.**

**REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**

**ProUni - Programa Universidade para Todos**

**Sesu/MEC - Secretaria de Educação Superior/ Ministério da Educação e do Desporto**

**SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**

**SINAES - Sistema de Avaliação da Educação Superior**

**UAB – Universidade Aberta do Brasil**

**UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais**

**UFPI - Universidade Federal de PiauÍ UFPI**

**UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**UFF - Universidade Federal Fluminense**

**UFTPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná**

**USP- Universidade de São Paulo**

## SUMÁRIO

<b>FICHA CATALOGRÁFICA.....</b>	<b>3</b>
<b>DEDICATÓRIA.....</b>	<b>5</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>6</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS.....</b>	<b>9</b>
<b>LISTRAS DE QUADROS.....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>19</b>
<b>ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 Alguns elementos caracterizadores da educação superior brasileira.....</b>	<b>19</b>
<b>1.2 O Sucesso escolar no ensino superior de jovens de camadas populares.....</b>	<b>29</b>
<b>1.3 As políticas públicas de permanência estudantil na educação superior brasileira.....</b>	<b>38</b>
<b>1.3.1 Assistência estudantil.....</b>	<b>38</b>
<b>1.3.2 O PIBID.....</b>	<b>41</b>
<b>1.4 A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a oferta da educação superior.....</b>	<b>42</b>
<b>1.4.1 O desafio da formação de professores no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....</b>	<b>44</b>
<b>1.4.2 A formação de professores no IFNMG – Campus Januária.....</b>	<b>47</b>
<b>1.4.3 Assistência Estudantil do IFNMG.....</b>	<b>50</b>
<b>1.4.4 O PIBID no IFNMG – Campus Januária.....</b>	<b>52</b>
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>54</b>
<b>FATORES DE PERMANÊNCIA DE ALUNOS NAS LICENCIATURAS DO IFNMG – CAMPUS JANUÁRIA.....</b>	<b>54</b>
<b>2.1 O tipo de pesquisa: a abordagem metodológica.....</b>	<b>54</b>
<b>2.2 População e composição da amostra.....</b>	<b>55</b>
<b>2.3 A coleta de dados.....</b>	<b>55</b>
<b>2.3.1 O questionário estruturado.....</b>	<b>55</b>
<b>2.3.2 A realização das entrevistas.....</b>	<b>56</b>
<b>2.4 A análise e a interpretação dos dados coletados.....</b>	<b>58</b>

<b>2.5</b>	<b>O IFNMG – Campus Januária: o lócus da pesquisa.....</b>	<b>59</b>
<b>2.6</b>	<b>A cidade de Januária – MG.....</b>	<b>62</b>
	<b>Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa.....</b>	<b>64</b>
<b>2.7</b>	<b>Quem são os alunos das licenciaturas do IFNMG – Campus Januária? .</b>	<b>64</b>
<b>2.8</b>	<b>As trajetórias escolares dos alunos.....</b>	<b>75</b>
<b>2.9</b>	<b>Analisando trajetórias e percepções.....</b>	<b>87</b>
	<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>99</b>
	<b>SERVIÇO DE APOIO AO ALUNO DAS LICENCIATURAS DO IFNMG – CAMPUS JANUÁRIA – SAAL.....</b>	<b>99</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>103</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>108</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>118</b>
	<b>SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NO IFNMG – CAMPUS JANUÁRIA.....</b>	<b>118</b>
	<b>AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NO IFNMG – CAMPUS JANUÁRIA .....</b>	<b>120</b>
	<b>QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS DOS CURSOS DE LICENCIATURAS DO IFNMG – CAMPUS JANUÁRIA.....</b>	<b>121</b>
	<b>ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA ESTUDANTES QUE PERMANECEM NOS CURSOS DE LICENCIATURA .....</b>	<b>126</b>

## INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior no Brasil ainda é marcado por uma forte desigualdade. O acesso e a permanência em cursos universitários para os estudantes de camadas populares não são algo natural como para os jovens de classe média. Além da questão do acesso ao ensino superior, uma questão preocupante é a qualidade das condições de permanência dos alunos mais pobres da população nesse nível de ensino. Estudos apontam que há estudantes tão carentes que, mesmo em instituições gratuitas, dependem de políticas públicas para a continuidade dos estudos.

Como docente dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG Campus Januária percebo e incomoda o elevado número de estudantes que abandonam e o baixíssimo número desses que conseguem concluir os estudos, principalmente dos cursos de Matemática e Física, cursos com número de evasão acima da média nacional.

Estudiosos de trajetórias escolares de estudantes de camadas populares, como Portes (1993; 2000; 2001) e Zago (2006), entre outros, investigaram jovens em situação socioeconômica desfavorável que conseguiram aprovação em vestibulares para cursos de Universidades públicas de elevada seletividade. Verificaram que, entre outros fatores, a família e principalmente a mãe, teve papel fundamental para o sucesso desses estudantes, tanto no acesso como na permanência nos cursos.

O nosso estudo se propôs entender trajetórias de sucesso de estudantes de camadas populares em cursos de licenciaturas, quais fatores/serviços têm proporcionado condições de permanência no IFNMG Campus Januária. O sucesso aqui foi entendido como a permanência em mais da metade dos semestres letivos dos cursos de licenciatura da instituição e com o mínimo de reprovações.

Importante destacar que esta pesquisa se insere em um novo enfoque da Sociologia da educação, cujos estudos se voltam para a análise dos casos "atípicos" ou "trajetórias excepcionais", ao invés da tendência dominante de focar no estudo do fracasso escolar de estudantes.

O estudo apresenta também, propostas de serviços/mecanismos à instituição objetivando melhorar as condições de permanência dos estudantes, visando à diminuição da evasão e a elevação da qualidade dos cursos de licenciatura do IFNMG - Campus Januária. A pesquisa poderá ser útil para outras instituições que oferecem

cursos de licenciatura e que enfrentam problemas semelhantes aos aqui abordados.

### **Problema**

Diante da situação descrita, intenciona-se procurar entender: Que fatores explicam as trajetórias bem-sucedidas de alunos de origem socioeconômica e cultural desfavorável nos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFNMG – Campus Januária?

### **Objetivo geral:**

Analisar as trajetórias bem-sucedidas de alunos de camadas populares nos cursos de licenciatura do IFNMG - Campus Januária.

### **Objetivos específicos:**

- Construir o perfil socioeconômico dos alunos das licenciaturas do IFNMG - Campus Januária;
- Identificar os fatores e programas institucionais que podem ser facilitadores ou dificultadores da permanência do aluno nos cursos de licenciatura do IFNMG - Campus Januária;
- Levantar a percepção dos alunos quanto às suas condições de permanência nos cursos de licenciatura do IFNMG - Campus Januária;
- Propor serviços/mecanismos institucionais que facilitem a permanência dos alunos nos cursos de licenciatura do IFNMG - Campus Januária.

Esta pesquisa se caracterizou por uma abordagem qualitativa, com complementaridade de dados quantitativos. O método utilizado foi o de estudo de caso. Os dados quantitativos foram analisados com o auxílio de software específico, que permite a construção de gráficos e tabelas. Os dados qualitativos foram analisados por meio da análise de conteúdo.

Assim, esta dissertação se estrutura da seguinte forma: um capítulo de revisão teórica, no qual estão explicitados os eixos estruturantes para a discussão do acesso e a permanência na educação superior brasileira; um capítulo sobre os procedimentos

metodológicos e os resultados da pesquisa realizada, com a apresentação dos dados coletados e sua análise de acordo as categorias fundamentais relacionadas à questão do acesso e permanência no ensino superior. Por fim, um capítulo de produção técnica, no qual se apresenta proposta de um serviço de apoio aos alunos ingressantes nos cursos de licenciatura do IFNMG.

## **CAPÍTULO I**

### **ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**

#### **1.1 Alguns elementos caracterizadores da educação superior brasileira**

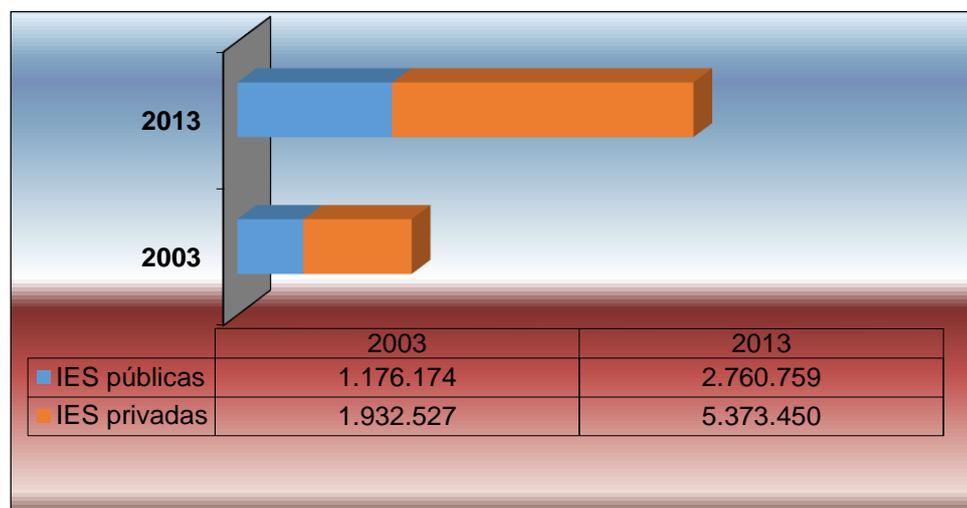
Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade. Visa ao pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2012). A igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, “a incorporação de sujeitos historicamente excluídos do direito à educação” (VIEIRA, 2007, p. 304) é um dos princípios da educação, que deverá ser garantida com padrão mínimo de qualidade (BRASIL, 2012).

Nessa perspectiva a LDB 9394/96 representa um avanço e um retrocesso para o país nos seguintes aspectos: ao reestruturar a educação superior brasileira, criou condições para o acesso de mais estudantes à educação superior, porém ao flexibilizar ao mercado a oferta de educação superior privada com ampla liberdade, coloca em xeque a questão da qualidade do ensino superior do país (GIOLO, 2009).

O Censo da Educação Superior 2013 – Censup – realizado no âmbito do MEC pelo INEP, foi divulgado em setembro de 2014, com os principais resultados da educação superior brasileira. Foram 2391 IES participantes, num total de 32.049 cursos. Do total de matrículas apurado (presenciais e a distância), 7.305.977 são em cursos de graduação e 203.717 são em cursos de mestrado e doutorado (INEP, 2013a).

Dados do Censup – 2013 revelam o crescimento das matrículas no ensino superior brasileiro, mas mostram o crescimento exagerado do mercado educacional de ensino superior. As matrículas totais na educação superior tiveram um aumento de 75% em dez anos (2003 a 2013), enquanto nas IES particulares houve um incremento de matrículas de 70% para 73,54%, nas IES públicas o que houve foi um decréscimo de 29,87% das matrículas para 26,45% (INEP, 2013a). (MANCEBO, VALE E MARTINS, 2015).

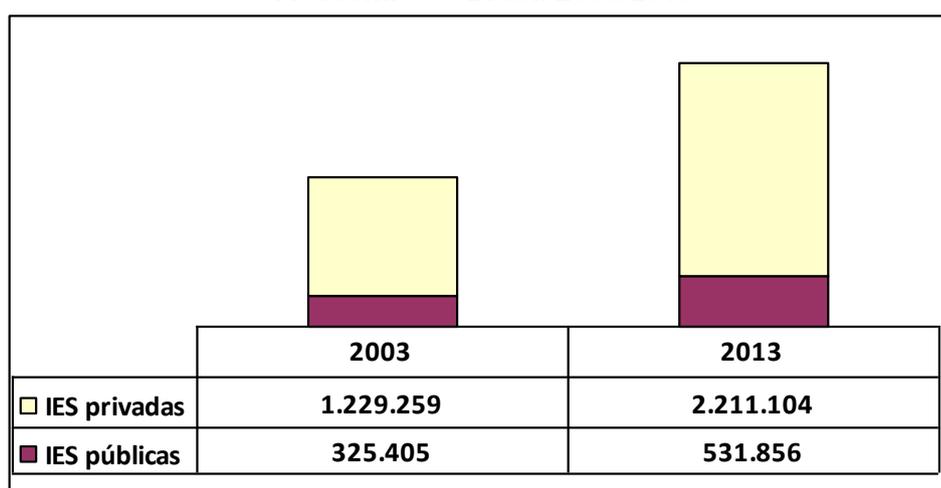
**Gráfico 1 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação segundo a Categoria Administrativa - Brasil - 2003/2013**



Fonte: Censo da Educação Superior 2013 - INEP/MEC

Do total de ingressantes nos cursos de graduação no Brasil, no período 2003 – 2013, houve uma expansão considerável de 1.554.664 para 2.742.950, o que representa 76% de aumento nos ingressos. Desses totais, nas IES privadas representam 79% em 2003 e 80,6% em 2013 (INEP, 2013a).

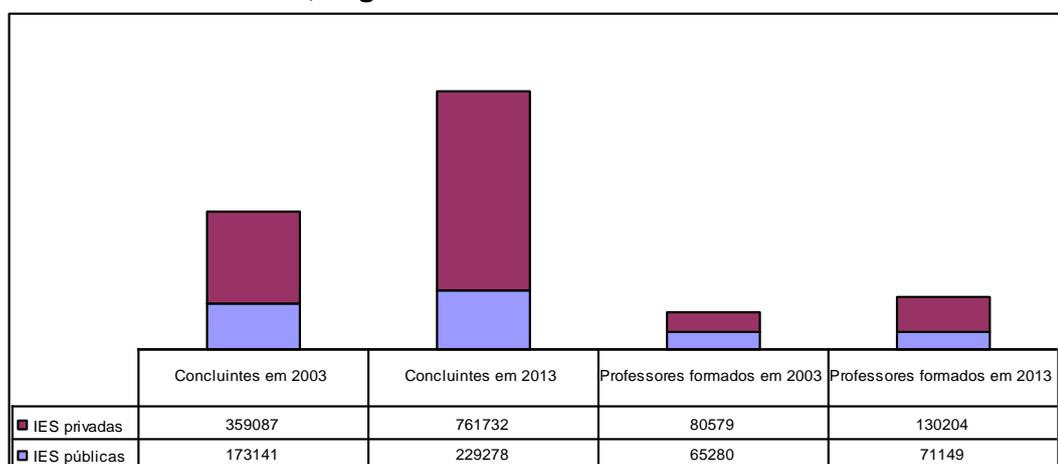
**Gráfico 2 - Número de Ingressos por Total Categoria Administrativa, segundo o Grau Acadêmico – Brasil 2003/2013**



Fonte: Censo da Educação Superior 2013 - INEP/MEC

Em relação aos concluintes, houve um aumento de 86% no total no período 2003 – 2013. Houve um incremento no número de concluintes de 32% nas IES públicas e de 112,13% nas IES privadas. Em relação aos concluintes em cursos de formação de professores, houve um aumento de 38% no período considerado, sendo que nas IES públicas houve uma elevação de 8% e nas IES privadas o salto foi de 61,5% (INEP, 2013a). Essa expansão no número de concluintes na educação superior pode ser resultado dos programas do governo federal PROUNI e UAB, criados em 2004 e 2006.

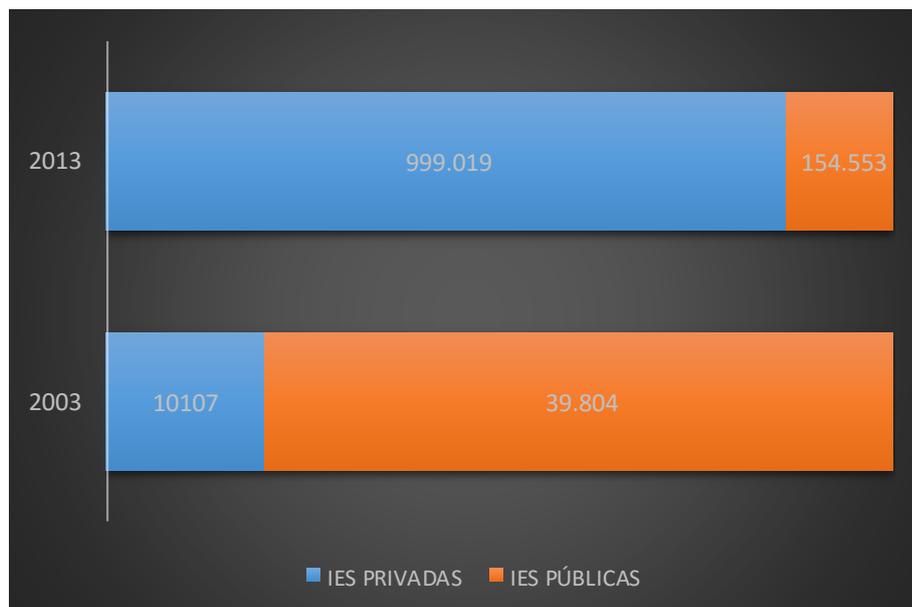
**Gráfico 3 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa, segundo o Grau Acadêmico – Brasil 2003/2013**



Fonte: Censo da Educação Superior 2013 - INEP/MEC

Chama a atenção, também, a evolução das matrículas em cursos de graduação à distância no período 2003 – 2013 na rede privada. Enquanto nas IES públicas as matrículas cresceram quase 4 (quatro) vezes em dez anos, no mesmo período nas IES privadas o aumento foi de 98 (noventa e oito) vezes (INEP, 2013a). Os dados trazem à tona a preocupação com a qualidade dos cursos de graduação oferecidos na modalidade à distância. A iniciativa privada é altamente organizada, ao ponto de seus interesses serem representados no Congresso Nacional. O fornecimento de cursos a preços acessíveis, com possibilidade de financiamento aos que não podem pagar, tem elevado as estatísticas de acesso ao ensino superior nos últimos anos, transformação da educação em uma mercadoria barata e de qualidade duvidosa (MANCIBO, VALE E MARTINS, 2015).

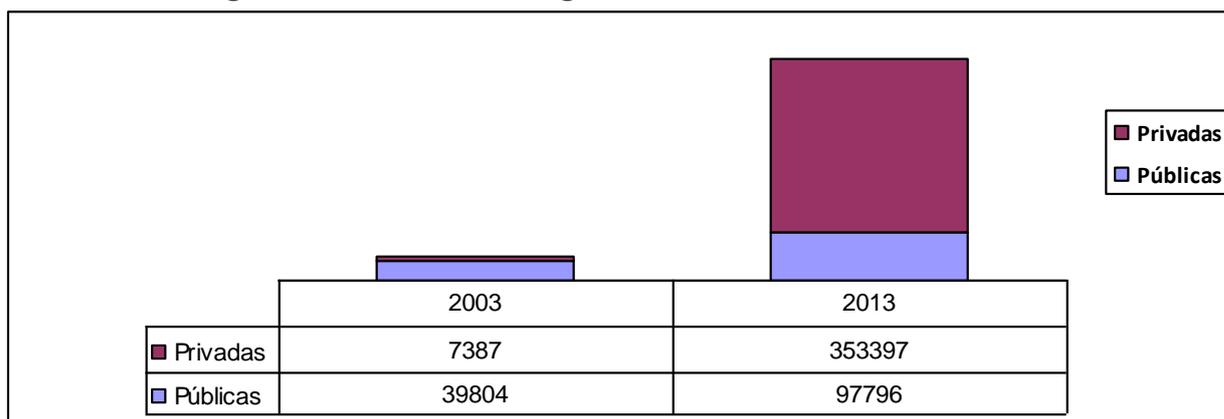
**Gráfico 4 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação a Distância por Categoria Administrativa, segundo o Grau Acadêmico – Brasil 2003/2013**



Fonte: Censo da educação superior (2013)

As matrículas nos cursos de licenciatura à distância tiveram um aumento expressivo (48 vezes) nas IES privadas no período 2003 – 2013, enquanto que nas IES públicas houve um aumento desigual de quase 2,5 vezes (INEP, 2013a).

**Gráfico 5 - Número de Matrículas em Cursos de Licenciatura por Modalidade de Ensino e Categoria Administrativa, segundo o Grau Acadêmico – Brasil 2003/2013**



Fonte: Censo da educação superior, 2013

Como no Brasil a maioria da população é pobre, quando se observa o aumento das matrículas em nível superior em instituições privadas, preocupa-se com a qualidade da educação oferecida por essas empresas, que visam somente o lucro.

Segundo Gatti e Barreto (2009), é uma característica dos estudantes que optam pela docência a procura por cursos em instituições privadas, as quais costumam apresentar menor qualidade acadêmica. Não se pode esperar que “a sociedade da mercadoria estimule, produza, ou apenas referende propostas pedagógicas, incluindo as de formação de professores” (KUNZER, 2011, p. 676)

Nos últimos anos, muitas universidades privadas se transformaram em grandes empresas, o que resultou na expansão de suas unidades por diferentes regiões brasileiras, mas

[..] o sucesso empresarial que obtiveram parece não ter sido acompanhado de um correspondente amadurecimento acadêmico e do desenvolvimento efetivo da capacidade de criação de conhecimentos novos por meio de pesquisa, que constitui o cerne das atividades de caráter propriamente universitário. (GATTI e BARRETO 2009, p. 59)

Sobre o estrondoso aumento da procura das IES privadas no país, importante destacar a facilidade de acesso da população aos sistemas de financiamento estudantil.

A demanda pelo ensino superior privado foi incentivada por programas como o Financiamento Estudantil (FIES), criado pela Caixa Econômica Federal (CEF), em 1999, para financiar estudantes de ensino superior, e o Programa Universidade para Todos (ProUni), do governo federal, criado em 2004 e cujo objetivo é conceder bolsas de estudo parciais e integrais para estudantes de IES privadas. Por outro lado, os estudantes do ensino superior também recebem financiamento da iniciativa privada. Um exemplo é o programa de crédito universitário privado PraValer, gerido pela companhia Ideal Invest, que tem mais de 170 IES parceiras. (SÉCCA e SOUZA, 2009, p. 5).

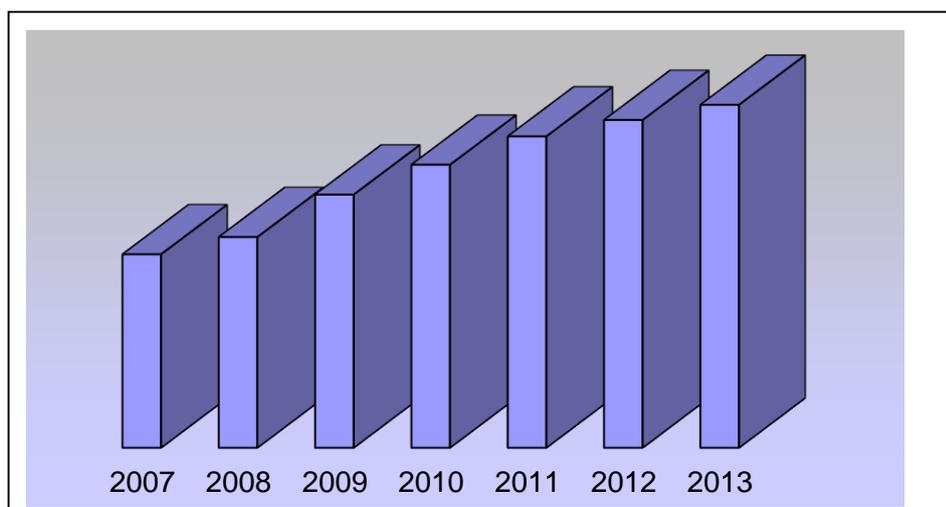
Mesmo públicas, o acesso e a permanência dos mais pobres às IES sempre foi exceção, realidade que se apresenta como um impasse para as sociedades “democráticas”. Sobre o direito à educação pública e de qualidade, é oportuno citar Sobrinho (2010):

O direito social à educação de qualidade é um aspecto essencial e prioritário da construção da sociedade, de consolidação da identidade nacional e instrumento de inclusão socioeconômica. Por isso, assegurá-lo adequadamente é dever indeclinável do Estado. (p. 3)

As IES públicas, contraditoriamente, têm recebido alunos oriundos das classes mais ricas, devido ao ensino básico frequentado em escolas privadas, que os prepararam melhor para os sistemas de seleção ao ensino superior, enquanto os filhos das classes populares têm sido excluídos social e culturalmente, pois não receberam a mesma preparação no ensino básico público. (CHAUÍ, 2003)

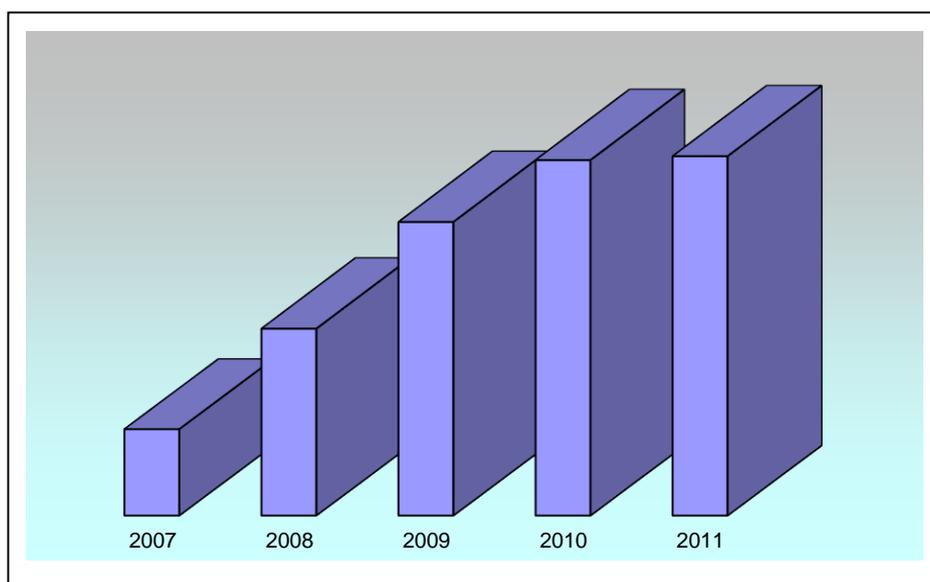
A partir de 2007 observa-se um aumento considerável nas matrículas em IES públicas federais, devido aos programas do governo de expansão e interiorização da educação superior pública, a partir de 2004 e do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, a partir de 2008. O programa Universidade Aberta do Brasil – UAB – do MEC, implementado a partir de 2006, provocou um aumento das matrículas em cursos de graduação a distância nas IES públicas federais de 303% no período 2007 – 2011 (CAMARGO, 2014).

**Gráfico 6 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação em IES públicas federais – Brasil 2007/2013**



Fonte: Censo da Educação Superior 2013 - INEP/MEC

**Gráfico 7 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação a distância em IES públicas federais – Brasil 2003/2013**



Fonte: Censo da Educação Superior 2013 - INEP/MEC

Em 2004 foi criado e institucionalizado em 2005 (Lei Nº 11.096, de 13/01/2005), pelo Governo Federal, o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Se caracteriza pelo oferecimento de bolsas de estudo integrais e parciais, em IES privadas, a estudantes oriundos do ensino médio da rede pública ou da rede particular (desde que bolsistas integrais), que não possuam curso superior, com renda familiar per capita de até três salários mínimos, com seleção por meio das notas obtidas no ENEM. As IES participantes recebem isenção de impostos como incentivo à adesão ao programa (BRASIL, 2005).

Para receber a bolsa integral, o candidato não pode ser portador de curso superior e a renda familiar per capita mensal não pode exceder 1 (um) salário mínimo e  $\frac{1}{2}$  (meio), ou ser estudante portador de deficiência. As bolsas de estudo parciais (50% ou 25%) serão concedidas a candidatos não portadores de curso superior e cuja renda familiar mensal per capita seja de até 3 (três) salários mínimos. Professores da rede pública de ensino em efetivo exercício na escola, independente da renda, poderão participar, desde que seja para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia. (BRASIL, 2005).

O beneficiário de bolsa integral do PROUNI ainda pode ter direito à Bolsa Permanência, destinada ao custeio de suas despesas educacionais. São pré-

requisitos do Bolsa Permanência: os estudantes com bolsa integral do PROUNI devem estar matriculados em cursos presenciais com no mínimo 6 (seis) semestres de duração e com carga horária média de no mínimo 6 (seis) horas diárias de aula (BRASIL, 2015).

No ano de 2005 foram 112. 275 bolsas ofertadas pelo PROUNI, sendo 71.905 integrais e 40.370 parciais. Em 2014, o número de bolsas ofertadas foi quase o triplo em relação ao ano de 2005, num total de 306.726 bolsas, das quais 205.237 são bolsas integrais e 101.489 bolsas parciais (BRASIL, 2015).

O PROUNI contribuiu para a ampliação das IES privadas, mas não levou em conta a questão da permanência do estudante na instituição até a conclusão do curso (CATANI et al.,2006), além do acesso se dar em “cursos de qualidade questionável e voltados às demandas imediatas do mercado” (idem, p. 126).

Por meio do Decreto Nº 5.800, de 08 de junho de 2006, foi instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB - voltado à educação à distância, com o objetivo prioritário de oferecer cursos de licenciatura e de formação inicial de professores e continuada de professores para a educação básica. (BRASIL, 2006).

O sistema UAB funciona como articulador entre as IES e os governos estaduais e municipais visando ampliar o acesso à educação superior. Os cursos são ofertados por IES públicas na modalidade semipresencial em polos de apoio instalados em microrregiões ou municípios. Na prática, o município monta um polo presencial, equipado com laboratórios, biblioteca, recursos humanos (coordenador de polo) e salas de apoio para tutores. A IES pública que, por meio de edital publicado pelo MEC, ficar responsável por um ou mais cursos nesse polo elaborará os projetos dos cursos e os materiais didático-pedagógicos para os alunos selecionados (MANCIBO, VALE E MARTINS, 2015).

A UAB visa democratizar o acesso ao ensino superior à população excluída historicamente da educação, porém algumas críticas são feitas a esse sistema: as IES credenciadas, em sua maioria, pouco se identificam institucionalmente com as localidades polos ou os cursos não tem a ver com as demandas regionais; a disponibilidade, por parte do município, de polos com estrutura física inadequada, como laboratórios, biblioteca, acesso à internet, pagamentos a coordenadores locais, o que pode comprometer a qualidade dos cursos (ALONSO, 2010); mudança no perfil estrutural da universidade, influenciando em sua valorização e prestígio; acúmulo de

trabalho docente; dissociação entre ensino-pesquisa-extensão; tutores sem a devida vinculação empregatícia e sem formação acadêmica para atuação, caracterizada como uma “subclasse docente” (SEGENREICH, 2009, p. 219); implementação sem a devida discussão com a comunidade acadêmica; ensino sem qualquer critério; ausência de padrões de mensuração da qualidade do ensino e da aprendizagem; falta de contato do aluno com a infraestrutura universitária, levando-o a um processo de exclusão; diminuição da autonomia do trabalho docente (MANCIBO, VALE E MARTINS, 2015).

Em 24 de abril 2007 foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, por meio do Decreto Nº 6.096, a fim de ampliar o acesso e a permanência nos cursos de graduação; a otimização do aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos das universidades federais; a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 95% e a relação alunos/professor nesses cursos, ao fim de cinco anos após o início de cada plano, para 18 (BRASIL, 2007).

Segundo Mancibe, Vale e Martins (2015), em movimentos grevistas realizados pelos docentes pelo país, assembleias e documentos criticam o REUNI, com os seguintes argumentos: que o aumento do número de estudantes tem sido feito sem a necessária adequação do número de servidores (docentes e técnicos), o que tem sobrecarregado o trabalho docente e a conseqüente diminuição da qualidade do ensino; e que os recursos destinados para as IES públicas federais tem sido insuficientes para adequação da estrutura física frente à expansão demandada.

Outro aspecto relevante no quadro da educação brasileira atual, é a baixa procura pelos cursos de licenciatura, sobretudo nas áreas de física e matemática. A procura por cursos de formação de professores no Brasil, nos últimos anos, está diminuindo. Considerando o número de matrículas nos cursos de formação específica de professores em 2013 (segundo os cursos de licenciatura que possuem os maiores números de alunos), observa-se a baixa procura por cursos nas áreas de ciências e matemática. O curso Licenciatura em Biologia detém 6,3% das matrículas, o curso Licenciatura em Física 1,8% das matrículas e o de Licenciatura em Matemática 5,9% das matrículas. Quase a metade das matrículas dos cursos de formação de professores são no curso de Pedagogia, 44,5% (INEP, 2013a).

**Tabela 1 - Número de matrículas de Graduação em Licenciatura, frequência segundo os de Graduação em Licenciatura que possuem os maiores números de alunos - Brasil – 2013**

Curso/Nome OCDE	Matrículas	Frequência (%)
Pedagogia	611.111	44,5
Formação de professor de educação física	122.169	8,9
Formação de professor de biologia	86.280	6,3
Formação de professor de matemática	80.891	5,9
Formação de professor de história	79.357	5,8
Formação de professor de língua/literatura vernácula (português)	78.800	5,7
Formação de professor de geografia	48.792	3,6
Formação de professor de língua/literatura estrangeira moderna	47.904	3,5
Formação de professor de língua/literatura vernácula e língua estrangeira moderna	36.578	2,7
Formação de professor de química	35.229	2,6
Formação de professor de física	24.661	1,8
Formação de professor de filosofia	18.301	1,3
Formação de professor de sociologia	15.702	1,1
Formação de professor de artes visuais	15.301	1,1
Formação de professor de ciências	14.024	1,0
Formação de professor de música	13.459	1,0
Formação de professor de computação (informática)	10.132	0,7
Formação de professor de artes (educação artística)	7.469	0,5
Formação de professor de teatro (artes cênicas)	4.456	0,3
Psicologia	2.998	0,2

Fonte: Censo da Educação Superior 2013 - INEP/MEC

A baixa procura pelos cursos de formação de professores e a pouca atratividade da carreira, como indicam dados oficiais, é o resultado de múltiplos fatores, incluindo a questão salarial, ausência de planos de carreira ou planos de carreira pouco atrativos (GATTI e BARRETO, 2009), “desvalorização social, precárias condições de trabalho, precário nível de profissionalização, alunos cada vez menos comprometidos, baixo reconhecimento, alto nível de estresse e crescente intensificação das tarefas” (KUENZER, 2011, p. 672).

Para reverter tal situação, além de outros fatores, é importante que seja observado, segundo Gatti e Barreto (2009):

Políticas isoladas, ações pontuais não interligadas por uma finalidade comum na direção de construção de um valor social profissional não causam impactos relevantes. Assim, ações de diversas naturezas em relação à profissionalização docente necessitariam evidenciar melhorias nas perspectivas de carreira e alterar o imaginário coletivo relativo a esta profissão, tanto na sociedade em geral, como entre os próprios professores (p. 256).

## 1.2 O Sucesso escolar no ensino superior de jovens de camadas populares

Embora sejam mais comuns estudos voltados ao fracasso escolar, a partir da década de 1990 o sucesso escolar de jovens de camadas populares tem despertado o interesse de pesquisadores brasileiros (COSTA, 2013). Segundo Portes (2001) alguns autores têm pesquisado esse assunto: <sup>1</sup>Portes (1993; 1998; 2000), <sup>2</sup>Viana (1998; 2000), <sup>3</sup>Mariz, Fernandes & Batista (1998) e <sup>4</sup>Souza e Silva (1999).

Écio Antônio Portes foi um dos primeiros pesquisadores brasileiros preocupado em entender a trajetória escolar de estudantes de camadas populares que conseguiram acessar o ensino superior. Em 1993 realizou uma pesquisa para sua dissertação de mestrado com estudantes pobres que conseguiram passar no vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, considerada uma instituição de difícil acesso, principalmente aos provenientes de camadas populares.

Por ser Pedagogo e ter acesso aos alunos pobres da UFMG participantes da assistência social e pedagógica da instituição, Portes observou que os estudantes pobres procuravam diversas assistências da Universidade: médica, odontológica, alimentar, etc., além de orientações acadêmicas e pedagógicas e percebeu a necessidade de estudar melhor as trajetórias desses estudantes.

Em sua tese de doutorado, Écio Portes pesquisou a trajetória escolar e as vivências universitárias de um grupo de estudantes pobres que tiveram acesso a cursos altamente seletivos da UFMG (Ciência da Computação, Comunicação Social, Direito, Engenharia Elétrica, Fisioterapia e Medicina). Portes (2001) apresentou algumas características dos estudantes pesquisados: a grande maioria veio da escola

---

<sup>1</sup> PORTES, Écio Antônio (1993). *Trajetórias e estratégias escolares do universitário das camadas populares*. Belo Horizonte, FAE/UFMG, Dissertação de Mestrado; \_\_\_\_\_ (1998). Estratégias escolares do universitário das camadas populares: a insubordinação aos determinantes. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (orgs.). *Universidade, cultura e conhecimento*. A educação pesquisa a UFMG. Belo Horizonte, FAE/UFMG. p.251-277; \_\_\_\_\_ (2000). O trabalho escolar das famílias populares. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo e ZAGO, Nadir (orgs.). *Família e escola*. Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, Vozes, p.61/80. <sup>2</sup> VIANA, Maria José Braga;(1998). Longevidade escolar em famílias de camadas populares: algumas condições de possibilidade. Doutorado em Educação. Belo Horizonte. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais; \_\_\_\_\_ (2000) Longevidade escolar em famílias de camadas populares – algumas condições de possibilidade. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo e ZAGO, Nadir (orgs.). *Família e escola*. Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis, Vozes, p.45/60. <sup>3</sup> MARIZ, Cecília L; FERNANDES, Sílvia e BATISTA, Roberto (1998). Os universitários da favela. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs. ). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. <sup>4</sup>SOUZA e SILVA, Jailson de (1999). "Por quê uns e não outros?" Caminhada de estudantes da Maré para a universidade. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

pública, apenas um deles estudou em escola particular; os jovens vivenciaram constrangimentos econômicos no ambiente universitário, que comumente provocava sofrimento ao estudante nessa situação, lhe tirava a concentração para os estudos, e ameaçava sua permanência na instituição; havia diferença de idade de conclusão de curso entre os estudantes pobres e os mais favorecidos; os estudantes apresentaram bom desempenho escolar observado no decorrer das trajetórias escolares e no ensino superior, o que possibilitava ao estudante pobre sua filiação ao grupo que domina a cena acadêmica, à instituição em que estuda e à sociedade.

A família, principalmente a mãe, desempenhava papel importante na vida dos investigados, que se esforçava muito em prol de sua escolarização, na “inculcação de uma ordem moral doméstica no filho, desde tenra idade, suficientemente forte para balizar os procedimentos sociais, como disposição” (PORTES, 2001, p. 253). No ensino superior, mesmo gratuito, as famílias se viam em situação de instabilidade econômica devido às despesas, como transporte, livros, xerox, material escolar, computador, roupa, calçado, moradia, alimentação, lazer, etc., o que provocava certa instabilidade, insegurança e angústia. A assistência estudantil proporcionada aos estudantes pela Universidade não era suficiente, fazendo com que as famílias recorressem a ajuda de terceiros para a continuidade dos estudos do filho (PORTES, 2001).

Os jovens estudantes oriundos de famílias pobres, investigados por Portes (2001), demonstraram características que contribuíram para o sucesso escolar: dedicação, atenção ao trabalho escolar, gosto pela escola, obediência, solidariedade, segurança, autodeterminação, preocupação com o rendimento acadêmico, o que ele chamou de “estratégias de excelência” (idem, p. 177), mas também tinham certo pessimismo. O primeiro período universitário era muito importante para os estudantes, tido como de “referência” (PORTES, 2001, p. 178), no qual os esforços empreendidos pelo estudante contribuem para uma permanência menos sofrida na instituição. Aqueles estudantes que precisaram trabalhar para se manter, mesmo recebendo auxílio financeiro da instituição, apresentaram rendimento menor que os outros estudantes. A questão econômica era parcialmente contornada, na maioria dos casos, pela participação dos estudantes em projetos de pesquisa, monitorias, bolsa de iniciação científica e estágio (PORTES, 2001), devido às ameaças econômicas que os atormentavam.

A moradia representava uma inquietação para os pesquisados, que exerce influência no desempenho do estudante universitário. Morar de favor em casa de amigos ou familiares por não terem condições de pagar melhor acomodação era uma situação que causava constrangimentos e inquietações (PORTES, 2001).

Zago (2006), apresentou resultados parciais de uma pesquisa sobre escolarização nos meios populares na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre os anos 2001 e 2003. Foram entrevistados 27 estudantes universitários de camadas populares, de diferentes áreas do conhecimento, a partir da 4ª fase do curso. A autora apresentou um perfil dos estudantes, característico de jovens de origem pobre e carentes também culturalmente, para os quais o acesso ao ensino superior não era nada “natural”, mas algo difícil de acontecer. Eram todos estudantes oriundos da rede pública, a maioria solteira (dezenove), com idades entre 19 e 26 anos, quase a metade deles (doze) de origem rural, as profissões dos pais são de baixa remuneração (ligadas à agricultura, construção civil, entre outras), as mães ou eram agricultoras familiares, do lar ou trabalhadoras domésticas. A maioria dos pais frequentaram apenas os primeiros anos do ensino fundamental.

Os estudantes apresentaram um passado de bons resultados escolares (23 deles nunca tinham tido reprovações), mas suas histórias são marcadas pela falta de informações sobre o mundo acadêmico e contínua desigualdade de acesso ao ensino superior (ZAGO, 2006). O primeiro vestibular foi tido para eles como uma “experiência” (ibid., p. 231), um “exercício” (ibid.), pois se julgavam incapazes de serem aprovados, o que a autora chama de “interiorização do improvável” (ibid, p. 231). Alguns tentaram a prova várias vezes até conseguirem a aprovação em cursos altamente concorridos, como Medicina (ibid.).

Zago (2006) procurou mostrar a ação dos pais como sujeitos ativos na escolarização dos seus filhos, destacando especialmente a participação das mães, sempre preocupadas com a sobrevivência, a educação e o futuro dos filhos. Observou que para o estudante de camadas populares, “a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que, segundo estimam, proporcionam maiores chances de aprovação” (ibid., p. 231), o que leva a pensarmos sobre a questão das desigualdades sociais existentes em nossa sociedade (ibid.).

Para a autora, a qualidade do ensino público interfere diretamente na escolha do curso superior. A expansão das vagas nos ensinos fundamental e médio não

resolveu os problemas relacionados à qualidade do ensino. As lacunas deixadas na formação básica são refletidas nos primeiros semestres do curso superior. São dificuldades em álgebra, cálculo, inglês, etc. (ibid.).

A permanência no ensino superior representava um obstáculo para os investigados, devido serem originários de famílias de baixa renda. Pouco mais da metade deles advinham de outras cidades ou estados, daí as despesas com moradia. Alguns residiam em alojamento na Universidade (quando havia vaga), outros em casas de parentes ou dividiam casa ou apartamento com colegas. Em alguns casos a família dava uma pequena ajuda financeira, a maioria combinava o estudo com trabalho para sua sobrevivência. A atividade remunerada variava entre tempo integral e parcial (serviços prestados na própria universidade, em forma de bolsa de treinamento, estágio remunerado ou iniciação científica) (ibid.).

Aqueles que recebiam bolsa para exercerem alguma atividade dentro da universidade eram beneficiados com algumas vantagens, como flexibilização de horário, possibilidade de utilização de computador, internet, impressora, espaço físico para estudar, participação em encontros dentro e fora da universidade, trabalhos coletivos com os colegas, participação em congressos e conferências, contato permanente com a instituição e apropriação com maior intensidade da cultura acadêmica, tanto é que declararam o desejo de prosseguir os estudos na pós-graduação, situações não relatadas pelos que tinham que dedicar mais horas do dia ao trabalho (ZAGO, 2006).

Gisi (2006), chama a atenção para a expansão das instituições de ensino superior privadas, com aumento expressivo do número de vagas, mas que não contribuiu para o aumento do acesso e permanência na educação superior, devido às dificuldades financeiras da população pobre, que depende do ensino público e gratuito. A autora discute a questão da diversidade socioeconômica e cultural crescente de alunos acessando o ensino superior, em que as instituições deverão se adequar de forma a promoverem a permanência desses, evitando a evasão. Conclui que as dificuldades de acesso e permanência na educação superior são consequência e não causa das desigualdades. As condições da rede pública de educação básica quanto a infraestrutura adequada e a falta de valorização do magistério contribuem para o problema da seletividade social na educação. (ibid.)

Em sua tese Piotto (2007) analisou a trajetória escolar e a experiência universitária de cinco estudantes de camadas populares em cursos de alta

seletividade da Universidade de São Paulo (USP). Os estudantes apresentavam características em comum e outras peculiares, como esforço, determinação, perseverança, autodisciplina e dedicação, apesar de a autora não defender a ideia de que “quem esforça sempre alcança” (ibid., p. 314). Uma rede de apoio foi de importância fundamental para o prolongamento e o sucesso nos estudos: a família e outros parentes que foram mobilizados para permitir a continuidade dos estudos; as mães eram tidas como as principais incentivadoras; os amigos que “permitiram ampliar horizontes e vislumbrar diferentes perspectivas de vida” (ibid., p. 314); a experiência com o trabalho; o suporte material e emocional, o incentivo e compartilhamento de um “sonho” da companheira; o bom desempenho escolar, o estímulo e ajuda dos professores como importantes na construção de uma trajetória prolongada (ibid.).

Piotto (2007) menciona a importância da assistência estudantil nas trajetórias dos estudantes entrevistados e de alguns programas/ações da USP voltados aos alunos oriundos de escolas públicas, como: apoio a cursos pré-vestibulares comunitários; bolsas de iniciação científica priorizando aqueles com renda familiar de até R\$ 1500,00; implementação do programa “Embaixadores da USP”, em que estudantes oriundos de escolas públicas e que foram aprovados no vestibular eram levados às suas escolas de origem para compartilharem suas experiências; isenção da taxa de vestibular para alunos carentes. A aprovação no vestibular da USP, para os estudantes pesquisados, era vista como algo inimaginável. (ibid.)

Pereira e Passos (2007), apresentaram os resultados de uma pesquisa que investigou a trajetória de estudantes de camadas populares na Universidade Federal de Piauí (UFPI), especificamente que ao acesso e a permanência desses estudantes na instituição. Segundo os autores, os estudantes das classes populares, cuja entrada na universidade é recente e se dá de “maneira muito tímida” (ibid., p. 21), possuem menos chances de chegar à universidade e quando ocorre é após várias tentativas.

Os sujeitos pesquisados por Pereira e Passos (2007) foram selecionados segundo as seguintes características: pais sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, com ocupação profissional manual, renda familiar de até três salários mínimos e terem cursado o ensino básico na rede pública. O perfil dos investigados retrata o seguinte: a maioria de origem rural (quatro dos cinco), pais com profissões manuais (agricultor, serviços gerais, pedreiro e vigia), mães com atividades domésticas sem remuneração e artesanais, renda familiar baixa, pais e mães com

escolaridade baixa (séries iniciais do ensino fundamental, sem escolaridade, apenas sabe escrever o nome ou analfabeto); todos os investigados cursaram a educação básica na rede pública de ensino; a maioria ingressou na universidade após tentarem o vestibular várias vezes (duas, três vezes, apenas duas foram aprovadas na primeira tentativa); tiveram que conciliar, em seu percurso escolar, trabalho e estudo; contaram com a ajuda de terceiros para a continuação dos estudos (amigos, parentes, conhecidos, patrões); possuíam reduzido volume de capitais econômico e cultural, se veem como pertencentes às classes populares, que são “grupos sociais desfavorecidos socioeconômica e culturalmente, com práticas e atitudes semelhantes” (ibid., p. 23).

Vencida a barreira do acesso, surgem barreiras difíceis de serem superadas, relativas à permanência no interior da instituição, que obrigam os estudantes e suas famílias a se mobilizarem para superação dos obstáculos. As trajetórias investigadas apresentaram alguns aspectos semelhantes, como: a organização familiar: pai, mãe e filhos, o que favoreceu o acompanhamento escolar dos filhos por parte dos pais, principalmente a mãe (realização das tarefas nas séries iniciais, vigilância e acompanhamento de sua conduta, mobilização da rede de relações sociais); presença de uma ordem moral doméstica, dado um intenso controle sobre seus comportamentos e condutas, sobre o ciclo de amizades, sobre as saídas noturnas, o horário de estudos, ajuda nos afazeres domésticos e o cuidado com os irmãos mais novos; convivência com espaços sociais culturalmente favorecidos: as famílias que os abrigaram durante os estudos, cujo investimento em educação era constante e o investigado podia ter acesso a uma cultura proativa em relação ao estudo; os pais ou às vezes o próprio investigado buscavam auxílio de familiares ou conhecidos que pudessem ajudar com os estudos, fosse com moradia ou financeiramente com pagamento de mensalidades escolares e outras despesas.

Ao analisarem as vivências dos estudantes das camadas populares na Universidade, as autoras identificaram situações em comum, como estranhamento em relação aos modos, gostos, posturas, vestimentas, e linguagem, dificuldades de financiamento dos estudos, a discriminação dos colegas de turma, a recusa em participarem nos trabalhos de grupo; a preocupação com as despesas da carreira universitária. A sobrevivência material na Universidade era garantida de diversas formas: ajuda de terceiros, trabalho, bolsas de monitoria e iniciação científica e o uso constante da biblioteca. O trabalho era a principal estratégia utilizada pelos

investigados para a sobrevivência no campo de estudo, mas aqueles que dedicavam muitas horas ao trabalho enfrentavam dificuldades de conciliação com o estudo e problemas de desempenho escolar, o que não ocorria com os que se dedicavam a atividades relacionadas à área de estudos, como monitoria, estágio ou iniciação científica, além de propiciarem acesso a computador, internet, impressora, enriquecimento do histórico escolar e ampliação da rede de contatos (ibid.)

Os investigados apresentaram dificuldades de adaptação à linguagem universitária, que persistiram para uns e diminuíram para outros. Trata-se de uma linguagem específica do ambiente universitário, estranha a princípio a todos os novos estudantes, independente de classe social (PEREIRA E PASSOS, 2007).

A realização das atividades acadêmicas mostrou-se bastante diferenciado para os investigados. Havia os que conseguiam obter êxito, mesmo apresentando lacunas na formação básica, e os que enfrentavam grandes dificuldades, mesmo em atividades corriqueiras. As estudantes que cumpriam as atividades acadêmicas sem grandes dificuldades apresentavam algumas características vistas como pouco comuns aos membros das classes populares: vida escolar sem atrasos ou reprovações, convivência com pessoas amigas ou parentes culturalmente favorecidas, existência de ao menos um parente no círculo familiar portador de diploma. Os estudantes que apresentavam grandes dificuldades têm um histórico de vida marcada pela restrita herança cultural, tanto familiar quanto pela precária educação ofertada nas escolas em que estudaram (ibid.).

Gouvêa (2009) analisou a influência do fator socioeconômico quanto ao acesso e a permanência de estudantes em cursos de graduação (Ciências Sociais, Comunicação Social, Filosofia e Psicologia) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa, quantitativa, utilizou dados de questionários aplicados aos alunos da instituição no ano de 2005, dos quais foram selecionados 854 questionários para serem analisados.

Algumas conclusões da pesquisa são aqui sintetizadas. Quanto à escolha da carreira, percebeu que, para os estudantes de camadas populares, não tem a ver com vocação ou interesse, mas relaciona-se à sua origem socioeconômica e cultural familiar. Os estudantes de famílias com menor renda e com menor escolaridade tendem a escolher cursos menos concorridos. Os estudantes que trabalham também procuram cursos menos disputados. Quanto à cor dos estudantes, os não brancos são em menor quantidade, com renda menor e mais presentes em cursos de menor

prestígio (ibid.).

Segundo a autora, a permanência de estudantes na instituição estaria relacionada a alguns fatores, como esforço em manter bons resultados nas disciplinas, a integração à instituição e seus professores e o desenvolvimento em atividades extraclasse (estágio, monitoria, iniciação científica). Mas o que chamou a atenção da autora foi a forte influência da assistência estudantil na permanência do estudante carente na graduação (ibid.).

Teixeira (2009) pesquisou a trajetória de dez alunos e ex-alunos de camadas populares de cursos de graduação (Arquivologia, Geografia, Matemática, História, Enfermagem, Direito, Serviço Social, Engenharia e Física) da Universidade Federal Fluminense (UFF), com idades entre 25 e 45 anos, apenas um casado, quatro brancos, cinco negros e um pardo, quase todos residentes em periferias. Apenas um deles não exercia atividade remunerada.

Todos os entrevistados cursaram o ensino fundamental em escolas públicas, próximas ao local de moradia, estratégia da família para poder controlar melhor seus filhos e evitar gastos com transporte. O ensino médio, à exceção de um dos entrevistados, que ganhou uma bolsa de estudos para estudar em uma escola particular, foi cursado pelos pesquisados em escola pública. Apenas o que estudou com bolsa em escola particular era estimulado a ingressar no ensino superior. As famílias pretendiam, com o término da educação básica, que os entrevistados trabalhassem, com exceção de dois entrevistados. A mãe de um deles era empregada doméstica de uma pessoa que a influenciava sobre a importância da continuidade dos estudos (ibid.)

O ingresso no ensino superior, pelos pesquisados, não foi imediato ao término do ensino médio. A maioria frequentou cursinhos pré-vestibulares populares para prestarem a prova de seleção. As próprias famílias, de camadas populares, não acreditavam que seus filhos seriam capazes de ingressar num curso superior numa IES pública, mas após terem conseguido, sentiam orgulho (ibid.)

Os primeiros momentos na universidade são de dificuldade para esses estudantes de camadas populares. Adaptar-se ao novo ambiente em que não há quem dê informações básicas, ter de descobrir tudo sozinho, perceber-se diferente da maioria, não entender a linguagem dos professores, etc., são algumas situações enfrentadas pelos entrevistados. (Ibid.)

A autora chamou de estratégias formais e informais de permanência as ações

do Estado ou pela instituição e pelo estudante ou sua rede de apoio, respectivamente, que possibilitem sua permanência na educação superior. Dentre as estratégias formais, foram citadas na pesquisa: o restaurante universitário da UFF, importante para a manutenção do estudante pobre na instituição. Amigos, familiares, colegas de curso e funcionários da UFF fazem parte da rede de apoio, uma das estratégias informais que contribuem para permanência no curso, além da realização de trabalhos autônomos (garçom, pedreiro, babá, vender roupas, fazer bolos e bijuterias). Porém essas atividades não deixavam os entrevistados tranquilos, não eram rendas fixas. (Ibid.).

A participação dos pesquisados em programas de bolsas contribuiu muito para a permanência na instituição, mas a percepção que tiveram é que a IES via os programas apenas como ajuda financeira, não se preocupavam com o desenvolvimento do programa em si, o que era preocupante para os estudantes, que não queriam apenas o dinheiro, mas também com sua formação. Mesmo assim, perceberam que a participação em programas de bolsas é importante, pois permitiu que convivessem melhor com o espaço universitário, que pudessem dedicar maior tempo aos estudos, participar de seminários, adquirir livros, etc. (ibid.)

Para a autora, é preciso maior investimento na política de assistência ao estudante de camadas populares para se evitar que sejam necessárias estratégias informais de permanência, o que gera intranquilidade, desconcentração, instabilidade, refletindo na aprendizagem do aluno (ibid.)

Costa (2013) também pesquisou sobre o assunto, na perspectiva de conhecer as trajetórias escolares de estudantes de camadas populares da cidade de Francisco Morato – SP que acessaram o ensino superior público, em cursos de licenciatura.

A pesquisa de Costa (2013) evidenciou algumas características das trajetórias desses estudantes:

- a) A maioria de suas famílias sempre de apoio para dedicarem-se aos estudos e a escola vista como importante. Nenhum dos pais concluiu o ensino médio.
- b) Na escolha do curso superior, optaram por cursos menos concorridos;
- c) Alguns professores da educação básica os influenciaram positivamente para a continuidade dos estudos, mas outros desencorajaram;
- d) As relações sociais foram importantes influências para alcançarem os objetivos;

- e) Empreenderam grande esforço para a aprovação no vestibular. A maioria frequentou cursinho pré-vestibular popular;

### **1.3 As políticas públicas de permanência estudantil na educação superior brasileira**

#### **1.3.1 Assistência estudantil**

A CF de 1988 representa uma conquista importante na questão da garantia dos direitos fundamentais e da supremacia dos princípios democráticos (PARENTE, 2013). A educação é prevista no art. 6º da CF 1988 como um princípio fundamental, de direito social. A CF 1988 apresenta diversos aspectos concernentes à educação como direito e quanto à questão do acesso e a permanência na escola:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação - LDB nº 9.394/1996, ratificando a CF 1988, em seu art. 3º declara que:

**Art. 3º.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Não apenas a declaração, mas a efetivação desse direito no Brasil é vital para a superação da histórica elitização do acesso ao ensino. (CURY, 2007).

Essa igualdade pretende que todos os membros da sociedade tenham iguais condições de acesso aos bens trazidos pelo conhecimento, de tal maneira que possam participar em termos de escolha ou mesmo de concorrência no que uma sociedade considera como significativo e onde tais membros possam ser bem-sucedidos e reconhecidos como iguais. (Ibid., p. 486).

O artigo 4º da LDB nº 9.394/96, em seu inciso VIII, reconhecendo a necessidade de auxílio aos estudantes pobres, estabelece a obrigatoriedade da oferta de recursos básicos e importantes para o desenvolvimento do estudante:

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1996)

A CF 1988 estabelece, em seu art. 214, a criação de um PNE – Plano Nacional de Educação:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

O PNE foi regulamentado pela Lei nº 10.172 em 09 de janeiro de 2001, para o decênio 2001 – 2010, com os seguintes objetivos, dentre outros:

[...] a elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis e a redução das desigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na escola pública [...] (BRASIL, 2001).

A ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, criada em 23 de maio de 1989, é uma entidade representante oficial das universidades federais junto ao governo federal. O FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, órgão assessor permanente da Andifes, foi criado em outubro de 1987, reúne os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IES

públicas do Brasil. Sua atuação é pautada por reuniões, debates e produção de documentos, busca de apoio em âmbitos Legislativo e Executivo, com os seguintes objetivos:

- a) formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional;
- b) assessorar permanentemente a Andifes;
- c) participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém;
- d) promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados (FONAPRACE, 2007).

A ANDIFES, por meio do FONAPRACE, conseguiu importantes conquistas relativas à assistência estudantil. Uma delas foi a inclusão da assistência estudantil no PNE – Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), pelo qual uma das metas era:

“Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico. (BRASIL, 2001)

Ao realizar pesquisas nacionais para traçar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES, em 1997 e em 2004, o FONAPRACE construiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil, o qual subsidiou o MEC na instituição do PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil, por intermédio da Portaria Normativa nº 39, de 12/12/2007 (MEC, 2007). Ao instituir o PNAES, o MEC elevou a assistência estudantil ao status de política pública e a reconheceu importante no combate às desigualdades sociais e locais, na ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência de estudantes nas IES federais (MEC, 2007).

Em 2010 foi estabelecido pelo Governo Federal o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), por meio do Decreto 7.234, de 19/07/2010, com a finalidade de ampliação das condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal. São objetivos do PNAES:

- I - Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - Reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Apesar de ser um programa de amplitude nacional, os recursos são repassados às instituições federais de ensino superior, que têm autonomia para aplicá-los de acordo as especificidades locais.

### **1.3.2 O PIBID**

O PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - foi instituído pelo MEC pela Portaria 38, de 12/12/2007 e pelo Decreto 7.219, de 24/06/2010, com a finalidade de “fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira” (Decreto 7.219, de 24/06/2010).

São objetivos gerais do PIBID:

- I. Aperfeiçoamento dos cursos de licenciatura no sentido de melhorar a formação;
- II. Analisar a prática a fim de conhecer os desafios da profissão e a partir disso, ressignificar a carreira do professor, fomentando a construção do conhecimento na formação de professores; através da valorização do espaço da escola pública, o desenvolvimento de estratégias metodológicas diversificadas voltadas para a superação de problemas identificados no processo ensino-aprendizagem;
- III. Consolidar a formação na licenciatura articulando teoria e prática;
- IV. Promover a diminuição da evasão dos cursos de licenciatura;
- V. Propiciar o aumento na procura dos cursos de licenciatura;
- VI. Proporcionar maior diálogo entre o Instituto Federal e as escolas públicas, aproximando assim, as relações institucionais, na perspectiva de incentivar a formação de professores para o ensino básico público;
- VII. Promover uma articulação sólida entre o IFNMG e a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, objetivando o estabelecimento de projetos de cooperação entre os atores envolvidos no projeto, fomentando uma sólida formação docente inicial, na perspectiva da melhoria no ensino da região;
- VIII. Fomentar a melhoria no desempenho dos alunos das escolas envolvidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), desenvolvendo estratégias de articulação entre as diferentes áreas pelo enfrentamento de situações-problema contextualizadas, fundamentadas nos direitos humanos e na diversidade sociocultural;

IX. Contribuir com a formação continuada dos professores das escolas envolvidas no projeto, enfatizando questões da aprendizagem das ciências em uma perspectiva contemporânea e integrada ao contexto das escolas parceiras, que subsidiem pesquisas acadêmicas na área de Educação;

X. Promover experiências pedagógicas inovadoras, em uma perspectiva interdisciplinar, como meio para compreender as Ciências, como construções humanas e a sua relação com a vida social e produtiva (IFNMG, 2015).

Percebe-se, nos objetivos acima, as intenções de diminuir a evasão dos cursos de licenciatura, aumentar a procura pelos cursos de licenciatura, promover a articulação entre teoria e prática, entre outras (IFNMG, 2015).

#### **1.4 A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a oferta da educação superior**

Embora as Escolas de Aprendizes e Artífices, criadas em 1909, sejam consideradas a origem da Rede Federal de EPT, a educação superior só veio fazer parte desta Rede em 1978, pela Lei Nº 6.545, quando três escolas federais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – Cefets – equiparados a centros universitários (BRASIL, 1978).

Os Cefets tinham a incumbência de formar Engenheiros de Operação e tecnólogos (BRASIL, 1978), mas “poderiam ofertar, além dos cursos técnicos, as Licenciaturas plena e curta para formação de professores e especialistas das disciplinas especializadas no ensino de 2º grau e dos cursos de formação de tecnólogos.” (GOMES, 2013, p. 37).

Por meio da Lei 8.948, de 08 de dezembro de 1994, instituiu-se o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, em que Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais foram transformadas, gradativamente, em Cefets, mediante critérios estabelecidos pelo MEC. (BRASIL, 1994).

Este sistema foi modificado pela Lei Nº 11.892, de 29/12/2008, que criou uma nova institucionalidade para a rede federal - os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Ifet's. Estes são considerados instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, possuidoras de natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Foram criados 38 Institutos Federais decorrentes da

transformação de alguns Cefets, de algumas escolas técnicas federais e da junção de Escolas Agrotécnicas Federais. (BARROS, 2013).

Os Institutos Federais são, portanto, Instituições de Ensino Superior do Brasil, são especializados na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, aliando conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (BRASIL, 2008).

Vale ressaltar que toda a estrutura e potencial herdados pelos Institutos Federais dos Cefets, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais, “abrem oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora” (PACHECO, 2011, p. 7), além de gerar “fortalecer condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro” (VIDOR et al., 2011, p. 49).

Os Institutos Federais, têm como missão “apromoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e de novas tecnologias.” (PACHECO, 2012, p. 9). Esse “arranjo educacional abre perspectivas para o ensino médio-técnico, por meio de uma combinação do ensino de ciências, humanidades, educação profissional e tecnológica. (Idem)

A oferta da educação profissional pelos Institutos Federais poderá se dar em todos os seus níveis e modalidades, promovendo a formação e a qualificação de cidadãos para a crescente demanda do mercado de trabalho, principalmente por tecnologia, com a missão de contribuir para o desenvolvimento com sustentabilidade deste país (CASTIONI, 2012).

Com o objetivo de estar em harmonia com a busca do desenvolvimento local, os cursos das novas unidades dos Institutos Federais são definidos por meio de audiências públicas e com respeito às opiniões das representações da sociedade. Mas deverá estar atenta de forma que não se torne apenas mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas pela sociedade (PACHECO, 2011).

Os Institutos Federais (Ifet's), criados pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, integrada também pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR), O CEFET Minas Gerais, O CEFET Rio de Janeiro, as Escolas Técnicas Vinculadas (ETV's) às Universidades Federais e o Colégio Pedro II.

### Quadro 1 - Estrutura Organizacional da Educação Profissional e Tecnológica nos IFs

Natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.
Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Integração e verticalização dos diferentes níveis da educação básica e do ensino superior, da educação profissional e tecnológica, na formação inicial e na formação continuada.
Equiparados às universidades federais quanto à regulação, avaliação e supervisão da educação superior.
Autonomia para criação e extinção de cursos.
Instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.
Ensino, pesquisa aplicada e extensão. Relação transformadora da e com a sociedade.
Garantias mínimas de atendimento no desenvolvimento acadêmico: - 50% para educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados; - 20% para cursos de licenciaturas, programas especiais de formação pedagógica com vistas à formação de professores para a educação básica, com ênfase nas áreas de ciências, matemática e educação profissional; - 30% para (subtendido) os cursos superiores de tecnologia; cursos de bacharelado e engenharia; cursos de pós-graduação ( <i>lato e stricto sensu</i> ), com vistas no processo de geração e inovação tecnológica e para os diferentes setores da economia.
A função social exercida pela EPT deve contribuir para o progresso socioeconômico brasileiro.

Fonte: (ARAÚJO, 2014, p.101)

#### 1.4.1 O desafio da formação de professores no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Desde 1978 as instituições de educação tecnológicas federais ofertam cursos na área de formação de professores, quando foram criados os primeiros CEFET's nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. Eram cursos de licenciatura plena, que capacitaria o professor para atuar no equivalente ao atual ensino médio ou curta, cuja formação era mais rápida e que habilitaria o futuro docente para o equivalente ao ensino fundamental atual (BRASIL, 1978).

Os CEFET's ofertavam, na década de 1980, cursos emergenciais, denominados Esquema I e Esquema II, originários de uma portaria ministerial, a de

Nº 432/1971, a qual normatizam acerca de cursos superiores de formação de professores de disciplinas específicas do ensino de 2º grau (BRASIL, 1971).

Segundo a Portaria 432/71, os esquemas seriam assim organizados:

**Quadro 2 - Resumo dos Esquemas I e II**

Esquema	Público alvo (portadores de diplomas de que grau)	Observação	Duração (horas)
I	Superior relacionados à habilitação pretendida, sujeitos à complementação pedagógica		600
II	Técnico de nível médio, nas referidas áreas	Além das disciplinas constantes do Esquema I, deverá cursar disciplinas de conteúdo correlativas à área de habilitação.	1080; 1280; 1480

Fonte: Dados da pesquisa, BRASIL (1971)

De acordo a portaria, qualquer pessoa que tivesse curso superior poderia ser professor, desde que fizesse uma complementação pedagógica de 600 horas e os técnicos de nível médio também poderiam ser habilitados para a docência, de acordo o Esquema II.

Em 1993, houve uma alteração na Lei nº 6.545/1978 e os CEFET's passaram a formar "professores especializados para as disciplinas específicas do ensino médio técnico e tecnológico" (BRASIL, 1993) e não mais para a educação básica.

A década de 1990 é marcada pelo expressivo número de Escolas Técnicas Federais transformadas em CEFET e a expansão da prerrogativa dessas instituições atuarem na formação de professores. (LIMA, 2012).

Em 2000 houve uma nova mudança, por meio do Decreto 3.462, de 17 de maio, o qual retorna a autorização para os CEFET's formarem professores para "as disciplinas científicas e tecnológicas do ensino médio e da educação profissional" (BRASIL, 2000, Art. 1º).

Com a transformação dos CEFET's em IF's, em 2008, essas instituições continuam com a missão de formar professores para a educação básica "sobretudo nas áreas de ciências e matemática", e para a educação profissional (BRASIL, 2008, Art. 7º, inc. VI, al. b). É provocada "uma transformação significativa no que se refere a formação docente nestas instituições que durante toda sua trajetória histórica

ofereceu prioritariamente a educação profissional. ” (BARROS, 2013, p. 55).

No artigo 6º da lei, são apresentados como finalidades e objetivos dos IF's: a oferta de ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular; capacitação técnica e atualização pedagógica aos professores da rede pública de ensino. No artigo 7º da lei, são apresentados como objetivos: ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. O art. 8º estabelece que os Institutos Federais devam garantir o mínimo de 20% (vinte por cento) de vagas para atender aos objetivos (BRASIL, 2008).

Uma das justificativas do Governo Federal para o fato de os CEFET's poderem ofertar cursos de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática é a necessidade de suprir a falta de professores para o ensino básico e de que as Universidades e Faculdades não estão formando o número necessário de professores para o sistema de ensino (SANTOS, 2004).

A oferta de cursos de formação de professores para a educação básica, especialmente nas áreas de ciências e matemática nos Institutos Federais, juntamente com as Universidades e as Faculdades isoladas, pode contribuir para reduzir a enorme escassez de professores no Brasil. (CALDAS, 2011).

É importante salientar que historicamente os Institutos Federais estão especializados na formação de profissionais para as áreas técnicas e que a formação de professores se coloca como uma novidade para muitas dessas instituições, o que sugere uma readaptação do trabalho docente e poderia prejudicar a qualidade do ensino. (GOMES, 2013).

Apresenta-se um grande desafio a essas instituições: promover a “articulação entre o científico e o técnico numa perspectiva transdisciplinar em que a ciência, o trabalho e a cultura sejam os eixos de toda a organização curricular, respeitando as características locais sem perder a visão do global. ” (BARROS, 2013, p. 52).

A educação brasileira, historicamente, sempre foi carente de políticas públicas contínuas e consistentes. Com a carreira do magistério não é diferente, com a carreira desvalorizada, ocorre uma grande defasagem de profissionais habilitados em determinadas áreas. (PACHECO, 2011)

Os Institutos Federais podem ocupar lugar importante na melhoria da qualidade da educação, à medida que, como previsto na Lei 11.892, se tornem centros de

excelência na oferta de cursos de formação de professores e de apoio às escolas, oferecendo capacitação e atualização pedagógica aos profissionais da educação. (BRASIL, 2008).

O aumento das vagas de formação docente proporcionado pelos Institutos Federais será em vão se não vier acompanhada de outras políticas públicas ao ingresso e à permanência na profissão. É preciso que, além da quantidade, a boa qualidade dessa formação seja garantida (LIMA, 2012).

Do total de matrículas no ensino superior em 2013, os Ifet's e Cefet's detém um total de 1,6%, enquanto que 53,4% do total de matrículas são em Universidades, 29,2% em Faculdades e 15,8% em Centros Universitários. (BRASIL, 2013). Percebe-se ainda muito pouca a participação dos Ifet's e Cefet's nas matrículas de ensino superior, o que pode ser entendido pela recente oferta de educação superior nessas instituições.

#### **1.4.2 A formação de professores no IFNMG – Campus Januária**

Histórica e tradicionalmente, o IFNMG – Campus Januária, tem atuado em cursos de educação profissional do setor agrícola. A oferta de cursos de formação de professores é uma missão permitida somente após 2002, quando de sua “cefetização”, o que se apresentou como grande desafio para a instituição, pois as adequações foram múltiplas: infraestrutura física, quadro de pessoal, quanto da mentalidade de servidores e alunos, de documentos internos, bem como da necessidade de “um domínio teórico e metodológico do campo das Ciências Humanas” (GOMES, 2013, p. 95).

Atualmente são oferecidos os seguintes cursos de licenciaturas: em Ciências Biológicas, em Física e em Matemática. Essas áreas são majoritárias entre os Institutos Federais brasileiros que oferecem cursos de formação de professores que, incluindo o curso de Licenciatura em Química, representam 72% dos cursos ofertados, presentes em mais da metade dos Ifets (LIMA, 2012).

**Quadro 3 - Dados sobre as licenciaturas do IFNMG - Campus Januária**

Curso de licenciatura	Ano de implantação	Autorização para funcionamento	Vagas/entradas/turno	Prazo para integralização (mínimo/máximo)
Matemática	2007	Resolução CD Nº 10 - 04/10/2006	40/semestral/matutino e noturno	4/6
Física	2008	CD Nº 04 de 04/06/2008	40/semestral/vespertino e noturno	4/6
Biologia	2010	Portaria nº 109 de 05/04/2010	40/anual/matutino, vespertino e noturno	4/6

Fonte: Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciatura do IFNMG – Campus Januária

Segundo os Projetos Pedagógicos de cada curso, as justificativas para a implantação dos cursos são pautadas nas seguintes razões:

Licenciatura em Matemática: pela necessidade de uma demanda local e regional, que é a de formar professores de matemática para a educação básica; apoiado também na infraestrutura da instituição: laboratórios, ambientes de aprendizagem, corpo docente com domínio da teoria associada à prática, contexto de aprendizagem dinâmico, apropriado, motivador às ações teóricas-práticas, estimulantes e favorecedoras à pesquisa (IBGE, 2010).

Licenciatura em Física: pelas diversas desvantagens em que se encontra a região a qual pertence o IFNMG – Campus Januária, os quais são “pífios resultados do município e da região em avaliações sistêmicas realizadas pelo MEC/Inep” (BRASIL, 2010, p. 8), ocasionados também pela carência de cursos de capacitação e formação docente, especialmente em Licenciatura em Física, uma das mais defasadas; a infraestrutura aqui também é utilizada como justificativa, com ênfase ao referir-se a instalações modernas de laboratórios de Física, Química, Informática, Desenho e Topografia, dentre outros, possibilitando assim otimizar os processos pedagógicos, o que contribui para a articulação entre a teoria e a prática. (BRASIL, 2010).

Licenciatura em Biologia: existência de uma demanda de licenciados nestas áreas, constatada pela grande participação de pessoal não habilitado como docentes nas escolas de ensino fundamental e médio, particularmente na rede pública de

ensino; inexistência do curso de Ciências Biológicas em faculdades públicas ou privadas na cidade de Januária e municípios circunvizinhos, sendo pequena a oferta do curso na região Norte de Minas Gerais; mais de 50% das matrículas em Licenciatura nas Faculdades privadas se dão em cursos noturnos e 80% destas são de alunos que trabalham; constatação de que nem toda a clientela em potencial, para os cursos noturnos, tem como viabilizar seu acesso às escolas superiores particulares. (BRASIL, 2010, p. 8)

Segundo o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Biologia, o espaço físico da instituição já tem condições de receber esse novo curso, mas muitas obras estão sendo construídas para melhor adequação ao crescimento. O curso já conta com laboratórios disponíveis de microscopia e de Biologia Celular, de Fisiologia Vegetal e pós-colheita, de Entomologia, Microbiologia, Química Geral. Estão em fase de construção os laboratórios de Zoologia, Anatomia e Fisiologia Humana e genética. Quanto aos recursos humanos, houve concurso no ano de 2009 para adequação do corpo docente, mas já conta com professores do curso de Agronomia, uma vez que ambos os cursos apresentam disciplinas comuns em sua matriz curricular (BRASIL, 2010).

Como se percebe, a questão da escassez de professores das áreas de ciências da natureza e matemática é utilizada em seus Projetos Pedagógicos para justificar a oferta desses cursos nos IFNMG – Campus Januária, mas é importante observar que, segundo Lima (2012),

[...] o combate à escassez docente foge aos domínios das instituições formadoras, pois o problema que leva a falta de professores se relaciona com aspectos mais amplos, e não apenas à questão da formação de professores. E nesse contexto, a formação docente se expande em instituições de educação profissional e tecnológica, com um discurso que já se tornou “lugar-comum” nos trabalhos que tratam deste assunto: os IF se consolidam como formadores de professores para conter o vazio docente (p. 53).

Não é objeto deste trabalho aprofundar na questão da falta de professores no Brasil, assunto que ainda carece de estudos.

O acesso aos cursos de licenciatura do IFNMG – Campus Januária ocorre mediante processo seletivo, por meio de Edital próprio, de acordo a legislação pertinente. É utilizado o Sisu (Sistema de seleção unificada), que é um sistema informatizado gerenciado pelo MEC e regulado pela Portaria Normativa Nº 21, de 5

de novembro de 2012, por meio do qual são selecionados estudantes, com base nos resultados das provas do Enem, a vagas em cursos de graduação pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participem (BRASIL, 2012).

### 1.4.3 Assistência Estudantil do IFNMG

A instituição participa de políticas e programas públicas que objetivam contribuir para a permanência de estudantes na instituição e evitar a evasão. A seguir, apresenta-se as características de algumas dessas políticas.

A Política de Assistência Estudantil do IFNMG foi aprovada pelo seu Conselho Superior em 25/02/2011. É formada por programas que atendem alunos dos cursos presenciais nas modalidades: integrado, concomitante, subsequente, de tecnologia, de graduação e Proeja (IFNMG, 2015).

#### **Auxílios concedidos a partir de critérios socioeconômicos:**

- a) Auxílio permanência:** Tem o objetivo de auxiliar financeiramente o estudante carente, contribuindo para sua permanência e conclusão do curso.
- b) Auxílio transporte:** Objetiva auxiliar financeiramente o estudante no custeio de seu deslocamento de seu domicílio ao IFNMG.
- c) Auxílio moradia:** Objetiva auxiliar financeiramente o estudante que seja oriundo de outros municípios e/ou que seja natural do município sede do campus do IFNMG, mas não possui vínculo familiar para contribuir com as despesas de moradia.
- d) Regime residencial e regime semi residencial:** Esta modalidade é disponível apenas para alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Neste regime o aluno conta com alojamento, lavanderia, refeições e todo apoio de uma equipe multidisciplinar de atendimento ao educando.
- e) Auxílio para aquisições de itens escolares, uniforme e viagens:** Tem o objetivo de ajudar o aluno no custeio de itens escolares, uniforme e ajuda de custo para viagens acadêmicas para participação em eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural.
- f) Auxílio cópia e impressão:** Objetiva atender os estudantes nas despesas com cópias e impressões de materiais didáticos específicos do seu curso, independente dos textos e materiais já disponibilizados em cada disciplina. Os

alunos contemplados terão direito a 100 (cem) unidades de cópias e 40 (quarenta) unidades de folhas impressas mensalmente, durante o período de 01 (um) ano letivo.

**Auxílios concedidos por mérito acadêmico:**

- a) Bolsas de monitoria:** É concedida uma bolsa ao estudante para desenvolvimento de ações de acompanhamento de discentes (orientação profissional, acompanhamento da frequência, orientação aos discentes ingressantes, acompanhamento do desempenho acadêmico, monitoria, dentre outros). A bolsa monitoria não se destina somente aos discentes em vulnerabilidade socioeconômica.
- b) Bolsa treinamento:** Visa inserir o estudante em atividades de educação em serviço nas dependências do IFNMG, visando a integração social e de aperfeiçoamento profissional e cultural, de modo a proporcionar a complementação do processo de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de atividades orientadas, vinculadas, prioritariamente, à área de formação do estudante.
- c) Bolsas de pesquisa e extensão:** Tem como objetivos: incentivar os estudos, a pesquisa e a extensão; incentivar a participação dos discentes em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em projetos de incentivo à pesquisa e à extensão; proporcionar ao discente bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional e envolvimento com a comunidade, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho, da pesquisa e da extensão.
- d) Auxílio para participação em eventos e reuniões da Câmara de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE):** Objetiva conceder auxílio para ajuda de custo em viagens acadêmicas para participação de reuniões na Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).
- e) Programas complementares:** Há programas que complementam as atividades acadêmicas: atividades culturais e esportivas, incentivo à formação de cidadania, assistência à saúde e apoio psicológico, acompanhamento pedagógico, programa de incentivo à educação física, intelectual, artística e cultura, seguro saúde.

No ano de 2015 o IFNMG – Campus Januária, realizou a concessão de bolsas para assistência estudantil, destinadas aos alunos regularmente matriculados em cursos presenciais, de nível técnico profissionalizante ou superior da instituição, com prioridade àqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica (renda familiar *per capita* de até 1 ½ salário mínimo), por meio dos seguintes programas:

**Quadro 4 - Modalidades dos Auxílios e valores**

Modalidade do auxílio	Valor (em R\$)
Auxílio Permanência	400,00
Auxílio Moradia	150,00
Auxílio Transporte	120,00
Auxílio Alimentação	150,00

Fonte: Dados da pesquisa

#### 1.4.4 O PIBID no IFNMG – Campus Januária

No IFNMG – Campus Januária o PIBID teve início em 2010, com subprojetos para os cursos de Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática. Em 2012 o curso de Licenciatura em Biologia também passou a participar do PIBID (IFNMG, 2015). O valor atual da bolsa para o bolsista é de R\$ 400,00. Atualmente são 45 alunos bolsistas do curso Licenciatura em Biologia, 38 do curso Licenciatura em Física e 35 do curso Licenciatura em Matemática, num total de 118 alunos bolsistas no IFNMG – Campus Januária. (MEC, 2015).

A iniciação científica, como um instrumento de formação, é uma forma de inserção dos estudantes de graduação nas atividades acadêmicas e de pesquisa, bem como de incentivo de produção científica pelos professores orientadores/pesquisadores (FREITAS et al., 1997).

É imprescindível que a IES desenvolva não só a capacidade técnica e especializada do estudante, mas também o espírito investigativo e a capacidade de produzir novos conhecimentos (BRIDI, 2010). Envolver os alunos ainda na graduação

com a pesquisa científica e seus procedimentos sistemáticos, “é o caminho mais adequado inclusive para se alcançar os objetivos da própria aprendizagem” (SEVERINO, 2008, p. 21).

## **CAPÍTULO II**

### **FATORES DE PERMANÊNCIA DE ALUNOS NAS LICENCIATURAS DO IFNMG – CAMPUS JANUÁRIA**

Apresenta-se, neste capítulo, o perfil dos alunos das licenciaturas dos IFNMG – Campus Januária, bem como a percepção desses, sobre os fatores que tem contribuído para sua permanência na instituição.

O capítulo é dividido em duas partes. A primeira aborda o caminho metodológico da pesquisa de campo de forma a esclarecer as questões propostas neste trabalho e, a segunda, apresenta e discute os resultados da pesquisa realizada.

#### **2.1 O tipo de pesquisa: a abordagem metodológica**

Tendo em vista o objeto investigado, optou-se pela abordagem predominantemente qualitativa orientada para o método estudo de caso.

Entende-se que essa abordagem se adéqua mais satisfatoriamente aos questionamentos da problemática que se propôs investigar e ao envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo. Utilizou-se também de dados quantitativos, por meio de levantamentos feitos com o uso de questionários.

Ludke e André (1986, p. 11), apresentam algumas características da investigação qualitativa, que apoiam essa nossa escolha:

- a) o ambiente natural é a fonte direta de dados, o pesquisador o principal instrumento, que tem contato direto com o ambiente e o problema investigado;
- b) os dados coletados são caracteristicamente descritivos;
- c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- d) o entendimento dos dados significados que os pesquisados dão às suas experiências é fundamental e
- e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Como métodos de coletas de dados foram utilizados a aplicação de questionários aos alunos das licenciaturas do IFNMG – Campus Januária e a realização de entrevistas semiestruturadas com nove participantes, três de cada um dos cursos de licenciatura oferecidos: Biologia, Física e Matemática.

A pesquisa foi dividida em duas fases:

Fase I: aplicação de questionários estruturados aos alunos matriculados nos cursos de licenciatura do IFNMG – Campus Januária com o objetivo de conhecer o perfil desses alunos.

Fase II: realização de entrevistas com o objetivo de conhecer as trajetórias de alunos que permanecem nos cursos de licenciatura do IFNMG – Campus Januária, visando responder aos questionamentos dos problemas da pesquisa.

## **2.2 População e composição da amostra**

O universo da população foi composto por todos os alunos matriculados nos cursos de licenciatura do IFNMG – Campus Januária: Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática. A Secretaria de Registros Acadêmicos do IFNMG – Campus Januária informou que no 1º semestre de 2015 haviam 359 alunos matriculados nas licenciaturas, dos quais: 153 no curso de Ciências Biológicas, 103 no curso de Física e 103 no curso de Matemática.

Foram sujeitos desta pesquisa alunos dos cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Januária. Foram aplicados questionários em todas as turmas dos cursos de licenciatura da instituição e foram obtidos 238 questionários respondidos do total de 359 alunos matriculados perfazendo uma amostragem de 66,29%.

## **2.3 A coleta de dados**

### **2.3.1 O questionário estruturado**

O questionário é uma técnica de investigação que contém perguntas que são propostas a pessoas com a finalidade de colher informações sobre vários assuntos de interesse. Algumas das vantagens do questionário são: a possibilidade de se obter informações de grande número de pessoas; a não exigência de treinamento do pesquisador para ser aplicado e a garantia do anonimato dos respondentes (GIL, 2012).

Os questionários estruturados foram aplicados em todas as turmas dos cursos de licenciatura do IFNMG – Campus Januária. Os alunos presentes nos dias de aplicação, num total de duzentos e trinta e oito, responderam, anonimamente, sem

nenhuma interferência em suas respostas.

O questionário foi composto de vinte e uma questões que objetivaram conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos alunos. As respostas dos estudantes foram tabuladas e expressas em tabelas e gráficos produzidos no programa Microsoft Excel. Foi possível, assim, conhecer o perfil dos estudantes das licenciaturas do IFNMG – Campus Januária, além de suas expectativas futuras.

### **1.1.1 A realização das entrevistas**

A entrevista é uma técnica que permite ao entrevistador fazer um “mergulho de profundidade” (DUARTE, 2004, p. 215), de forma que obtenha “indícios” (ibid., p. 215) da percepção dos sujeitos acerca de sua realidade, obtendo “informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo” (Ibid., p. 215). É uma conversação feita face a face, de maneira metódica, em que a informação necessária é comunicada verbalmente ao entrevistado, possibilitando a obtenção de informações sobre o problema pesquisado (LAKATOS E MARCONE, 2003).

Foram escolhidos de forma não probabilística e intencional 9 (nove) alunos, 3 (três) de cada curso de Licenciatura (Biologia, Física e Matemática) para serem entrevistados. Os critérios para escolha dos alunos foram os seguintes: estar cursando mais da metade do curso, em situação regular quanto às disciplinas (sem dependências) e ser proveniente de famílias com situação econômica desfavorável, isto é, com renda mensal do grupo familiar de até 3 salários mínimos, conforme definição adotada pelo Governo Federal para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico (BRASIL, 2007).

O Decreto Nº 6.135, de 26 de junho de 2007 regulamentou o CadÚnico, que, segundo o Art. 2º:

“[...] é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público”.

O Art. 4º do Decreto Nº 6.135 de 26/06/2007 apresenta as características das famílias a serem cadastradas no CadÚnico e algumas definições:

I - família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.

II - família de baixa renda: sem prejuízo do disposto no inciso I:

a) aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou

b) a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos;

III - domicílio: o local que serve de moradia à família;

IV - renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles percebidos dos seguintes programas:

a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

b) Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;

c) Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;

d) Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem;

e) Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; e

f) demais programas de transferência condicionada de renda implementados por Estados, Distrito Federal ou Municípios;

V - renda familiar per capita: razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos na família.

As entrevistas foram do tipo semiestruturadas e sua finalidade foi a identificação dos fatores que têm favorecido a permanência dos alunos de baixa renda na instituição, realizadas face a face, com gravação, com autorização dos entrevistados. Foi utilizado um roteiro pré-estabelecido em um formulário, objetivando conseguir respostas de diferentes respondentes (LAKATOS E MARCONE, 2003).

Como forma de preservar a identidade dos estudantes participantes das entrevistas, criaram-se os códigos seguintes de identificação dos alunos: Licenciatura em Biologia: (B1, B2 e B3); Licenciatura em Física: (F1, F2 e F3) e Licenciatura em Matemática: (M1, M1 e M3).

Para a aplicação dos questionários, foram adotados procedimentos relativos ao esclarecimento dos objetivos da pesquisa e pedido de consentimento para utilização dos dados, além da autorização da Direção da instituição.

Para a realização das entrevistas, foi elaborado um formulário de consentimento informado para os assinantes assinarem antes de participarem da entrevista (GIL, 2012), que tiveram conhecimento dos objetivos da pesquisa e da preservação de suas identidades.

#### **2.4 A análise e a interpretação dos dados coletados.**

A análise dos dados, conforme Gil, (2012, p. 176, apud TESCH,1990), apresenta alguns princípios e práticas orientadoras da análise qualitativa:

- a) A análise não é a última fase do processo de pesquisa. Inicia-se na própria coleta.
- b) A análise é um processo sistemático e compreensivo, mas não rígido.
- c) O acompanhamento dos dados inclui uma atividade reflexiva que resultam em um conjunto de notas de análise que guiam o processo.
- d) Os dados são segmentados, isto é, subdivididos em unidades relevantes e significativas, mas que mantêm conexão com o todo.
- e) Os segmentos de dados são categorizados de acordo com um sistema organizado que é predominantemente derivados dos próprios dados.
- f) A principal ferramenta intelectual é a comparação. Os dados obtidos, por sua vez, podem ser comparados com modelos já definidos, com dados de outras pesquisas e também com os próprios dados.
- g) As categorias derivam dos próprios dados e são provisórias até que possam abarcar os dados a serem obtidos posteriormente.
- h) A manipulação qualitativa dos dados durante a análise é uma atividade eclética, não há uma única maneira de fazê-la.
- i) Embora requeiram conhecimentos metodológicos, não existem regras rígidas de análise.
- j) O resultado da análise é um tipo de síntese em mais alto nível.

A interpretação dos dados está intimamente relacionada à sua análise,

principalmente em pesquisas qualitativas. É preciso ir além da leitura dos dados, recorre-se às teorias para “o estabelecimento de generalizações empíricas e sistemas de relações entre proposições” (GIL, 2012, p. 179).

Os dados quantitativos foram tratados e gerados gráficos e tabelas com o auxílio do software Microsoft Office Excel.

A análise e a interpretação das entrevistas foram feitas pelo método de análise do conteúdo, definida como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

Segundo Creswell (2007), a análise dos dados, um processo constante e contínuo consiste de extrair sentido dos dados de texto, envolvendo a preparação dos dados, condução de análises diferentes, aprofundamento no entendimento dos dados, a representação dos dados e a interpretação do significado mais amplo dos dados.

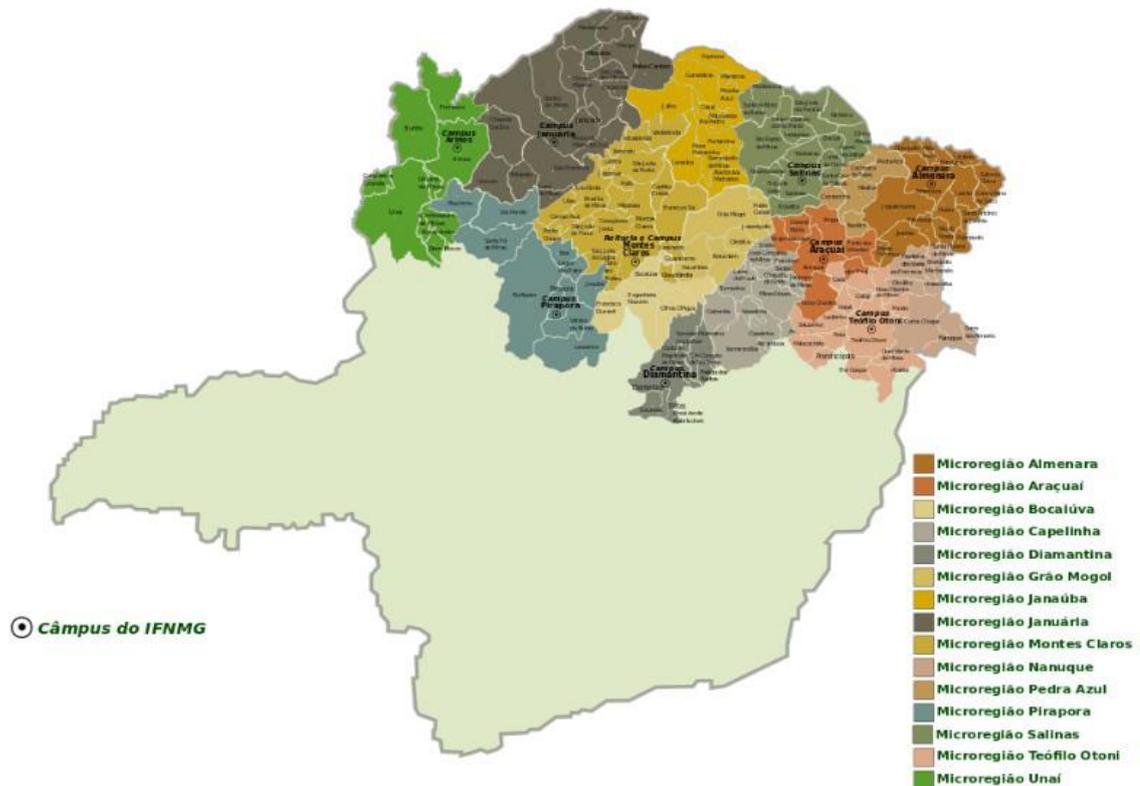
Alguns passos para a análise e interpretação dos dados qualitativos (BARDIN, 1979; GIL, 2012): primeiramente as entrevistas foram transcritas textualmente preservando-se ao máximo a opinião dos participantes; após, o material foi estudado aprofundadamente, orientando-se pelas questões da pesquisa e pelo referencial teórico; foram construídos categorias e classificações que compuseram quadros de referências para análise; procurar-se-á ideias coincidentes, divergentes ou neutras (que não estejam ligadas a alguma teoria); ao final procedeu-se a interpretação referencial reflexiva e intuitiva, apoiada nos materiais de informação.

## **2.5 O IFNMG – Campus Januária: o lócus da pesquisa**

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG – resultou da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária (CEFET – Januária) e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas (EAF – Salinas), juntamente com outros Campi: Almenara, Araçuaí, Arinos, Montes Claros e Pirapora. A Reitoria do IFNMG está localizada no município de Montes Claros, norte de Minas Gerais (PDI, 2013).

A área de abrangência do IFNMG é constituída por 171 municípios, distribuídos em 4 mesorregiões (Norte de Minas, Noroeste de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri), ocupando uma área total de 249.376,20 km<sup>2</sup>, com uma população total estimada de 2.844.039 mil habitantes (PDI, 2013).

**Figura 1 - Mapa da área de abrangência do IF do Norte de Minas Gerais**



Fonte:PDI (2013) (BRASIL, 2013)

Atualmente é composto por outros nove campi (Campus Almenara, Campus Araçuaí, Campus Arinos, Campus Diamantina, Campus Janaúria, Campus Montes Claros, Campus Pirapora, Campus Salinas e Campus Teófilo Otoni) e das Unidades de Educação Profissional de Janaúba e de Porteirinha, conforme o PDI (2013). São oferecidos diversos cursos técnicos e superiores.

**Quadro 5 - Cursos oferecidos pelo IFNMG**

Campus	Curso Técnico	Curso Superior
Almenara	Administração, Agropecuária, Enfermagem, Informática, Zootecnia.	Bacharelado em Agronomia, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.
Araçuaí	Administração, Agroecologia, Enfermagem, Informática, Meio Ambiente.	Bacharelado em Administração, Tecnologia em Gestão Ambiental,
Arinos	Administração, Agropecuária, Informática, Meio Ambiente.	Bacharelado em Administração, Bacharelado em Agronomia, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Produção de Grãos.
Janaúba	Administração, Informática.	
Januária	Agropecuária, Enfermagem, Informática, Meio Ambiente, Proeja Comércio.	Bacharelado em Administração, Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.
Montes Claros	Eletrotécnica, Informática, Química, Segurança do Trabalho.	Bacharelado em Ciência da Computação, Bacharelado em Engenharia Química.
Pirapora	Administração, Edificações, Informática, Segurança do Trabalho.	Bacharelado em Administração, Bacharelado em Sistema de Informação.
Salinas	Administração, Agroindústria, Agropecuária, Informática.	Bacharelado em Engenharia de Alimentos, Bacharelado em Engenharia Florestal, Bacharelado em Medicina Veterinária, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química, Tecnologia em Produção de Cachaça.
Teófilo Otoni	Administração, Informática, Meio Ambiente.	

Fonte: Portal IFNMG (2015)

O lócus da pesquisa, instituição de trabalho do pesquisador, o IFNMG –

Campus Januária, um dos nove campus do IFNMG, é uma instituição pública com mais de 50 anos de fundação, oferece Educação Profissional e Tecnológica gratuita, na forma de Cursos e Programas de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FIC), Educação Técnica de nível médio, Cursos superiores de Bacharelado e Licenciatura, articulados à pesquisa e extensão.

O Campus Januária teve início por meio da criação da Escola Agrotécnica de Januária, em 18 de dezembro de 1960, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. Em 16 de novembro de 1993, por intermédio da Lei nº 8.731, foi transformada em autarquia, passando a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Januária. Em 2002, por meio de um decreto federal s/n, foi transformado em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Januária (CEFET – Januária), até que em 29 de dezembro de 2008 foi criado o IFNMG / Campus Januária, um dos sete *campi* do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, originado pela integração CEFET Januária com a EAF Salinas, ambos de origem Agrícola na modalidade profissional.

São oferecidos atualmente pelo IFNMG – Campus Januária cinco cursos técnicos e sete cursos de graduação, dos quais três são de formação de professores.

## **2.6 A cidade de Januária – MG**

A cidade de Januária – MG, sede do Campus Januária do IFNMG, é um município com mais de 150 anos de existência, localizada na região do Médio São Francisco, sede da microrregião de Januária e pertencente à mesorregião Norte de Minas, distante 592 km da capital Belo Horizonte, tem uma população de 65. 463 habitantes e uma extensa área territorial de 6. 713,76 km<sup>2</sup>. Possui um IDHM<sup>1</sup> (2010) de 0,658 situando-o na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699); a economia gira em torno da Agricultura, da Indústria e de Serviços (IBGE, 2010).

O IDHM Educação do município de Januária revela dados preocupantes: em 2010 apenas 44,49% de sua população com 18 anos ou mais de idade tinham ensino fundamental completo e apenas 31,25% dos jovens com 18 a 20 anos de idade tinham

---

<sup>1</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município de Januária é de 0,658, segundo o IBGE (2010), O IDHM é o resultado da média entre as dimensões Longevidade, Renda e Educação. O índice educação do município (0,568) é o que mais contribui para seu IDHM estar no nível médio, seguido de renda (0,611) e longevidade (0,820) (IBGE, 2010).

ensino médio completo, dados abaixo dos índices estadual (42,82%) e nacional (41,01%) (IBGE, 2010).

Outros dados preocupantes em relação ao município de Januária, segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2010):

- Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, apenas 9,26% estavam cursando o ensino superior em 2010, o que mostra que há muitos jovens ainda sem acesso a esse nível de ensino no município;
- 20,32% das pessoas de 15 a 24 anos de idade não estudavam, não trabalhavam e eram vulneráveis à pobreza (pessoas que moram em domicílios particulares permanentes com renda per capita inferior a meio salário mínimo de agosto de 2010).
- 58,34% da população eram vulneráveis à pobreza;
- A renda per capita média da população era de R\$ 359,19.
- 19,2% da população eram de extremamente pobres (renda familiar per capita de até R\$ 70,00 mensais de pessoas que moram em domicílios particulares permanentes);
- 34,51% eram de pobres (renda familiar per capita de até R\$ 140,00 mensais de pessoas que moram em domicílios particulares permanentes).

Percebe-se a necessidade da oferta ensino superior gratuito e de qualidade para a população, dado o número ainda grande de jovens pobres sem acesso a esse nível de ensino. Segundo Sobrinho (2010):

Pobreza e precária ou mesmo nenhuma escolaridade não se separam. A pirâmide educacional é um elemento do quadro geral das assimetrias sociais. Os brasileiros mais pobres não chegam a completar nem mesmo cinco anos de escolaridade, enquanto os mais ricos ultrapassam a marca de dez anos (p. 1233).

## Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa

Concluída a fase de coleta de dados, trazemos à luz os resultados obtidos, buscando, por meio da descrição e análise dos dados, explicitar os "achados da pesquisa", no que se refere ao conhecimento das trajetórias bem-sucedidas de alunos das licenciaturas do IFNMG, explicitando os fatores que favorecem a permanência dos alunos de classe social desfavorecida, nos referidos cursos.

### 2.7 Quem são os alunos das licenciaturas do IFNMG – Campus Januária?

Para compor o perfil socioeconômico dos estudantes das licenciaturas do IFNMG – Campus Januária foram analisadas as seguintes dimensões: sexo, idade, cor/raça e situação conjugal; estudantes com filho, cidade de origem, transporte utilizado, moradia, atividade remunerada, escolaridade dos pais, renda do grupo familiar, antecedentes escolares, curso de matrícula (segundo o sexo), turno preferencial e participação em programas de Assistência Estudantil.

- **Sexo, idade, cor/raça e situação conjugal.**

Os dados revelam que o perfil dos alunos é de maioria jovens, solteiros, pardos e do sexo feminino.

**Tabela 2 - Estudantes, segundo sexo, idade, raça/cor/etnia e situação conjugal**

Sexo	Masculino	34%
	Feminino	66%
Idades	Até 24 anos	67%
	Entre 25 e 31 anos	22%
	Acima de 32 anos	11%
Raça/Cor/Etnia	Amarelo	3%
	Branco	15%
	Preto	20%
	Pardo	62%
Situação conjugal	Solteiro	77%
	Casado/Vivendo com um (a) companheiro (a)	22%
	Separado/Divorciado	1%

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

- **Estudantes com filhos**

A grande maioria dos estudantes pesquisados não tem filhos (74,26%).

**Quadro 6 - Estudantes com filhos**

Tem filhos	%
Não	74,26
Sim	25,74
Total	100,00

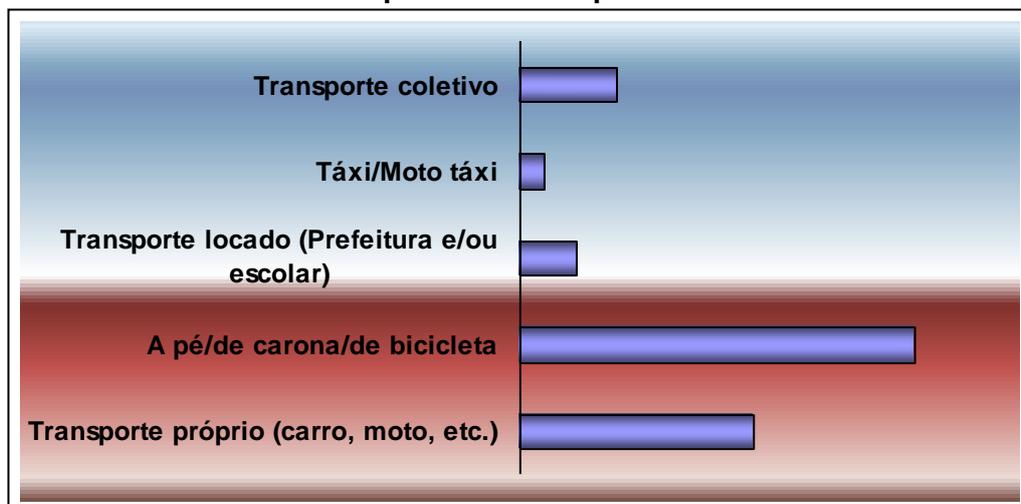
Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

- **Cidade de origem**

Os estudantes nascidos em Januária – MG são em maior número (60,6%), mas há um considerável número de estudantes que vem de outras cidades (39,4%), o que requer da cidade adequações para receber essa população, que necessitarão de moradia, transporte, alimentação, lazer, vestuário, etc. A instituição tem o desafio de receber esses jovens e oferecer condições para sua permanência nos cursos, contribuindo para minimizar as dificuldades enfrentadas, principalmente do estudante de famílias menos favorecidas economicamente.

- **Transporte utilizado**

A maioria dos estudantes vai ao IFNMG – Campus Januária a pé, de carona ou de bicicleta (49%), 29% dos estudantes utilizam transporte próprio (carro, moto, etc.). O transporte coletivo é utilizado por 12% dos estudantes, 7% utilizam transporte locado pela prefeitura (ônibus e vans) e apenas 3% utilizam táxi/moto táxi. A maioria dos estudantes mora a uma distância de até 10 km da instituição, permitindo-lhes o trajeto a pé/de carona/de bicicleta.

**Gráfico 8 - Transporte utilizado pelos alunos**

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

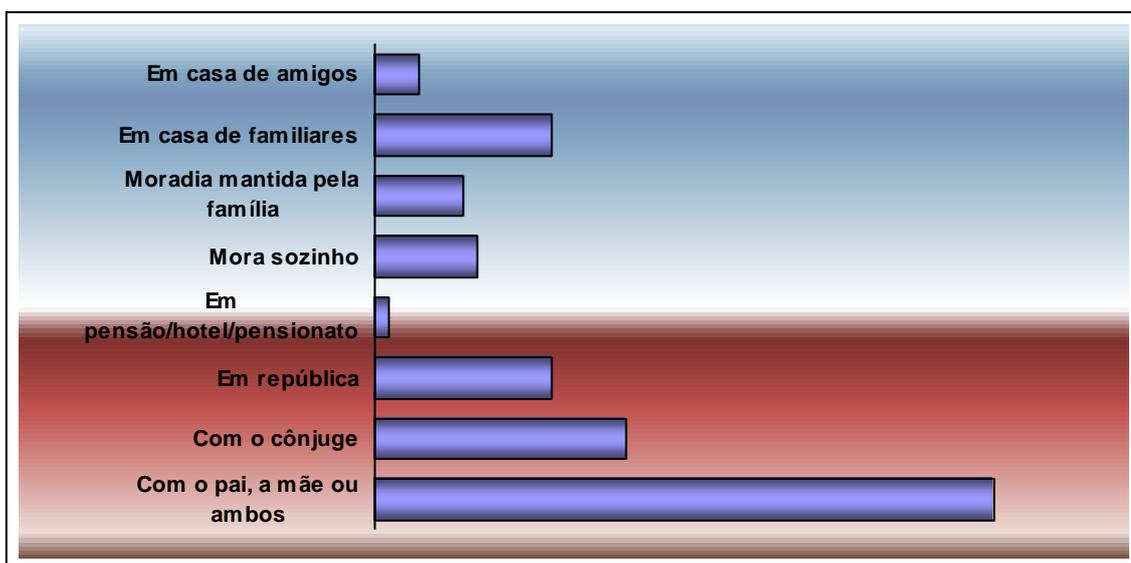
**Quadro 7 - Distância entre a moradia e o IFNMG - Campus Januária**

Qual a distância entre sua moradia atual e o IFNMG – Campus Januária?	%
Até 10 km	73,04
51 a 100 km	4,78
251 a 300 km	0,43
151 a 200 km	0,43
11 a 50 km	21,30
<b>Total geral</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

- **Moradia**

A maioria dos estudantes reside com os pais ou companheiro (a) (59%) e 41% residem em casa de familiares, casa de amigos, moradia mantida pelos pais, república, pensão, hotel, pensionato ou mora sozinho. O IFNMG – Campus Januária não disponibiliza moradia para estudantes da graduação, mas representa um fator que pode contribuir para a permanência de alunos carentes na instituição.

**Gráfico 9 - Situação de moradia dos estudantes**

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

- **Atividade remunerada**

Do universo dos estudantes, 35% trabalham.

**Tabela 3 - Estudantes que trabalham.**

Você trabalha?	%
Não	65,11
Sim	34,89
<b>Total geral</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

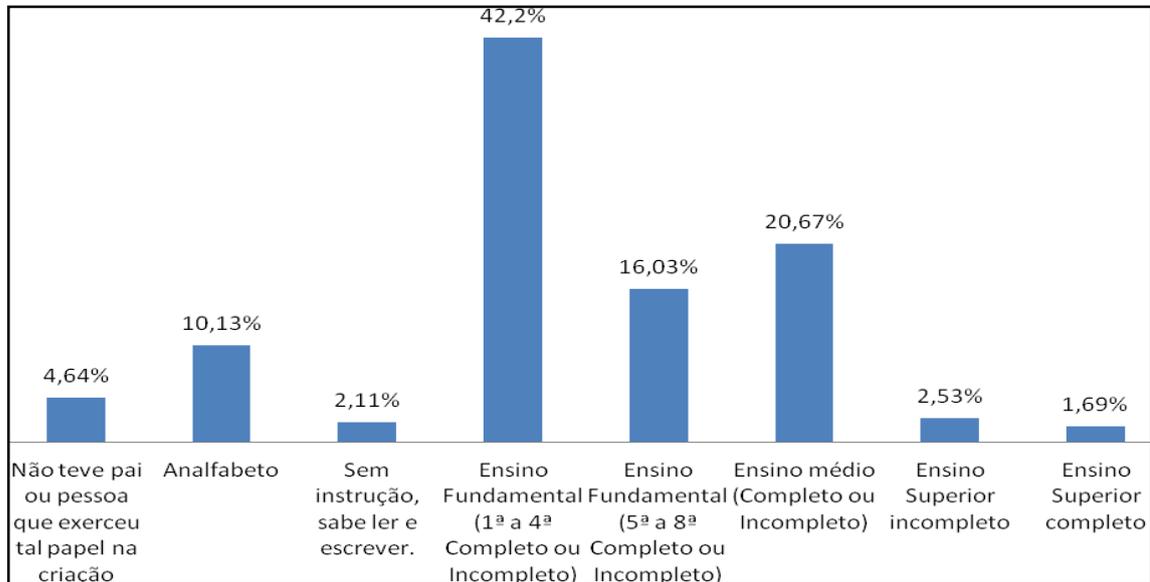
Para Zago (2006), em nosso país apenas uma parcela reduzida da população tem o privilégio de dedicar-se integralmente aos estudos sem precisar conciliar estudo e trabalho.

- **Escolaridade dos pais**

70,47% de pais e 61,28% de mães são analfabetos ou sem instrução (sabe ler e escrever) ou possuem ensino fundamental completo ou incompleto. Apenas 24,89%

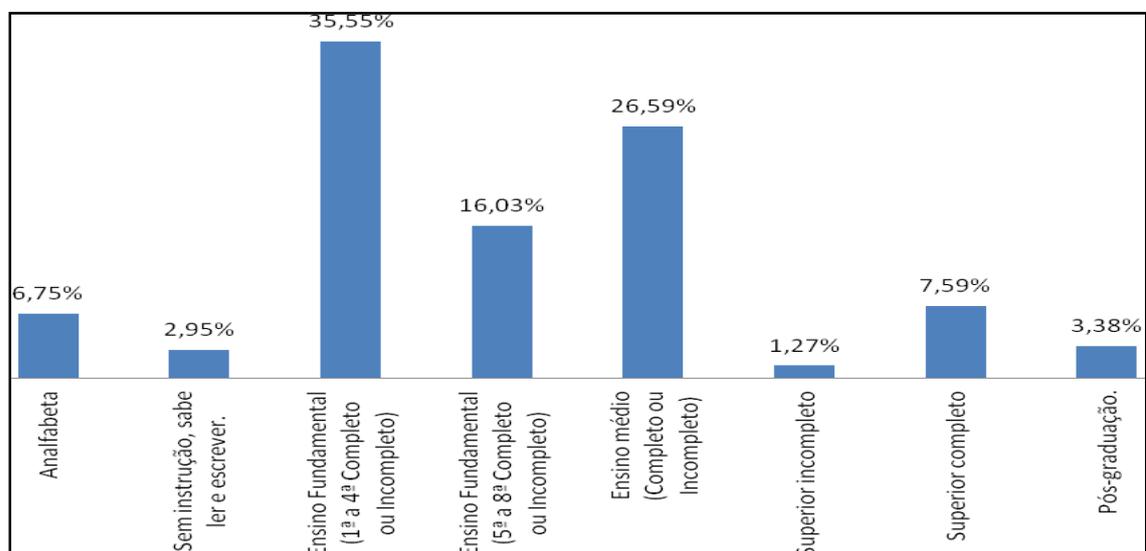
de pais e 38,83% de mães possuem ensino médio completo ou incompleto ou ensino superior completo ou incompleto.

**Gráfico 10 - Escolaridade do pai**



Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

**Gráfico 11 – Escolaridade da mãe**

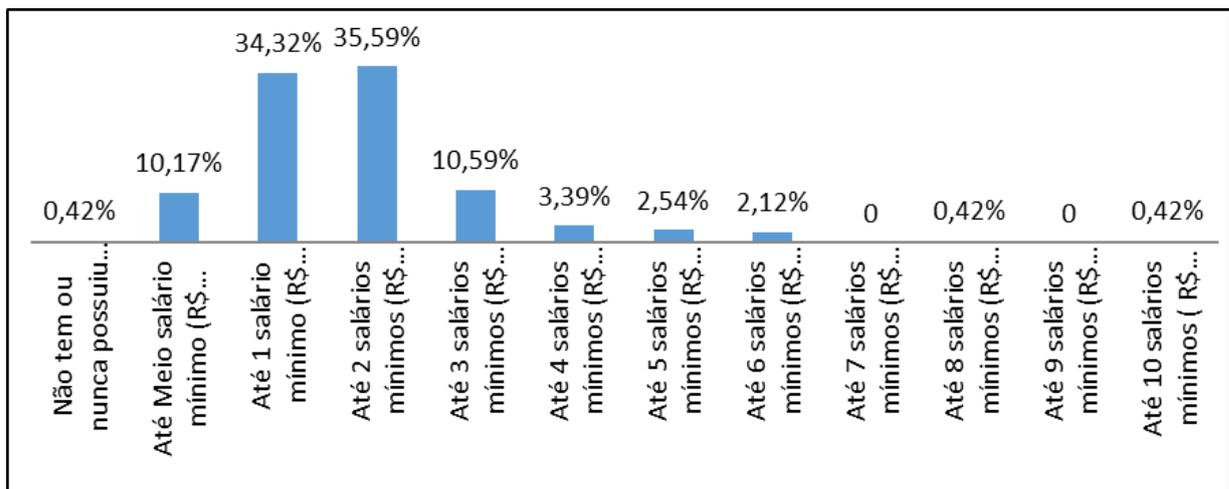


Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

- **Renda do grupo familiar**

Mais de 90% dos estudantes têm renda familiar mensal de até três salários mínimos, demonstrando ser um público de famílias de baixa renda, conforme definição adotada pelo Governo Federal para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico (BRASIL, 2007).

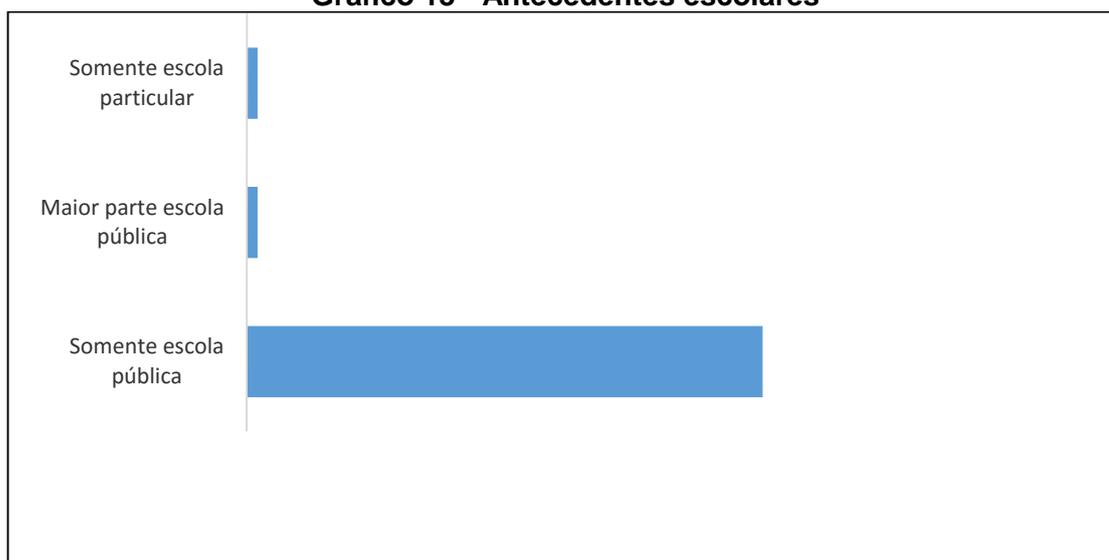
**Gráfico 12 - Renda do grupo familiar.**



Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

- **Antecedentes escolares**

96% dos estudantes são oriundos exclusivamente da escola pública. Somente 2% dos estudantes são oriundos somente de escola particular.

**Gráfico 13 - Antecedentes escolares**

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

- **Curso de matrícula, segundo o sexo.**

Fazendo um cruzamento de dados entre o curso de matrícula do aluno segundo o sexo, observa-se que o curso de Biologia é predominantemente procurado por alunos do sexo feminino. Nos cursos de Física e Matemática o número de mulheres é ligeiramente maior que o dos homens.

**Tabela 4 - Curso em que está matriculado, segundo o sexo.**

Curso em que está matriculado, segundo o sexo.	Biologia (%)	Física (%)	Matemática (%)
Feminino	80,37	54,90	53,85
Masculino	19,63	43,13	46,15
Não respondeu		1,96	
Total geral	100	100	100

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

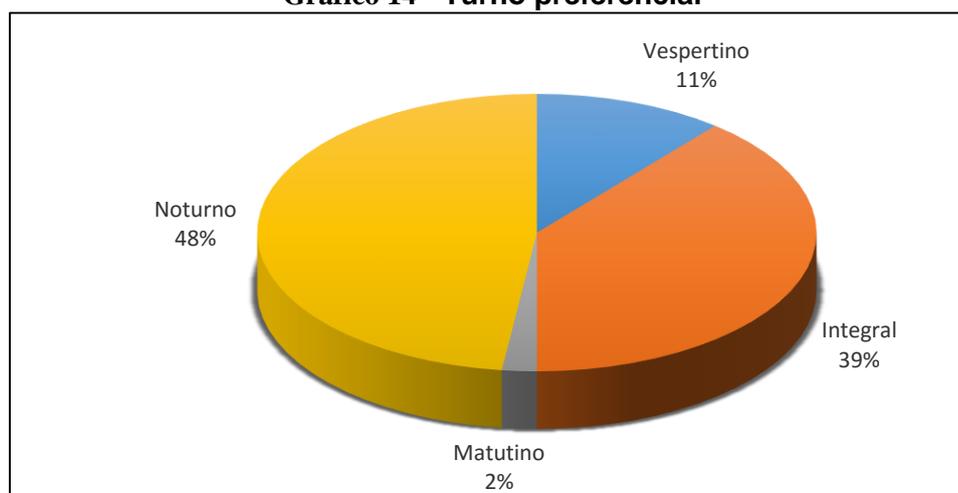
- **Turno Preferencial**

O turno de maior frequência dos cursos é o noturno, mas há 39% dos alunos frequentando o turno matutino.

Cabe aqui destacar a opinião de Gatti e Barreto, no concerne aos cursos noturnos:

Os cursos noturnos, de modo geral, tendem a ter um funcionamento mais precário do que os diurnos, particularmente no que diz respeito às atividades ligadas às práticas docentes requeridas pela formação específica para o magistério, o que sugere que a formação dos estudantes de licenciatura, realizada no período noturno, tende a ocorrer em condições de qualidade menos satisfatórias que a dos demais licenciandos (GATTI e BARRETO, 2009, p. 68).

**Gráfico 14 - Turno preferencial**



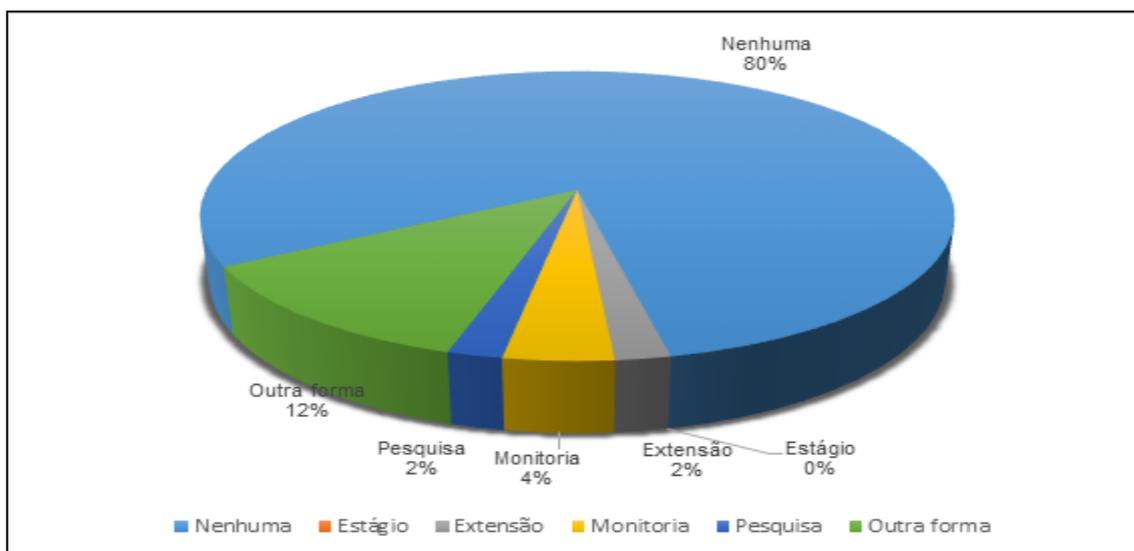
Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

- **Participação em Programas de Assistência Estudantil**

Segundo dados disponibilizados no site do IFNMG – Campus Januária (IFNMG, 2015), atualmente, os alunos das licenciaturas detêm 45,3% do total de auxílios estudantis disponibilizados pela instituição. A quantidade oferecida de auxílios ainda é muito pouca devido à quantidade de alunos carentes que acessam a instituição e que dependem de ajuda financeira.

- **Atividade acadêmica remunerada**

Os dados revelam que 32% dos estudantes exercem alguma atividade acadêmica remunerada. A atividade de maior participação é o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), em que 41,12% já participaram ocasionalmente ou periodicamente.

**Gráfico 15 - Atividade acadêmica remunerada**

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

“O desenvolvimento do Programa PIBID tem sido uma experiência muito positiva para os diferentes participantes envolvidos” (AMBROSETTI et al., 2014, p.11). A inserção profissional dos estudantes bolsistas, a possibilidade de identificação com a docência e a produção de novas práticas são experiências importantes em sua formação. Para a escola participante há a possibilidade de rever as relações com seus alunos (ibid.). Para o professor, representa um desafio a reavaliar suas práticas em parceria com “os novos atores do ambiente escolar” (ANDRÉ, 2012, p. 126)

As atividades de Extensão e de Iniciação Científica ainda têm pouca participação de estudantes de licenciatura na instituição. Os Ifet's, com a recente missão de contribuir com a educação superior do país, têm o desafio de envolver os alunos futuros professores na pesquisa científica e realmente tornar indissociável o ensino da pesquisa e da extensão.

**Tabela 5 - Participação em atividades extraclasse.**

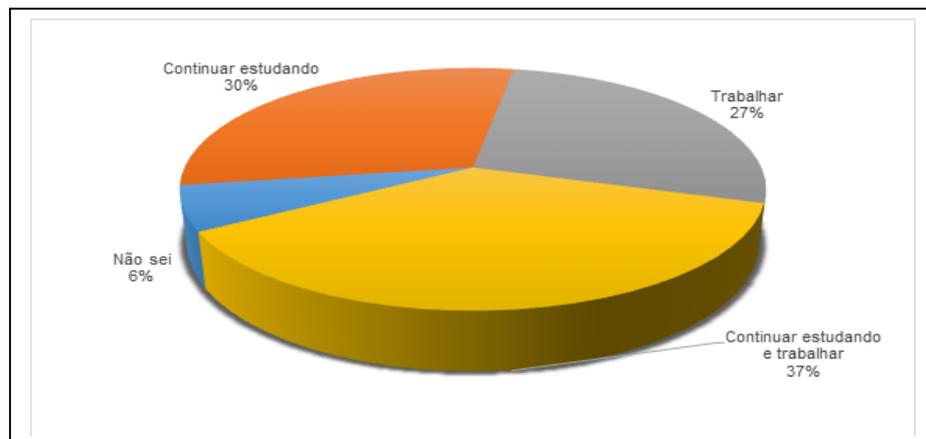
Frequência	Programa de Bolsa de Extensão (PIBEX, PIBED) (%)	Programa de Iniciação Científica (PIBIC) (%)	Programa de Iniciação à Docência (PIBID)
Nunca	87,45	87,45	58,87
Ocasionalmente	10,39	8,23	12,55
Periodicamente	2,16	4,33	28,57

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

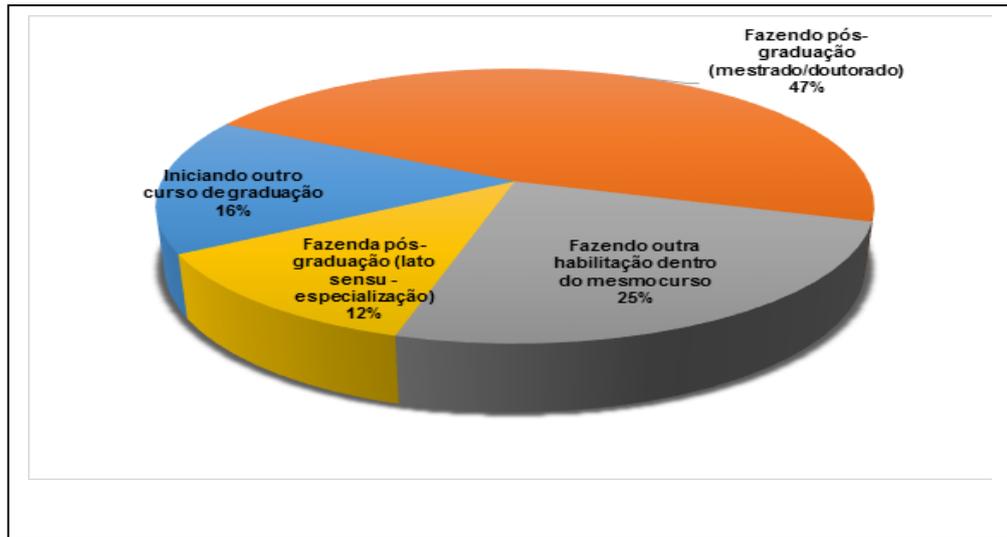
- **Expectativas futuras**

A grande maioria dos estudantes (64%) pretende trabalhar ao se formar. Continuar estudando faz parte dos planos de 67% dos estudantes. 6% dos estudantes ainda não sabem o que pretendem fazer ao se formar. Mais da metade (59%) dos estudantes pretendem realizar uma pós-graduação. Há aqueles que pretendem fazer outra habilitação, seja dentro do mesmo curso (25%) ou outro curso de graduação (16%). Quanto ao exercício da profissão, os estudantes estão praticamente divididos entre trabalhar exclusivamente na área de graduação (54%) e trabalhar em qualquer área que tiver oportunidade (46%).

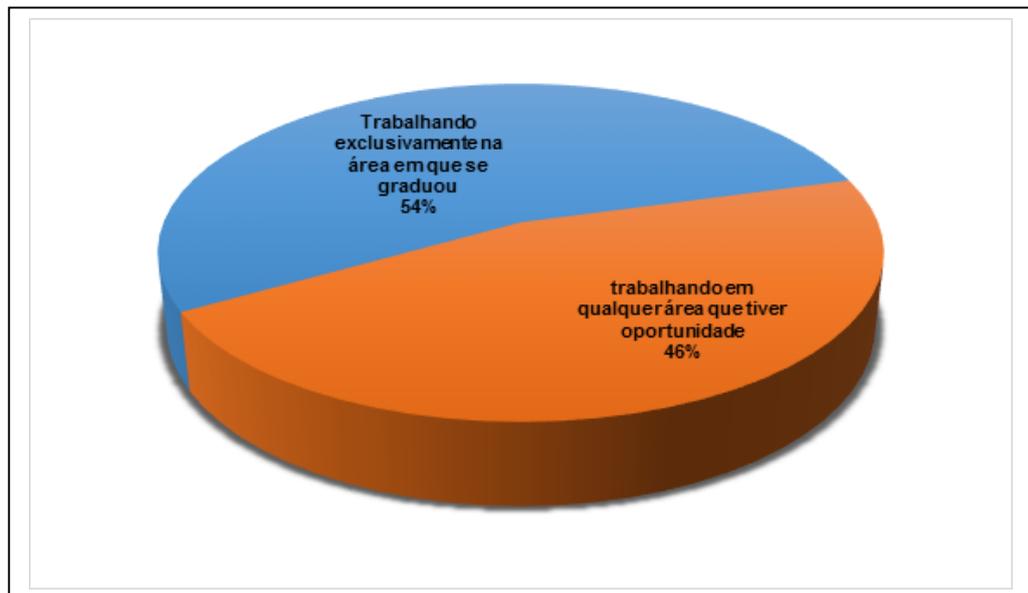
**Gráfico 16 - Expectativas de atuação após a formatura**



Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

**Gráfico 17 - Expectativas quanto à educação continuada**

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

**Gráfico 18 - Expectativas quanto ao exercício da profissão.**

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

## 2.8 As trajetórias escolares dos alunos

Nesta seção apresenta-se as trajetórias bem-sucedidas de estudantes das licenciaturas do IFNMG – Campus Januária, construídas pela análise das entrevistas realizadas.

**Quadro 8 - Identificação dos entrevistados**

Biologia	Física	Matemática
B1	F1	M1
B2	F2	M2
B3	F3	M3

Fonte: Elaborado pelo autor.

São sete do sexo feminino e dois do sexo masculino, com idades entre 19 e 29 anos, todos solteiros e nenhum tem filhos. Em relação à cidade de origem, apenas três são de Januária – MG, os demais são de outras cidades do Norte de Minas Gerais.

**Quadro 9 - Local de origem do entrevistado**

Entrevistado	Origem
B1	Pirapora – MG
B2	Varzelândia – MG
B3	Varzelândia (zona rural) - MG
F1	São Francisco – MG
F2	Januária (zona rural) – MG
F3	Ibiracatu (zona rural) – MG
M1	Januária – MG
M2	Januária – MG
M3	Lontra (zona rural) – MG

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

Em relação à classificação racial (autodeclarada), uma aluna se considera de cor amarela, três se consideram de cor branca, três se consideram pardos e duas se

consideram negras. Sobre a situação de moradia, apenas duas moram com a família, os demais moram em casa alugada, em pensionato ou em casa de amigos.

Sobre a ocupação atual, uma estudante é servidora pública estadual, dois são bolsistas do PIBIC, cinco são bolsistas do PIBID e uma é bolsista de ambos (PIBIC e PIBID).

Analisando a ocupação profissional e a ocupação de seus pais, percebe-se que possuem baixos recursos econômicos e exercem profissões de baixo status social (ALMEIDA, 2007).

A renda familiar do grupo está entre R\$ 700,00 e R\$ 2364,00 (até 3 salários mínimos), oriundos de famílias de baixa renda, segundo o critério adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (CadÚnico), segundo o qual são famílias de baixa renda aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos.

Nenhum dos pais dos entrevistados possui curso superior, apenas dois pais e quatro mães possuem o ensino médio completo.

**Quadro 10 - Escolaridade e ocupação dos pais (Continua)**

Entrevistado	Escolaridade do pai/da mãe	Ocupação do pai/da mãe
B1	Ensino médio/Ensino fundamental	Feirante/Dona de casa
B2	Ensino fundamental incompleto/Ensino médio	Motorista/Dona de casa
B3	Ensino fundamental incompleto/Ensino médio	Servente de pedreiro/Servente escolar
F1	Ensino fundamental incompleto/ Ensino fundamental incompleto	Aposentado/Dona de casa
F2	Ensino fundamental completo/Ensino médio	Balconista/Dona de casa
F3	Ensino fundamental incompleto/ Ensino fundamental incompleto	Não informado/Dona de casa
M1	Não sabe/Ensino fundamental incompleto	Não sabe/Dona de casa

M2	Ensino fundamental incompleto/Ensino médio	Não informado/Cabeleireira
M3	Ensino médio/Ensino fundamental incompleto	Não informado/Auxiliar de serviços gerais

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo (continuação)

Nas entrevistas realizadas pôde-se perceber o quanto é difícil para estudantes de camadas populares cursarem um curso superior. Percebe-se pelos relatos, que há uma mobilização da família para a viabilização da permanência na instituição até o aluno conseguir um auxílio estudantil ou a participação em algum programa de bolsas.

O perfil desses estudantes tem certa coincidência com o perfil geral dos estudantes das licenciaturas da instituição. São alunos de pais com pouca formação escolar, com renda familiar baixa, em sua maioria do sexo feminino e muitos vindos de outros municípios.

- **A trajetória de B1**

B1 cursou o ensino fundamental em escola próxima de sua casa. Considera ter sido boa aluna em toda a educação básica, sem reprovações, com boas notas, era responsável, dedicada aos estudos, gostava dos professores e da escola. Seus pais não precisavam cobrar a realização das atividades escolares, mas sua mãe lhe cobrava bom comportamento e a incumbia o dever de levar seu irmão menor à escola.

B1 tem o sonho de cursar Medicina, por isso mudou de cidade para terminar o ensino médio. Foi para a capital mineira, Belo Horizonte, com a esperança de ser aprovada no vestibular. Morou com parentes, cursou o 3º ano do ensino médio no turno noturno e fazia cursinho pré-vestibular durante o dia. Não gostou da escola, pois não era “rígida”, não havia respeito como nas escolas que frequentou anteriormente. Os professores não estimulavam os alunos a continuarem estudando como em sua cidade de origem. Seus pais se esforçaram para pagar um cursinho popular, cujos professores eram estudantes da UFMG, que davam aulas para ajudarem estudantes carentes.

B1 não conseguiu ser aprovada no vestibular e a nota do Enem não foi o suficiente para conseguir o curso que queria, mas se candidatou a uma vaga no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, sendo aprovada.

Uma prima de B1 cursava Letras na UFMG e, apesar de não ter muita convivência com ela, a admirava muito; sua maior incentivadora nos estudos foi sua mãe, que sempre quis estudar, mas não teve condição e conseguiu terminar apenas o ensino fundamental.

Há relatos de professores que marcaram a trajetória escolar de alguns entrevistados: um professor de Biologia do 3º ano de B1 se destacou em sua trajetória escolar. Em uma das disciplinas do curso superior teve certa facilidade devido a base que obteve com as aulas daquele professor.

B1 morou, no início do curso com uma família de sua Igreja, mas uma das dificuldades foi morar longe de casa. Logo no 1º período pensou em desistir, devido também às dificuldades financeiras, tinha vergonha de ter de pedir dinheiro ao seu pai, que já tinha as despesas com a casa. Devido aos problemas financeiros, não conseguia se concentrar nos estudos, ficava preocupada. A Coordenação de curso a aconselhava a continuar, o que influenciou muito para que permanecesse na instituição.

Além das dificuldades financeiras, B1 teve dificuldades com a aprendizagem, percebeu que não teria visto conteúdos básicos no ensino médio, o que a deixou com lacunas de aprendizagem. Tem mais facilidade com conteúdo que foi bem trabalhado no ensino médio, como em Biologia.

B1 foi selecionada para o PIBID e com a bolsa passou a se sustentar na cidade, o que a deixou muito feliz em não depender mais de sua família financeiramente. Além da participação no PIBID, a união e a persistência de sua turma contribuem para sua permanência. De sua turma inicial (40 alunos), 23 permanecem no curso (57,5%).

Estudar licenciatura não é o sonho de B1, que diz já ter chorado por medo de se tornar professora e ter de enfrentar aquela realidade percebida no PIBID e nos noticiários. Durante a realização do estágio os professores a aconselhavam que procurasse uma profissão melhor, admiravam por fazer um curso de formação de professores.

- **A trajetória de B2**

B2, apesar de considerar calada e tímida, era boa aluna e procurava fazer tudo que era proposto pelos professores, tirava boas notas, era dedicada e gostava de estudar. Considera sua educação básica ruim, faltavam professores, muitas aulas

ficavam vagas, alguns professores não eram comprometidos em ensinar e cobrar. No ensino médio alguns professores incentivavam os alunos a continuarem os estudos e trabalhavam com questões voltadas às provas de vestibular e Enem. Um professor de Biologia lhe despertou o interesse pela área, o que fez com que se inscrevesse no Sisu para esse curso.

Seus pais sempre se preocuparam com seus estudos e tinham isso como prioridade em sua vida e, apesar de serem pobres financeiramente, nunca deixaram que trabalhasse para não atrapalhar sua educação. Diziam que queriam que conseguisse o que eles não conseguiram, o que a influenciou para continuasse os estudos.

Na família de B2, é a única que está em um curso superior, a maioria não pôde estudar. Não teve ninguém na família que servisse de exemplo para se espelhar nos estudos, mas um professor de Biologia do ensino médio despertou-lhe o interesse pela área. Percebe que o estudo pode fazer com que mude de vida e lhe dê possibilidade de ajudar seus pais no futuro.

Como nunca tinha saído de perto da família, morar longe dos pais foi a primeira dificuldade para B2, além de ter de se adaptar a outra cidade e conseguir uma moradia apropriada. Morou em muitas casas até acertar numa que atendesse às suas necessidades. Na instituição sentiu-se acolhida por professores, servidores, colegas de curso e outros estudantes, o que foi importante para enfrentar as dificuldades iniciais.

As necessidades financeiras que se apresentaram fizeram com que seu pai se mobilizasse para mantê-la estudando, o que a deixava preocupada. Outra dificuldade enfrentada foi quanto à aprendizagem nas disciplinas do 1º período, devido a lacunas de aprendizagem da educação básica.

Para B2, a participação no PIBIC tem sido importante, devido a muitos fatores, como: poder dedicar-se integralmente ao curso, a aquisição de outros conhecimentos, o acesso maior ao laboratório, em poder realizar pesquisa científica, a identificação com uma área específica da Biologia e a perspectiva em continuar os estudos após a conclusão da graduação. Com isso, não pensa em exercer a docência, mas quer ser pesquisadora e poder contribuir com a saúde humana.

Cursar licenciatura é um desafio para B2, pois seus professores do ensino médio, professores do curso superior e de escolas de educação básica nas quais realiza estágio a incentivam a seguir outro caminho e não o da docência. Para ela

essa situação faz com que os estudantes desses cursos se sintam diminuídos e desmotivados. No estágio pôde perceber como realmente está a profissão e acha que ali o estudante decide se é ou não a profissão que quer exercer.

- **A trajetória de B3**

B3 era bem-comportada na escola, dedicada aos estudos e aluna exemplar. Sua mãe e seus irmãos a ajudavam nos estudos e exigiam que fosse boa aluna. Quando entrou no ensino superior percebeu que deixou de aprender muito na educação básica. Lembra que seus professores dos ensinos fundamental e médio já estavam cansados do trabalho, sem disposição, não exigiam dos alunos, não ensinavam o que deveria, o que a prejudicou muito.

A entrada no curso de licenciatura em Ciências Biológicas se deu não por escolha, mas por oportunidade. Na realidade sonhava em cursar Medicina, mas devido à nota incompatível no Enem, não pôde escolher. Mesmo em um curso que não sonhava, sua família sente orgulho de si, que é uma raridade alguém em sua família conseguir adentrar no ensino superior.

No 1º período do curso encontrou dificuldades em acompanhar as disciplinas, precisou criar o hábito de estudar e ler, o que não adquiriu na educação básica. Outra dificuldade foi a financeira, são muitos gastos que surgiram por ter que morar longe de casa, em outra cidade.

A participação no PIBID tem sido importante para ela e tem permitido seu sustento. Seus pais precisavam se esforçar para mantê-la no curso e não têm condição financeira suficiente para arcar com as despesas.

Além do PIBID, B3 considera que as amizades, os vínculos que construiu na instituição, são motivadores para sua permanência no curso.

O estágio e o PIBID contribuíram para que B3 se sentisse desmotivada em seguir a carreira docente. Constatou a dura realidade das escolas públicas, sua precariedade, as condições de trabalho do professor, a falta de compromisso dos alunos. Pensa em continuar os estudar na pós-graduação e vê que é uma intenção de seus colegas de curso de seu ciclo de amizades.

- **A trajetória de F1**

F1 percebe que a educação pública retrocedeu, considera que em sua época era melhor que hoje. No ensino fundamental era boa aluna, fazia todas as tarefas e atividades com dedicação e gostava muito de matemática. O irmão de F1, mais velho que ela, cobrava bons resultados, auxiliava nas tarefas e a incentivava a estudar. Seus pais lhe cobravam muito, seu irmão e ela não trabalhavam e deviam se dedicar inteiramente aos estudos.

Se sente na obrigação de dar orgulho aos seus pais, principalmente ao seu pai, que é deficiente visual. Seu irmão se graduou em Matemática e é estudante em nível de mestrado, exerceu forte influência para que fizesse um curso na área de exatas e a orientou a escolher Licenciatura em Física. Há uma mobilização de sua família para que obtenha sucesso nos estudos.

No 1º período do curso encontrou dificuldades com moradia, pois veio de outra cidade e precisou morar em república. As pessoas que moravam com ela não tinham o hábito de estudar e o ambiente não era favorável ao estudo, o que a obrigou a mudar muitas vezes de casa e chegar a morar com apenas mais uma pessoa.

A participação no PIBID é fundamental, devido às dificuldades financeiras de seus pais. Com a bolsa, consegue se manter na cidade, arcar suas próprias despesas e ficar despreocupada com essa questão.

Em sua turma inicial houve uma enorme desistência, considera que foi sofrido chegar até o final do curso. Alguns fatores foram importantes, como persistência, dedicação e objetivo. A dificuldade de cada disciplina também contribuiu para que não desistisse, pois lhe dava uma vontade de vencer e provar para si mesma que é capaz.

Não pretende exercer a docência de imediato, mas quer prosseguir os estudos em pós-graduação para poder ter melhor remuneração no futuro. Recebeu estímulo de seus professores do curso para continuar estudando e não dar aulas de imediato. Segundo ela, um professor disse que nem os cumprimentaria se fossem de imediato lecionar.

- **A trajetória de F2**

F2 fazia tudo na escola, nunca foi reprovado, só tinha boas notas. Sua família não precisava cobrar que estudasse, pois sempre foi responsável. Seu ensino médio não foi bom, percebe ter deixado de aprender muitos conteúdos, principalmente em Física e Química. Quando fez o Enem seu resultado foi ruim. Quando iniciou os

estudos na licenciatura em Física percebeu o quanto deixou de aprender e teve dificuldades de aprendizagem em disciplinas básicas do 1º período do curso.

Seus colegas de classe conversavam sempre sobre a continuação dos estudos, o que lhe serviu de incentivo para continuar estudando. A entrada no curso não foi por escolha, devido à nota que obteve no Enem, gostaria de cursar Engenharia Civil.

O início do curso foi difícil, nunca tinha saído de casa e precisou se adaptar em morar longe da família para estudar. As dificuldades financeiras foram supridas devido o acesso à Assistência Estudantil. Tudo melhorou depois de conseguir participar do PIBID, o que é fundamental para sua permanência no curso. Teria que trabalhar se não tivesse conseguido a bolsa, pensa não ser possível conciliar o curso com trabalho, dada a sua dificuldade.

As dificuldades do curso serviram de incentivo para que F2 tivesse o desejo de superar, de vencer. Alguns professores falavam em sua turma que o curso não era para todos e incentivavam aos que percebessem que não tinham condições de continuar, que desistissem logo, o que lhe servia de incentivo a continuar, a alcançar sua meta.

Percebe que a docência na educação básica não é atrativa financeiramente, acha que a remuneração deveria ser compatível com o esforço empreendido durante a formação superior. Pensa em continuar os estudos para conseguir melhor remuneração futura.

- **A trajetória de F3**

F3 sempre foi um aluno tímido, calado, pouco participativo, mas responsável, dedicado, com boas notas, sem reprovações e que gostava de matemática. A escola que cursou o ensino fundamental não era boa, tinha estrutura física precária e faltava materiais básicos. Considera não ter feito um bom ensino médio, não incentivavam os alunos a continuarem os estudos.

Sua mãe o incentivava a estudar e cobrava a realização de tarefas e atividades escolares, seus irmãos o ajudavam e tiravam dúvidas. O irmão ingressou no IFNMG e concluiu o curso de Licenciatura em Física, o que serviu de incentivo para que ingressasse no mesmo curso, mesmo após ter completado oito anos da conclusão do

ensino médio. Ficou sem estudar esse tempo todo devido a necessidade de trabalhar na zona rural, onde sua mãe mora, para ajudar nas despesas familiares.

No início do curso F3 enfrentou dificuldades, principalmente de adaptação aos estudos, por ter ficado alguns anos sem estudar, teve que impor-se um ritmo de estudo para conseguir acompanhar. Ainda tem dificuldades em usar o computador, não tem curso nem conhecimentos em informática e não acessa redes sociais. Quando depende da informática, precisa procurar colegas e lan houses.

Devido a pobreza de sua família, F3 encontrou dificuldades financeiras para se manter, pois se apresentaram necessidades diversas, como moradia, transporte e alimentação. Sua mãe o ajudou como pôde, mas não podia muito, situação que melhorou quando foi contemplado com a Assistência Estudantil, para ele muito importante, pois teria que trabalhar para se manter. A participação no PIBID o ajuda muito em sua manutenção na cidade e permanência no curso.

A conclusão do curso é vista como um desafio para ele. Após cursar várias disciplinas e aulas de laboratório sentiu-se atraído e curioso e percebeu o quanto a Física é interessante. As dificuldades de aprendizagem para ele são instigantes ao desejo de vencer.

Com a participação no PIBID pôde conhecer a realidade das escolas públicas e despertou-lhe o desejo de contribuir para melhorar o ensino futuramente. Mas tem a intenção de continuar os estudos e se especializar.

- **A trajetória de M1**

M1 não precisava ser cobrada pelos pais para estudar, já sabia de suas responsabilidades com os estudos. Seu ensino fundamental, cursado em Brasília – DF, considera ter sido bom, os professores eram bons, cobravam bastante, lhe proporcionou uma boa base. Sempre foi dedicada, participativa e nunca foi reprovada.

No ensino médio os professores incentivavam os alunos a continuarem os estudos e davam atividades preparatórias para vestibulares e Enem. As dificuldades vividas por sua mãe, que era empregada doméstica, serviram de incentivo para que, desde pequena, almejasse um futuro melhor e tinha consciência que só poderia conseguir estudando.

Um tio de M1 que fez curso superior exerceu influência sobre ela para que continuasse os estudos. Em relação à escolha do curso, um professor da 8ª série foi sua inspiração, pois foi um professor de Matemática diferente, propondo questões de lógica.

M1 e sua família, após a conclusão do ensino médio, voltaram para a cidade de origem - Januária – MG - para cuidarem de sua avó, que é doente e totalmente dependente de cuidados. Após fazer a prova do Enem, se inscreveu para Licenciatura em Matemática e foi selecionada.

No primeiro período do curso, percebeu que estava no caminho certo, foi a realização de um sonho, mesmo tendo ficado muitas noites sem dormir para estudar. Para ela, o principal é gostar e abrir mão de muita coisa para a realização do curso, senão desiste.

Apesar de morar em Januária – MG, como o curso é noturno, encontrou dificuldades com transporte e dependeu da ajuda financeira da mãe. A Assistência Estudantil ajudou bastante nas despesas do curso, como transporte, cópias, impressões, etc.

O apoio e o incentivo da mãe no início do curso foram fundamentais para M1, que diz ter encontrado muitas dificuldades de aprendizagem. Mas, para ela, não se pode desanimar na primeira dificuldade, é preciso ter determinação, objetivo e dedicação. É importante também procurar tirar dúvidas com o professor e não ter receio de procurá-lo.

O fato de no 1º período serem oferecidas disciplinas básicas, chamadas de Fundamentos, segundo M1, contribui para a permanência, pois prepara-se antes de cursar a disciplina Cálculo I, que depende de uma boa bagagem de conhecimentos matemáticos para ser aprovado.

- **A trajetória de M2**

M2 expressa com orgulho sobre a escola na qual estudou o ensino fundamental, mas percebeu que não é mais aquela escola, a qualidade não é a mesma. Diz sempre ter gostado de estudar, foi boa aluna, com boas notas, sem recuperações ou reprovações, dedicada, esforçada, responsável. A identificação com as ciências exatas é desde o ensino fundamental, por isso gostaria de cursar Engenharia Civil, mas não foi possível e escolheu Matemática.

No ensino médio a escola não incentivava os alunos a prosseguirem os estudos, mas tem uma prima sua que fez curso de Direito e que lhe serviu de exemplo para seguir os estudos em nível superior.

No 1º período do curso encontrou dificuldades de aprendizagem em disciplinas básicas, devido às lacunas deixadas no ensino médio. Precisou se esforçar bastante para não ser reprovada e, segundo ela, é necessário se identificar com o curso e se esforçar para ter sucesso.

Como já participou do PIBIC e atualmente participa do PIBID, acha que são importantes projetos e que contribuem para a permanência de estudantes nos cursos. O PIBID contribui também para o aluno perceber se realmente quer seguir ou não a carreira docente, o que pode levar à desistência ou a troca de curso.

- **A trajetória de M3**

M3 foi criada pelos avós com uma educação tradicional, cobravam bastante sua dedicação aos estudos e mostravam a importância da escola para seu futuro. Esses conselhos surtiram efeito e ela era dedicada às atividades escolares, responsável e vista como exemplo pelos professores.

A escola do ensino fundamental, de zona rural, era de precária estrutura, faltavam computador, livros e materiais básicos, mas tinha muitos brinquedos. Embora fosse carente de recursos, considera que tinha um bom ensino, os professores eram comprometidos, o ambiente era agradável e as pessoas tinham uma boa convivência entre si.

Seu ensino médio foi no turno noturno, para ela não foi bom como o ensino fundamental, havia muita troca de professores e estes não eram dedicados, não eram todos comprometidos com o ensino. A maioria dos colegas de escola não tinham a mentalidade voltada para os estudos, não pensavam em continuar estudando. Alguns professores a procuravam em particular e a incentivavam a continuar estudando.

Um primo de M3 se formou em Enfermagem, foi um desbravador em sua família, superou muitas dificuldades e serviu de espelho para ela, que percebeu ser possível também conseguir cursar uma faculdade. Uma prima cursou Ciências Biológicas no IFNMG Campus Januária, também com muitas dificuldades, a qual a incentivou a fazer o Enem e fazer uma faculdade.

Antes de ingressar no curso superior, M3 trabalhou durante dois anos com limpeza em casa de família e ganhava R\$ 30,00 por mês. Tinha preocupação com seu futuro e se questionava se era aquilo que queria para sua vida. Decidiu ingressar no ensino superior, na perspectiva de poder melhorar de vida, mas a entrada no curso não foi por escolha e sim por oportunidade, devido à nota obtida no Enem, que não lhe permitiu acessar outro curso.

O 1º período do curso foi conturbado para M3 devido à situação econômica familiar precária. Os gastos com moradia, alimentação e transporte fizeram com que sua mãe se mobilizasse de muitas formas para ajudá-la, pedia dinheiro emprestado, vendia criações que tinha para conseguir dinheiro, como porcos e galinhas. A falta de alimentação dificultava a concentração nos estudos e a deixava desanimada, com vontade de desistir do curso.

M3 começou a vender doces (trufas) para ajudar a pagar as despesas antes de ser contemplada com a assistência estudantil. Quando foi contemplada com o Auxílio Permanência sua situação melhorou bastante, passou a arcar com suas despesas e não mais depender de sua mãe, visto para ela como uma vitória.

A participação no PIBID é importante para ela, pois insere o estudante no ambiente no qual irá trabalhar e auxilia financeiramente. Teve oportunidade de ingressar também no PIBIC e está gostando muito, tem apresentado trabalhos em eventos científicos e considera isso gratificante.

As “lacunas” de aprendizagem do ensino médio foram percebidas nas primeiras disciplinas do curso por M3. O professor explicava e ela não entendia nada, isso fazia ela pensar ser incapaz de conseguir acompanhar e que deveria desistir.

As amizades que se formaram durante o curso são importantes para M3, a persistência dos poucos colegas que restaram da turma inicial e o desejo do grupo de concluir a graduação contribuíram para sua permanência. Percebe que a grande desistência se deve à falta de objetividade dos estudantes, iniciam um curso superior sem saber realmente o que querem do futuro.

Para sua permanência, além dos fatores citados, M3 cita o incentivo que recebeu de alguns professores do curso, mas percebe que outros docentes não incentivam os estudantes a permanecerem, alguns até amedrontam os discentes quanto à aprovação em suas disciplinas.

Tem percebido a desvalorização da profissão docente. Alguns professores do curso incentivam os alunos a prosseguirem os estudos em pós-graduação e não atuarem de imediato na educação básica.

M3 tem o desejo de contribuir para melhorar a situação do ensino no país, não pretende ser professora de imediato, quer se especializar para poder ensinar melhor, mostrar que a matemática não é inacessível como a maioria pensa.

Um dos fatores que poderiam contribuir para a permanência de mais estudantes nos cursos de licenciatura, segundo M3, é a questão da moradia. Seria importante que o aluno que venha de fora tivesse acesso à moradia estudantil na instituição, diminuiria em muito as dificuldades para o ingressante.

## **2.9 Analisando trajetórias e percepções**

À medida em que as histórias de vida dos alunos se entrecruzam, alguns elementos emergem e iluminam esta trajetória. Abaixo, alguns desses elementos caracterizadores evidenciados pela pesquisa:

- **A educação básica**

A educação básica no Brasil abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. O ensino fundamental, cujo objetivo é a formação básica do cidadão, tem a duração de nove anos, é gratuito na escola pública e obrigatória a matrícula para as crianças a partir dos seis anos de idade. O ensino médio tem a duração mínima de três anos, representa o período em que o estudante terá consolidado e aprofundado o que aprendeu no ensino fundamental, a preparação para continuar os estudos, bem como para o mercado de trabalho (BRASIL, 1996, art. 32 e 35)

Todos os entrevistados cursaram os ensinos fundamental e médio em escolas públicas, algumas de zona rural. As escolas, principalmente as localizadas em zonas rurais, eram de estrutura precária, faltavam livros, computadores e materiais básicos, o que pode ter comprometido a aprendizagem básica dos entrevistados.

A infraestrutura disponível nas escolas tem importância fundamental no processo de aprendizagem. É recomendável que uma escola mantenha padrões de infraestrutura adequados para oferecer ao aluno instrumentos que facilitem seu aprendizado, melhorem seu rendimento e tornem o ambiente escolar um local agradável, sendo, dessa forma, mais um estímulo para sua permanência na escola. (INEP, 2014, p.35)

Os relatos trazem à tona a má qualidade da educação brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei Nº 9.394/96 - prevê um modelo educacional em que haja “a garantia de padrão de qualidade” (art. 3º, IX) e a preparação básica para a continuação dos estudos, porém o que se percebe é uma “realidade educacional excludente e seletiva” (DOURADO, 2007, p. 926). O resultado disso é uma má formação dos estudantes e a pouca perspectiva sobre o futuro.

Um dos elementos dessa baixa qualidade é a falta de professores, o que deixava os alunos sem aulas, comprometendo a aprendizagem, além de professores desmotivados, falta de livros, falta de computadores e acesso à internet, são algumas das situações relatadas nas entrevistas sobre as escolas de ensino fundamental e médio em que estudaram. Por outro lado, há relatos sobre boas escolas, com professores comprometidos, dedicados e que despertaram o interesse do aluno por sua área de ensino.

- **A influência da família na educação dos entrevistados.**

As mães da maioria dos entrevistados exerceram papel importante no acompanhamento dos seus estudos, pois os pais não tinham tempo devido ao trabalho, aspecto destacado por Zago (2006).

As famílias dos entrevistados têm em comum uma preocupação em criar bem os filhos, em torná-los educados, a terem bom comportamento na escola, o que corrobora com Portes (2001).

[...] o esforço contínuo para inculcação de uma ordem moral doméstica no filho, desde tenra idade, suficientemente forte para balizar os procedimentos sociais, como disposição. A ordem moral doméstica parece funcionar como um lastro para o conjunto de ações a serem empreendidas pelas famílias e pelos filhos. Trata-se de um esforço contínuo que não tem como alvo específico o “sucesso” escolar e, sim, uma educação mais abrangente, uma educação para a vida e uma conformação dos procedimentos. (p. 245)

A maioria das famílias dos entrevistados têm em comum o fato de terem colocado o estudo em primeiro lugar para seus filhos, procurando incentivá-los a estudar, a serem dedicadas e a pensar num futuro melhor. Queriam que alcançassem no futuro o que eles não conseguiram. Mas não se percebe, nas famílias dos entrevistados, o estabelecimento de um plano para a continuidade dos estudos. O que há, na verdade, é uma crença ingênua na mobilidade social por meio da educação, considerando a educação como determinante na busca de melhores empregos e salários.

- **A decisão em fazer um curso superior e a “escolha” do curso**

Os entrevistados, por serem de camadas populares, sem condições financeiras favoráveis, têm a instituição pública como saída para a realização do sonho de continuar estudando; “[...] pelo fato de ser gratuita, é lá onde o pobre, excluído, desfavorecido, popular, de baixa renda, dentre outras designações, pode ter guarida” (ALMEIDA, 2007, p. 39).

A escolha do curso pela maioria não foi a realização de um sonho ou por vocação, mas para não deixarem passar a oportunidade de estudar gratuitamente numa IES pública federal ou de estarem se aproximando da área que gostaria de estudar e para outros a questão da proximidade com a família foram fatores preponderantes na decisão de realizar o curso.

“[...] tendo consciência das dificuldades de obterem aprovação em cursos de maior prestígio social, os candidatos das classes populares encaminham-se para aqueles em que suas chances de sucesso são ampliadas”. (ZAGO, ANJOS E ANDRADE, 2006, p. 8)

Importante destacar a dificuldade de acesso dos mais pobres aos chamados cursos de elite no Brasil, dentre eles os da área médica:

[...] desde o vestibular percebe-se um grau de seletividade prévio, observado pela grande concentração de candidatos de alto poder aquisitivo em cursos de elevado prestígio social, para os quais são selecionados os que obtêm rendimento excelente nas provas (VARGAS, 2010, p. 5).

Segundo relatório do Enade (INEP, 2013b), 72,7% dos estudantes de Medicina do Brasil eram de famílias com faixas de renda mais elevadas (acima de 6 salários mínimos). Apenas 2,6% dos estudantes eram de famílias com renda de até 1,5 salário mínimo.

Pode-se observar, portanto, uma alta correlação entre renda e prestígio social de cursos/profissões.

- **A influência de familiares, amigos e professores.**

Pais, irmãos ou parentes próximos podem exercer papéis importantes como incentivadores para a continuidade dos estudos, em alguns casos podem até servir de modelos, o que foi percebido em muitos relatos. Alguns alunos “escolheram” o curso superior pela influência de professores que tiveram no ensino básico. O docente pode, em sua prática, exercer influência na escolha profissional de seus alunos.

Entretanto, observa-se com preocupação, não apenas a desvalorização social da profissão do magistério, mas, sobretudo, a percepção que o professor em atividade tem sobre a sua profissão e como tal percepção tem influenciado negativamente os futuros professores.

- **A entrada na IES: As percepções da estrutura, dos professores, da biblioteca e da Coordenação de curso**

Segundo os relatos, a primeira impressão do IFNMG – Campus Januária foi de um local espaçoso, bonito, organizado, bem arborizado. A maioria ficou impressionada com a estrutura física da instituição, para alguns a primeira IES que conheceram. Aqueles que estudam no noturno reclamaram do isolamento, quando o número de pessoas presentes é menor. Alguns alunos só descobriram alguns serviços oferecidos pela instituição após algum tempo, como refeitório, a venda de produtos produzidos pela própria instituição, como leite, queijos, iogurtes, doces, carnes, ovos, hortaliças, etc.

Alguns chegaram com um preconceito em relação aos professores, mas perceberam que a maioria não eram como tinham lhe desenhado: carrascos, não ensinavam, não ajudavam os alunos, inacessíveis, que só mandavam estudar as

páginas dos livros e marcavam as provas; pelo contrário, perceberam que os professores auxiliavam, explicavam os conteúdos, são acessíveis, preocupados, flexíveis.

Todos os alunos relataram terem gostado da biblioteca do campus, porém sugeriram que sejam disponibilizados mais exemplares de livros de disciplinas que têm grande procura, bem como a ampliação do espaço para estudos, que já está pequeno para o número de estudantes da instituição.

- **As dificuldades enfrentadas no primeiro período do curso**

Nos relatos pode-se perceber a importância do primeiro período do curso para os estudantes. Para Portes (2001), as ações empreendidas nesse tempo são fundamentais para a permanência na instituição.

[...] o primeiro período universitário é um tempo crucial de descobertas e será um semestre de referência. As ações empreendidas pelos universitários se alicerçam nesta primeira experiência. Ele será um tempo em que se deverá aprender tanto os conteúdos necessários para uma boa continuidade do desempenho acadêmico como também a decodificar uma série de procedimentos (de professores, de colegas, de instituição, do espaço universitário e da cidade), que serão necessários e possibilitadores de uma permanência menos sacrificada no interior da Universidade. (Ibid., p.170)

A entrada de estudantes no curso superior gera uma série de necessidades (PORTES, 2001). Foram relatadas dificuldades relacionadas a: de se “desapegar” da família; à adaptação a moradia (pensionatos, repúblicas, morar sozinho, etc.); ao meio de transporte; custos financeiros inesperados; problemas de saúde, etc.

Os relatos mostram como as necessidades econômicas “retiram do estudante a concentração necessária para dar resposta aos estudos”. (PORTES, 2001, p. 172), bem como a deixava em uma situação constrangedora perante a família (PORTES, 2001).

Percebe-se a influência da condição econômica no desempenho acadêmico do estudante de camada popular, a preocupação pode atrapalhar na concentração para os estudos e “mobilizador de sentimentos que comumente produzem sofrimento neste

tipo de estudante e ameaçam sua permanência na instituição”. (PORTES, 2001, p. 243).

Todos os entrevistados relataram ter encontrado dificuldades de aprendizagem no primeiro período do curso, quando precisavam da base escolar anterior, principalmente em Matemática, Física, Química e Biologia. Alguns estranharam a forma do professor ensinar, que consideram diferente dos professores dos ensinos fundamental e médio.

Para Portes e Souza (2012), muitos estudantes das camadas populares e egressos de escolas públicas acessam o ensino superior com “vazios de saberes na sua formação básica” (Ibid., p. 8) e isso constitui como uma das diversas dificuldades para permanecer e concluir seus cursos.

- **A assistência estudantil**

Percebe-se nos relatos a importância da assistência estudantil para a permanência de alunos no curso. Alguns teriam que trabalhar para poder arcar com as despesas. Outros disseram que poderiam ter desistido do curso se não tivessem conseguido o benefício. Mas ainda é pequeno o número de auxílios anuais oferecidos na instituição. Como o perfil dos discentes das licenciaturas é de estudantes pobres, é necessário ampliar a assistência, de forma que mais alunos possam ter acesso ao programa e que possa contribuir para que haja menos evasão dos cursos.

- **A participação em programas institucionais de bolsas - PIBID e PIBIC**

Todos os entrevistados, exceto uma, participam ou já participaram do PIBID. Percebe-se nos relatos a importância do programa para a permanência dos bolsistas nos cursos.

Apenas dois alunos são bolsistas do PIBIC, e a contribuição para a permanência no curso, segundo os relatos, é enorme, pois permite um contato maior com a instituição e permite uma dedicação maior ao curso.

Ainda são pouquíssimos os estudantes de licenciaturas do IFNMG – Campus Januária que se envolvem com a pesquisa científica. Do total de alunos das licenciaturas, apenas 12,5% declararam já ter participado de iniciação científica.

A atividade de iniciação científica é um dos mecanismos de permanência dos estudantes em uma instituição de ensino superior. (GOUVÊA, 2009).

- **A rede de apoio: servidores, professores, amigos e colegas do curso.**

Percebe-se que as amizades construídas com colegas de curso ou de outros cursos na instituição contribuem para a permanência do estudante. A união da turma de curso também um fator importante, é um incentivo para prosseguir, querer terminar o curso.

- **A força de vontade, dedicação, persistência, objetividade, o desejo de vencer.**

Na opinião de alguns alunos, ao perceberem as dificuldades, a força de vontade, a dedicação, a persistência, a objetividade, o desejo de vencer e a determinação são qualidades fundamentais para a permanência nos cursos.

As dificuldades que alguns estudantes passaram serviram de incentivo para querer mudar de vida e não continuar na situação que se encontram.

- **A oferta de disciplinas básicas**

Para alunos do curso de Licenciatura em Matemática, a oferta de disciplinas chamadas de Fundamentais nos primeiros períodos do curso ajuda muito ao aluno que chega no curso com lacunas de aprendizagem básica. Mas os alunos ingressantes têm chegado ao curso tão carentes de conhecimentos básicos em matemática que a maioria é reprovado já nessas disciplinas, levando a uma enorme desistência do curso.

- **As aulas práticas em laboratório**

As aulas em laboratório, principalmente nos cursos de licenciatura em Biologia e em Física, foram citadas pelos alunos como atrativas e que despertam a curiosidade

do estudante, contribuindo para a permanência no curso. É importante que o curso de licenciatura em Matemática ofereça mais aulas práticas, de forma que torne a área mais atraente e significativa aos estudantes.

- **O Restaurante do Campus**

O restaurante do campus, comumente chamado de “refeitório”, segundo os relatos, representa uma importante estratégia de permanência de estudantes pobres no IFNMG – Campus Januária. São servidos aos estudantes e servidores da instituição diariamente café da manhã, almoço e jantar, a um custo baixíssimo em comparação a restaurantes da cidade. A refeição custa R\$ 2,00 para os alunos e R\$ 5,00 para visitantes. Segundo informações do setor responsável pelo restaurante, são servidas em média 450 refeições por dia.

Sobre os restaurantes universitários (Ru’s), para Silveira (2012, p. 89)

Os RUs são elementos de bastante importância social no âmbito das IFES, pois sua existência permite que tanto os alunos como os servidores tenham acesso a uma alimentação nutricionalmente balanceada, higiênica, com qualidade e com custo acessível, proporcionando, ainda, um espaço de convivência para a comunidade universitária.

- **A evasão dos colegas de turma**

Poucos colegas das turmas iniciais dos entrevistados permanecem nos cursos de Licenciatura em Física e em Matemática (em média apenas 22,5%). No curso de Licenciatura em Biologia a evasão é menor (em média 77,5% permanecem no curso).

Sobre os motivos que têm levado alunos a desistirem dos cursos, estão relacionados a três fatores: relacionados a características individuais dos estudantes; internos à instituição e externos à instituição (COMISSÃO ESPECIAL, 1996).

Em relação aos fatores relacionados à evasão nos cursos de licenciatura do IFNMG – Campus Januária, os quadros abaixo mostram as opiniões dos entrevistados relacionadas ao estudo da Comissão Especial (1996).

**Quadro 11 - Fatores de evasão individuais dos estudantes.**

Opiniões dos entrevistados	Comissão Especial (1996, p. 117 a 123)
Dificuldades de aprendizagem	Pouco preparo para enfrentar o nível de dificuldade exigido por alguns cursos.
Falta de base para conseguir acompanhar as disciplinas	Decorrentes da formação escolar anterior
Falta de afinidade com o curso	Desencanto com o curso escolhido.
Dificuldade em conciliar estudo e trabalho.	Decorrentes da incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho
Dificuldades financeiras	Decorrentes da situação socioeconômica.
Mudança de curso dentro da própria instituição.	Mudança de curso ou de carreira
Falta de objetivo (não saber o que quer)	Desinformação do aluno quanto à carreira inicialmente escolhida.

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

Em relação aos fatores internos à instituição, os alunos citaram o preconceito de alguns professores em relação aos cursos de licenciatura, mas para a Comissão Especial (1996), “aspectos internos dizem respeito às normas de funcionamento dos cursos e às características de seus currículos, incluindo o regime de curso.” (p. 125).

**Quadro 12 - Fatores de evasão internos à instituição**

Opiniões dos entrevistados	Comissão Especial (1996, p. 117 a 123)
Preconceito de alguns professores em relação à licenciatura.	Decorrentes da cultura institucional de desvalorização da docência na graduação;

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

**Quadro 13 - Fatores de evasão externos à instituição (Continua)**

Opiniões dos entrevistados	Comissão Especial (1996, p. 117 a 123)
----------------------------	--

O curso não é atraente financeiramente.	Relacionados à desvalorização da profissão, por exemplo, o "caso" das Licenciaturas.
Preconceito em relação às licenciaturas.	Relacionados ao reconhecimento social da carreira escolhida;
Falta de base para conseguir acompanhar as disciplinas	Afetos à qualidade da escola de primeiro e no segundo grau.
Dificuldades com transporte, alimentação, moradia, etc.	Vinculados a dificuldades financeiras do estudante.

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo (Continuação).

O Quadro 14 mostra a ocorrência das opiniões dos entrevistados quanto à evasão por curso.

**Quadro 14 - Razões das desistências dos colegas de turma, segundo a opinião dos entrevistados**

Dificuldades	Biologia	Física	Matemática
Dificuldades de aprendizagem	X	X	X
Falta de base para conseguir acompanhar as disciplinas	X	X	X
Falta de afinidade com o curso	X	X	X
Dificuldade em compatibilizar estudo e trabalho.	X	X	X
Dificuldade em conciliar estudo e família.	X		X
Dificuldade em conciliar o curso com outro curso técnico	X		
Muitos mudaram de curso dentro da própria instituição	X	X	
Preconceito em relação à licenciatura.	X	X	X
Dificuldades financeiras.	X		
O curso não é atraente financeiramente		X	
Falta de objetivo (saber o que quer)		X	X
Transporte (muitos vêm de cidades vizinhas, em transporte individual ou coletivo)		X	
Dificuldades em adaptação em morar longe de casa		X	X

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

- **O preconceito em relação às licenciaturas e a falta de atratividade da profissão.**

São muitos os estudantes que entram nos cursos de licenciatura do IFNMG – Campus Januária sem nenhuma perspectiva, apenas para “tentarem a sorte”,

aproveitarem a oportunidade, mas a maioria acaba abandonando os cursos, ocasionando o elevado número de evasão.

Percebe-se a falta de motivação da maioria dos entrevistados quanto à profissão de professor, o que é uma realidade em todo o país e tem se tornado motivo de preocupação (TARTUCE, NUNES E ALMEIDA, 2010). O estágio supervisionado e o PIBID, ao promoverem o contato com a realidade, deixam alguns até temerosos em seguirem a profissão.

Pelos relatos, os próprios professores do ensino médio e os professores das licenciaturas incentivam os alunos a seguirem outro caminho, principalmente o da pós-graduação, menos o da docência na educação básica.

Para alguns estudantes, por ser curso de licenciatura, há certo preconceito; desde o ensino médio seus professores falavam que essa não é uma boa profissão, aconselhavam a não fazer cursos nessa área.

Alguns alunos disseram não pretenderem trabalhar imediatamente na rede pública, mas gostariam de se especializar para poder ter um ganho melhor futuramente.

Os relatos mostram a pouca atratividade em relação aos cursos de licenciatura, o que ocorre em todo o país, devido sua “desvalorização social: baixos salários, precárias condições de trabalho, precário nível de profissionalização, alunos cada vez menos comprometidos, baixo reconhecimento, alto nível de estresse e crescente intensificação das tarefas.” (KUENZER, 2011, p. 6), além da “massificação do ensino, feminização no magistério, políticas de formação, precarização e flexibilização do trabalho docente, violência nas escolas, emergência de outros tipos de trabalho com horários parciais.” (TARTUCE, NUNES E ALMEIDA, 2010, p. 5).

Importante destacar a conclusão da Comissão Especial (1996), em relação às licenciaturas.

Em um país constantemente assolado por crises econômicas, as questões relativas ao mercado de trabalho, às perspectivas de remuneração e à possibilidade de emprego tornam-se fundamentais para o futuro do jovem estudante universitário. Muitas vezes, mesmo se sentindo vocacionado para determinada profissão, o estudante tende a mudar de curso em função das potenciais dificuldades profissionais por ele vislumbradas. No caso das Licenciaturas, essa tendência é flagrante e permanente; já no primeiro semestre de seu curso superior, o estudante percebe que além de mal remunerada, a carreira do magistério, no Brasil só é, lamentavelmente, valorizada no discurso e na propaganda oficiais. Tal constatação é determinante da

alta evasão em todos os cursos de licenciatura analisados. Junta-se a isto o fato de que parcela significativa desses estudantes faz parte da classe economicamente desfavorecida, em termos de renda familiar ou pessoal. (p. 123).

Para reverter o quadro de desvalorização da profissão docente, é preciso integrar a “política de formação” com a “estruturação da carreira docente, a política salarial que assegure a dignidade do professor e a garantia de condições adequadas de trabalho.” (KUENZER, 2011, p. 6).

É importante destacar a opinião de Gatti e Barreto sobre a valorização da carreira docente e da importância da qualificação dos formadores de professores:

Para a valorização da carreira de professor, o primeiro aspecto destacado diz respeito aos cuidados com sua formação na graduação. O prestígio pode começar por aí, donde a colocação enfática da necessidade de se reformular e manter constantemente atualizada a formação inicial básica dos professores, contando com formadores de professores preparados para conseguir que seus alunos (futuros professores) aprendam a ensinar. Ou seja, começar a qualificar melhor os futuros professores na graduação. (GATTI e BARRETO, 2009, p. 252)

- **A questão da moradia**

Percebe-se pelos relatos as dificuldades encontradas por estudantes que são de outras cidades em relação à moradia. Morar em república é uma das alternativas encontradas para diminuir custos, porém nem todos se adaptam a essa situação, pois precisam estudar, mas não encontra o silêncio necessário à concentração.

O IFNMG – Campus Januária tem um projeto para construção de moradia estudantil para estudantes de graduação, mas está aguardando a liberação de verbas para sua execução. Essa medida poderia contribuir para que mais estudantes de baixa renda pudessem ter acesso ao ensino superior e com uma dificuldade menor para a permanência.

### **CAPÍTULO III**

## **SERVIÇO DE APOIO AO ALUNO DAS LICENCIATURAS DO IFNMG – CAMPUS JANUÁRIA – SAAL.**

Face ao estudo realizado sobre a permanência de alunos nos cursos de licenciatura desta instituição, pelo qual pôde-se perceber as dificuldades enfrentadas pelo aluno ingressante nesses cursos, apresenta-se, neste capítulo, a proposta de criação de um Serviço de Apoio ao Aluno das Licenciaturas desta instituição – SAAL.

Os relatos dos discentes pesquisados mostram a necessidade de um melhor acompanhamento de alunos recém-chegados à instituição, principalmente aqueles em desvantagem socioeconômica e cultural. São estudantes que, em grande parte, não tinham a perspectiva de acessar um curso superior, com um histórico de ensino básico precário, com lacunas de aprendizagem básica, o que faz muitos abandonarem os estudos por não conseguirem acompanhar as disciplinas.

Os alunos das licenciaturas desta instituição, conforme perfil levantado por esta pesquisa, são em sua grande maioria, oriundos de famílias com desvantagem socioeconômica, em que mais de 90% têm renda familiar de até três salários mínimos mensais, o que exige da instituição o oferecimento de serviços e formas de contribuir para a permanência desses estudantes nos cursos e a conclusão com qualidade.

A evasão de alunos das instituições de ensino superior é um fenômeno que tem preocupado a sociedade e tem sido objeto de vários estudos nos últimos anos com o intento de entender essa situação. Percebe-se que muitas das causas do problema estão relacionadas a fatores que fogem do controle da instituição, mas isso não a exime da responsabilidade de contribuir para minimizá-lo.

O Ministério da Educação tem se preocupado com a questão da evasão na rede federal de ensino. Recentemente foi instituída a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal, por meio da Portaria Nº 23, de 10/07/2015, com as seguintes finalidades, expostas em seu Artigo 1º:

- I. Orientar as Instituições da Rede Federal na elaboração e aperfeiçoamento dos Planos Estratégicos para a Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal;
- II. Receber, analisar e propor melhorias aos Planos Estratégicos para a Permanência e o Êxito dos Estudantes;

III. Monitorar e acompanhar a execução dos Planos Estratégicos nas Instituições da Rede Federal;

IV. Propor mecanismos de divulgação das ações institucionais e dos seus resultados.

Cada instituição de ensino federal deverá diagnosticar, com dados de seus sistemas de registo, as taxas de evasão/retenção/conclusão de cada curso. De posse desses dados, deverão diagnosticar as principais causas da evasão ou retenção.

Cada instituição federal de ensino, de posse dos dados das taxas de evasão e retenção de alunos e de suas principais causas, criará uma proposta que fomente a permanência e o sucesso de seus estudantes, que serão analisadas consolidadas em um Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes, que será analisada pelo seu Conselho Superior. Esse documento, após aprovado institucionalmente, será enviado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação.

Os números da evasão nos cursos de Licenciatura em Física e em Matemática do IFNMG – Campus Januária são alarmantes. Segundo a pesquisa, das turmas com ingresso em 2012, apenas 22,5% dos alunos do curso de Física, e também 22,5% dos alunos de Matemática permanecem nos cursos. No curso de Ciências Biológicas, 77,5% dos alunos que ingressaram em 2012 permanecem. Dada a predominância de estudantes de baixa renda nos cursos de licenciatura do IFNMG – Campus Januária, a ampliação da Assistência Estudantil (auxílios financeiros e a oferta de moradia gratuita) e de programas de bolsas (PIBID, PIBIC e PIBEX) poderiam contribuir para a permanência de mais alunos nos cursos de licenciatura da instituição e evitar o preocupante número de evasão que ocorre atualmente.

É importante salientar que não está se responsabilizando a instituição pelo abandono de tantos alunos de cursos, mas se propõe aqui auxiliar na explicitação desse fenômeno e propor um serviço que possam contribuir para que a evasão seja diminuída e mais pessoas de camadas populares possam concluir o curso superior.

A principal contribuição é, sem dúvida partilhar com os colegas da Instituição um novo olhar sobre esta problemática e trazer elementos que efetivamente contribuem para a permanência dos alunos na instituição e, por consequência, reduzir a evasão.

O IFNMG – Campus Januária oferece aos alunos e a toda a comunidade uma boa estrutura física e humana, composta por salas de aula confortáveis, recursos tecnológicos, material pedagógico aos professores, laboratórios de Física, de Informática, de Biologia e de Matemática, ampla biblioteca com espaços para estudos e um grande acervo bibliográfico, Professores capacitados, Coordenações de cursos, Secretarias de atendimento aberto em todos os turnos, Supervisores pedagógicos, Departamentos de Ensino, de Pesquisa, de Extensão, amplo Refeitório com alimentação de qualidade e a preços baixos, Médico, Dentista, Psicólogo, um Posto de vendas de produtos fabricados pela instituição, como iogurtes, leite de vaca e de cabra, queijos, hortaliças, carnes, etc.

Além da estrutura, a instituição desenvolve programas importantes para a permanência de alunos, como o PIBID, PIBIC, PIBEX, Monitorias, Intercâmbios e as Coordenações de cursos realizam eventos de recepção de alunos ingressantes, com palestras, apresentação de professores, etc.

O que se propõe aqui não é um novo serviço, haja visto que a instituição se preocupa em oferecer bons serviços aos seus alunos, mas intenta-se institucionalizar uma equipe multidisciplinar de apoio que, de forma integrada, possa acompanhar melhor os estudantes de licenciaturas que acessam a instituição.

Para isso, seria necessário a participação de diversas instâncias institucionais, como: Gestão, Ensino, Pedagógico, Informática, Assistência estudantil, Saúde, Eventos culturais e esportivos, Comunicação, Pesquisa, Extensão e Biblioteca.

O SAAL teria os seguintes objetivos:

- Propiciar aos alunos ingressantes sua permanência e o término do curso de licenciatura com qualidade;
- Contribuir para diminuir o índice de evasão dos cursos de licenciatura.

Para alcançar os objetivos, algumas ações poderiam ser propostas pelo SAAL:

- Sinalizar o campus, de forma que os alunos ingressantes tenham maior facilidade de localização das dependências da instituição, como salas de aula, secretarias, biblioteca, laboratórios, refeitório, etc.
- Dispor no site institucional uma página exclusivamente aos alunos ingressantes, com informações diversas: as instâncias institucionais e seus telefones; calendário escolar; a Biblioteca e as regras de acesso ao acervo; o

Refeitório; a Assistência Estudantil; os Programas de Bolsas Institucionais; os documentos regimentais dos cursos (Regimentos, Projetos de cursos, Regulamentos, etc.);

- Realizar uma semana de encontros de recepção de turmas ingressantes no primeiro mês de aula do ano de ingresso. Realização de gincanas com organização de alunos “veteranos”;
- Realizar encontros periódicos com as turmas ingressantes com orientações sobre o curso e o mercado de trabalho e percepção das dificuldades encontradas por esses alunos na instituição;
- Promover encontros com alunos egressos e que estão no mercado de trabalho para servir de estímulo aos ingressantes;
- Acompanhar o desempenho dos alunos nas disciplinas, com a identificação de alunos com dificuldades de aprendizagem e a proposição de ações pedagógicas (nivelamento, oficinas) para auxiliá-los. Para tanto, cada turma poderia ter um professor tutor, responsável por um olhar cotidiano para a turma e de realizar pequenas intervenções e aconselhamentos;
- Desenvolver projetos voltados a atividades artísticas, culturais e esportivas de forma que o aluno das licenciaturas se sinta melhor inserido no contexto institucional e tenha uma melhor integração com os demais alunos;
- Otimizar os processos de seleção de auxílios estudantis e programas de bolsas, de forma que o aluno ingressante e carente possa ser atendido em menor tempo;

Assim exposto, espera-se contribuir para que estudantes de licenciaturas do IFNMG – Campus Januária, principalmente aqueles em vulnerabilidade social, possam permanecer nos cursos e concluí-los com sucesso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, pioneiro no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, procurou analisar que fatores permitem que alunos de origem socioeconômica e cultural desfavorável permaneçam nos cursos de licenciatura do IFNMG – Campus Januária. Para isso, foram analisadas as trajetórias educacionais de alunos oriundos de famílias socioeconomicamente desfavorecidas e que permanecem com sucesso na instituição.

Muito se preocupou nos últimos anos com o acesso de estudantes de camadas populares ao ensino superior brasileiro, porém a atenção se volta às condições de permanência desses estudantes nas instituições, devido às constantes ameaças que esse grupo sofre e culminam com o fracasso escolar.

As IES públicas têm uma grande responsabilidade com a população em situação de vulnerabilidade social, pois elas é que oferecerão guarida a essas pessoas que não podem pagar pela educação. O que se tem observado em nosso país nas últimas duas décadas é um crescimento exponencial do mercado privado educacional, principalmente em EAD, o que nos leva a preocupar com a qualidade da formação de profissionais, haja visto a intenção sobretudo lucrativa dessas instituições.

A educação básica pública não está preparando seus alunos para a continuidade dos estudos em nível superior. Os estudantes chegam na graduação com lacunas de aprendizagem em todas as áreas, levando-os a desanimar ao não conseguirem acompanhar as disciplinas, mesmo as básicas. Essa situação tem levado, dentre outros fatores, ao elevado número de evasão em cursos de ciências exatas, como Física e Matemática, áreas em que há falta de professores no mercado.

Para se alcançar os objetivos deste trabalho, construiu-se o perfil socioeconômico dos alunos das licenciaturas do IFNMG – Campus Januária; levantou-se a percepção dos alunos quanto às condições de permanência e identificou-se os fatores e programas institucionais facilitadores ou dificultadores da permanência de alunos de licenciaturas na instituição. Propôs-se serviços/mecanismos institucionais que podem contribuir para a permanência de alunos nos cursos de licenciatura desta instituição.

Segundo perfil levantado pela coleta de dados, os alunos das licenciaturas do IFNMG – Campus Januária é maioria jovens, pardos, do sexo feminino (66% mulheres), solteiros, sem filhos, não trabalham, moram com os pais, vão a pé, de

carona ou de bicicleta para a instituição e estudaram exclusivamente em escolas públicas.

A escolaridade e a profissão dos pais dos alunos pesquisados revelam sua origem humilde, de famílias com poucos recursos socioeconômicos e culturais. O acesso ao ensino superior para filhos dessas famílias tem se expandido nos últimos anos, mas em cursos com baixo prestígio social.

As mulheres são predominantes no curso Licenciatura em Biologia e há uma divisão quase igualitária entre o número de homens e mulheres nos cursos de Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática.

Foram realizadas entrevistas com alunos das licenciaturas, selecionados intencionalmente, cursando mais da metade do curso, em situação regular quanto às disciplinas cursadas, sem dependências, oriundos de famílias com renda familiar de até três salários mínimos mensais. As entrevistas foram fundamentais quanto ao objetivo proposto neste trabalho, entender que fatores permitem que alunos de camadas populares permaneçam na instituição.

Primeiramente procurou-se conhecer o perfil dos alunos entrevistados: sete mulheres e dois homens, com idades entre 19 e 29 anos, todos solteiros e sem filhos. Quanto à cor, uma se autodeclarou amarela, três brancos e os demais (cinco) se autodeclararam pardos ou negros. A renda familiar é de até três salários mínimos, apenas uma trabalha, os demais são bolsistas do PIBID, do PIBIC ou de ambos. Três são da cidade de Januária – MG e os demais de outras cidades do Norte de Minas Gerais.

Em relação à escolaridade e profissão dos pais e mães dos entrevistados, apenas seis possuem o ensino médio completo e exercem trabalhos manuais, de pouco prestígio social.

Quanto ao ensino básico dos entrevistados, todos estudaram exclusivamente em escolas públicas, algumas de zonas rurais. As opiniões revelaram a precária situação das escolas públicas brasileiras, com falta de materiais básicos, professores desmotivados, cansados, aulas vagas, sem acesso à informática, ensino noturno precário. Mas há relatos de boas escolas e bons professores entre os pesquisados, alguns até que serviram de inspiração para quererem seguir a mesma profissão.

Os alunos disseram terem sido bons alunos no ensino básico, tiravam notas boas, nunca foram reprovados e faziam todas as atividades propostas. Suas famílias, apesar de socioeconomicamente desfavorecidas, tinham o estudo como algo

prioritário e se preocupavam com o futuro de seus filhos, apesar de não terem um plano para prosseguimento dos estudos. As mães eram as que se dedicavam mais na questão da educação dos filhos, na cobrança de resultados e na realização das tarefas.

As dificuldades socioeconômicas das famílias serviram de incentivo para alguns almejam um futuro melhor, como o caso de uma das entrevistadas, cuja mãe era empregada doméstica em Brasília – DF e lhe mostrava que deveria persistir para conseguir melhor situação futura.

Irmãos, primos e amigos influenciaram alguns dos entrevistados a prosseguirem os estudos, alguns na mesma área de formação. Mas a entrada no ensino superior nem sempre é uma escolha para estudantes de camadas populares. Alguns dos entrevistados gostariam de cursar Medicina e Engenharia Civil, mas os resultados nos vestibulares e no Enem não permitiram que acessassem esses cursos.

Quanto à escolha do curso, além influências de familiares e amigos, a proximidade da família contribuiu muito, pois alguns deles nunca tinham saído de casa para estudar. A saída de casa trouxe outro desafio para alguns: a moradia. Alguns moram em pensionatos, repúblicas, casa de amigos, casa de familiares, mas até se estabelecerem demorou certo tempo, pois não houve adaptação a repúblicas, devido à dificuldade de concentração necessária aos estudos.

Apesar de os cursos escolhidos não estarem entre aqueles de alto prestígio social, as famílias dos pesquisados se sentem orgulhosos, pois alguns deles são os únicos a terem conseguido acessar o ensino superior. O fato de estudarem na rede pública e federal também é motivo de orgulho, dada a representatividade e a estrutura do IFNMG – Campus Januária para a região em que está inserida.

O primeiro período do curso se mostrou crucial para os entrevistados, um período de adaptações à cidade, desconhecida por muitos, morar longe dos pais, moradia, transporte, professores, etc. As necessidades que se apresentaram e que dependiam de recursos financeiros trouxeram certa inquietude e preocupação para muitos deles. As famílias tiveram um papel importante nesse período, que se mobilizaram para mantê-los. Uma mãe chegou a vender galinhas, porcos, televisão usada, etc. para mandar dinheiro para a filha, que também precisou agir e vendeu chocolates para os colegas para conseguir se manter.

O refeitório da instituição foi citado por eles como importante recurso para sua permanência na instituição, devido ao preço acessível da alimentação. O uso de

bicicleta e carona também é muito utilizado pelos estudantes que não podem pagar outro meio de transporte.

A situação da maioria deles melhorou a partir do recebimento da assistência estudantil, porém reclamaram da demora entre a divulgação do Edital e o recebimento do auxílio. Após a contemplação, se sentiram despreocupados, pois disseram que o valor recebido dava para se sustentarem com moradia, transporte, alimentação e materiais de estudo, o que representou um alívio e a possibilidade de poderem se dedicar melhor aos estudos.

O PIBID se revelou um programa, para os entrevistados participantes, fundamental em sua trajetória. Além da bolsa recebida, coloca o estudante de licenciatura em contato com as escolas públicas e lhes permitem avaliar as atuais condições de trabalho e poderem decidir melhor se vão atuar ou não na docência. Nos relatos percebeu-se o desejo da maioria dos alunos em se especializar antes de atuarem na profissão.

A participação no PIBIC ainda é tímida em alunos de licenciaturas. Dos entrevistados, apenas duas são bolsistas deste programa. Percebe-se a influência da pesquisa na continuidade dos estudos dos participantes. Uma das entrevistadas, do curso de Biologia, diz querer seguir prosseguir os estudos como pesquisadora na mesma área de pesquisa atual, a de plantas medicinais.

Quanto aos demais fatores que têm contribuído para a permanência dos estudantes entrevistados, além dos citados, a rede de apoio, composta por colegas de curso, amigos de outros cursos, servidores da instituição, professores e a coordenação de curso se mostraram importantes.

As aulas práticas em laboratórios de Biologia e Física foram relatadas como importantes para despertar o interesse pelo curso. As disciplinas básicas, chamadas Fundamentos de Matemática, oferecidas nos primeiros períodos dos cursos de licenciatura, foram citadas como fundamentais para a continuidade do curso, pois é feita uma revisão dos conteúdos do ensino básico e um preparo para outras disciplinas, como Cálculo I. Mas há alunos com tantas lacunas de aprendizagem do ensino básico que não conseguem acompanhar essas disciplinas e desistem do curso.

Os relatos revelaram que há um preconceito quanto à docência no ensino básico mesmo dentro dos cursos de licenciatura da instituição também nas escolas públicas. Alguns alunos relataram que muitos professores os desestimulam a

trabalharem na educação básica, mas incentivavam a seguirem a carreira de pesquisadores, em cursos de mestrado. Professores da educação básica da rede pública, ao terem contato com bolsistas do PIBID, desencorajam os estudantes a exercerem a profissão, lamentando todo o “sofrimento” de ser professor.

Na opinião dos entrevistados, principalmente dos cursos de Licenciatura em Física e em Matemática, nos quais a evasão de alunos é maior que o de Licenciatura em Biologia, para permanecer no curso é preciso ter perseverança, objetivo, dedicação, força de vontade e desejo de vencer. Para eles, quando o aluno tiver dificuldades de aprendizagem, é importante procurar ajuda dos professores, não pode haver comodismo.

Quanto à evasão dos cursos, principalmente de Licenciaturas em Física e em Matemática, os entrevistados apontaram alguns fatores que julgam ter influenciado, relacionados a aprendizagem, devido às lacunas deixadas no ensino básico; a falta de afinidade com o curso; a dificuldade em conciliar o estudo e trabalho; dificuldades financeiras; alguns mudaram de curso dentro da própria instituição; a falta de objetivos ao iniciar o curso; o preconceito de alguns professores em relação à licenciatura; a falta de atratividade da carreira docente e dificuldades com moradia.

O IFNMG – Campus Januária oferece moradia para estudantes carentes de cursos técnicos integrados ao ensino médio, mas ainda não é disponibilizado para alunos de graduação. Para os entrevistados, a moradia é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos estudantes que veem de outras cidades ou da zona rural e seu oferecimento pela instituição contribuiria para que mais alunos de camadas populares pudessem permanecer nos cursos.

Os alunos das licenciaturas precisam ser melhor acompanhados pela instituição, principalmente os que apresentam dificuldades de aprendizagem. Propõe-se, assim, ao IFNMG – Campus Januária, a criação de um serviço institucional multidisciplinar com o objetivo de que se tenha um olhar mais atento aos alunos desses cursos e evitar que haja tanta evasão.

Não foi objeto deste trabalho identificar as possíveis causas do número menor de evasão no curso Licenciatura em Ciências Biológicas, em contrapartida ao elevado número de alunos que evadem dos cursos de licenciatura em Física e em Matemática, o que pode ser objeto de estudos posteriores.

## BIBLIOGRAFIA

ADACHI, Ana Maria Chaves Teixeira. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2009, 214 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte – MG, 2009.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da Universidade**. Caderno CRH, Salvador, v. 20, n. 49, p. 35-46, jan./abr. 2007

ALONSO, K. M. **A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares**. *Educação & Sociedade*, Campinas: CEDES, v. 31, n. 113, p. 1.319-1.335, dez. 2010.

AMBROSETTI, Neusa Banhara; RIBEIRO, Maria Teresa de Moura; CALIL, Ana Maria Gimenes Correia; TEIXEIRA, Myrian Boal. **Formação de professores: contribuições de um Programa de Iniciação à Docência**. In: III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. 20 a 22 de outubro de 2014, Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, 2014. Disponível em <[http://www.unitau.br/files/arquivos/category\\_154/MCH1414\\_1427389887.pdf](http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MCH1414_1427389887.pdf)> Acesso em 03 abr. 2015.

AMORIM, Mônica Teixeira. **A organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2013. 245 p.

ANDRÉ, Marli. **Políticas e programas de apoio aos professores iniciantes no Brasil**. Cadernos de pesquisa, v.42 n.145, p.112-129, jan./abr. 2012.

ARAÚJO, Wanderson Pereira. **A formação docente para a educação profissional e tecnológica no IFNMG – Campus Januária**. 2014, 197 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, UNB, Brasília – DF, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARROS, Guiliana de Sá Ferreira. **Análise do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e sua relação com a permanência nos cursos de Licenciatura do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais Campus Salinas: limites e perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Educação). UNB, Brasília – DF. 2013, 132 p.

BRASIL. **Constituição (1937)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm)>. Acesso em: 24 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)> Acesso em 02 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº. 4.127**, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1942 (retificação). Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=30374&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 24 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº. 47.038**, de 16 de outubro de 1959. Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1959. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47038-16-outubro-1959-386194-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei Nº 547**, de 18 de abril de 1969. Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0547.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0547.htm)>. Acesso em 09 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 8.731**, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8731.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8731.htm)> Acesso em 05 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de abril de 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2015

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 3.462**, de 17 de maio de 2000. Da nova redação ao art. 8º do Decreto n. 2.406, de 27 de novembro de 1997, que regulamenta a Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3462.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3462.htm)>. Acesso em: 06 mar. 2015

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de julho de 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 5.800**, de 8 de junho de 2006. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm)> Acesso em 05/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abril de 2007. 2007b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 20 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 6.135**, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm)> Acesso em 02 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7.219**, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm)> Acesso em 05 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em 03. Mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 378**, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>>. Acesso em 11 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)> Acesso em 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 6.545**, DE 30 de Junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6545.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6545.htm)>. Acesso em 24 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº. 8.948**, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 de dezembro de 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm)>. Acesso em: 30 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.172**, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm)>. Acesso em 06/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.195**, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5o do art. 3o da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm)>. Acesso em 10 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/Lei Nº 9.394**, de 20/12/1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de dezembro de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 03 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria Nº 432**, de 19 de julho de 1971. Normas para organização curricular do Esquema I e do Esquema II. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de julho de 1971.

\_\_\_\_\_. **Portaria normativa Nº 21**, de 05 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - SisU. Diário Oficial da União. Edição Número 214 de 06/11/2012.

BRIDI, Jamile Cristina Ajub. **Atividade de pesquisa**: contribuições da iniciação científica na formação geral do estudante universitário. Olhar de professor, Ponta Grossa, 13(2): 349-360, 2010. Disponível em <<http://www.uepg.br/olhardeprofessor>> Acesso em 12 set. 2015.

CALDAS, Luiz. **A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da EPT**. In: PACHECO, Eliezer (org.). Os Institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Ed. Moderna, Brasília, DF, 2011.

CAMARGO, Murilo Silva. **A evolução dos indicadores da educação superior brasileira no período 2003 a 2013**: dados e resultados das políticas públicas implementadas. XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil 3, 4 e 5 de dezembro de 2014. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131810/2014-179.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 02 ago. 2015.

CASTIONI, Remi. **O papel dos Institutos Federais na promoção do desenvolvimento local**. In: Institutos Federais: os desafios da institucionalização. SOUZA, Eda Castro Lucas de; CASTIONI, Remi (Orgs.). Brasília – DF: Editora Universidade de Brasília, 2012, 224 p.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. de S. P. **ProUni**: democratização do acesso às instituições de ensino superior? Educar em Revista. Dossiê Política de Educação

Superior no Brasil no contexto da reforma universitária, Curitiba: UFPR, n. 28, p.125-140, jul./dez.2006.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>> Acesso em 05 ago. 2015.

CHRISTOPHE, Micheline. **A legislação sobre a educação tecnológica, no quadro da Educação Profissional brasileira**. In: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. 2005. Disponível em <[http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos\\_e\\_textos/Gestao\\_de\\_cooperativas/educacao%20tecnologica.pdf](http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Gestao_de_cooperativas/educacao%20tecnologica.pdf)>. Acesso em 20 ago. 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Andifes/Abruem/SESu/MEC. **Diplomação, Retenção e Evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Relatório. Brasília, DF, 1996.

COSTA, Cilene Maria de Oliveira. **Sucesso escolar de jovens egressos da escola pública: do ensino médio para o superior**. Dissertação (Mestrado em Educação). PUC - SP, SP, 2013, 97 p.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. – 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAAE – v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007.

DOURADO, Luiz Fernando. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

FILHO, R. L. L. S.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. **A Evasão no Ensino Superior Brasileiro**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, nº132, p.641-659, set/dez, 2007.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília - 2011.

\_\_\_\_\_. **Proposta do FONAPRACE para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior**. 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/cae/files/2009/01/proposta-do-fonaprace-para-um-plano-nacional-de-assistencia-aos-estudantes-de-graduacao-das-instituicoes-publicas-de-ensino-superior.pdf>> Acesso: em 30 set. 2015.

FREITAS, Tiziana Jorda Severi et al. **PIBIC: Abrindo caminhos para a Pós-Graduação.** Disponível em <[http://www.angrad.org.br/\\_resources/files/\\_modules/producao/producao\\_643\\_2012\\_12051834228e9c.pdf](http://www.angrad.org.br/_resources/files/_modules/producao/producao_643_2012_12051834228e9c.pdf)> Acesso em 12 set. 2015.

GATTI, B. A; BARRETTO, E. S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2012.

GIOLO, Jaime. **A educação superior brasileira: a recente expansão privada.** In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis – Brasil, 26 a 27 nov. 2009. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/37018/A%20educa%E7%E3o%20superior%20brasileira%20a%20recente%20expans%E3o%20privada.pdf?sequence=1>>. Acesso em 20/08/2015.

GISI, Maria Lourdes. **A educação superior no brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência.** Revista Diálogo Educacional, vol. 6, núm. 17, jan./abr. 2006, pp. 1-16, PUC - Paraná, Brasil. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116272008>> Acesso em 03 mar. 2015.

GOMES, Daniela Fernandes. **Implementação de licenciaturas para a formação de professores da educação básica nos Institutos Federais De Educação, Ciência e Tecnologia.** 2013, 165 p. Dissertação (Mestrado em Educação). UNB, Brasília – DF, 2013.

GOUVÊA, Adriane Pereira. **Acesso e Permanência nos Cursos de Graduação da UFRJ: O Centro de Filosofia e Ciências Humanas.** 2009, 245 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios.** Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, jul.-set. 2011. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 03 fev. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010 – cidades.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=313520&search=minasgerais|janu%EAria>>. Acesso em: 06 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.** Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=3&op=0&vcodigo=PD321&t=pe-soas-5-anos-mais-idade-nao>> Acesso em: 02 out. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS – IFNMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Montes Claros, MG, 2009. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/documentosinstitucionais>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico Licenciatura em Ciências Biológicas**. 2010. Disponível em <<http://ifnmg.edu.br/cursos-jan/553-licenciatura-em-biologia>>. Acesso em 05 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico Licenciatura em Física**. 2010. Disponível em <<http://ifnmg.edu.br/cursos-jan/721-licenciatura-em-fisica>>. Acesso em 05 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico Licenciatura em Matemática**. 2010. Disponível em <<http://ifnmg.edu.br/cursos-jan/722-licenciatura-em-matematica>>. Acesso em 05 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resultado final da Assistência Estudantil**. Disponível em <<http://ifnmg.edu.br/noticias-jan/noticias-2015/9129-resultado-final-da-assistencia-estudantil-2015>>. Acesso em 03 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Assistência Estudantil**. Disponível em <<http://ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil>>. Acesso em 02 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Edital Nº 01/2015 IFNMG – Campus Januária. **PIBIC**. Disponível em <<http://ifnmg.edu.br/programas-jan/pibic/pibic-2015>> Acesso em 28 set. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: O Instituto, 2014. 39 p. : tab.

\_\_\_\_\_. **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes**. Relatório de Área Enade 2013. Medicina. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/enade/relatorio-sintese-2013>> Acesso em 06 mar. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. **A privatização da educação superior no Brasil**: impasses e desafios das políticas educacionais no estado neoliberal. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009, São Luís. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectiva para as políticas públicas, 2009

LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de. **A formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: um estudo da concepção política. 2012, 282 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, UNB, Brasília – DF, 2012.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo; MARTINS, Tânia Barbosa. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010**. Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 60 jan.- mar. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa Nº 38**, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID. Diário Oficial da União Nº 39, de 13 de dezembro de 2007. Disponível em <[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria\\_Normativa\\_38\\_PIBID.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_Normativa_38_PIBID.pdf)> Acesso em 04 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria normativa Nº 39**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em <[http://www2.unifap.br/dace/files/2015/01/portaria\\_pnaes.pdf](http://www2.unifap.br/dace/files/2015/01/portaria_pnaes.pdf)>. Acesso em 03 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Fundação Joaquim Nabuco. **Linha do tempo**. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>>. Acesso em 12 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria Nº 23**, de 10 de julho de 2015. Institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes da Rede Federal e dá outras providências. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=21971-portaria-n23-2015-setec-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=21971-portaria-n23-2015-setec-pdf&Itemid=30192)> Acesso em 15 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório de geração de pagamento de bolsas 08/2015**. Disponível em <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/192015-Relatorio-de-bolsas-agosto-Versao-final.pdf>>. Acesso em 20 set. 2015.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Educação Superior**. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/12-ensino-superior/indicadores>> Acesso em 07 out. 2015.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. In: PACHECO, Eliezer (org.). Os Institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Ed. Moderna, Brasília, DF, 2011.

PARENTE, Andréa Pinto Graça. **Da Legislação à Prática: Uma análise do Programa Auxílio Permanência, da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília para os estudantes em vulnerabilidade social**. 2013. 119 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UNB, Brasília – DF, 2013.

PEREIRA, S. C. S.; PASSOS, G. de O. **Desigualdade de acesso e permanência na Universidade: trajetórias escolares de estudantes das classes populares**. Linguagem, Educação e Sociedade, v. 12, n. 16, p. 19–32, jun. 2007.

PIOTTO, D. **As exceções e suas regras: estudantes das camadas populares em uma universidade pública**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

PORTES, Écio Antônio. **Trajетórias escolares e vida acadêmica do estudante**

**pobre da UFMG:** um estudo a partir de cinco casos. 2001. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

PORTES, Écio Antônio; SOUZA, Letícia Pereira de. **O nó da questão:** a permanência de jovens dos meios populares no ensino superior público. Texto apresentado no Seminário “10 anos de ações afirmativas: conquistas e desafios. 21 e 22 de novembro de 2012 – UERJ. Realização Flacso do Brasil e GEA – Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil.

SANTOS, Nelma Ferreira. **A formação inicial de professores de física em Centros Federais de Educação Tecnológica:** contribuições e críticas. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2004.

SÉCCA, Rodrigo Ximenes; SOUZA, Rodrigo Mendes Leal. **Análise do setor de ensino superior privado no Brasil.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 30, p. 103-156, set. 2009.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. **ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do Ensino Superior.** Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 205-222, maio/ago. 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Ensino e pesquisa na docência universitária:** caminhos para a integração. 2008, 40 p. Cadernos de Pedagogia Universitária 3, Faculdade de Educação, USP – SP. Disponível em <[http://www.prgp.usp.br/attachments/article/640/Caderno\\_3\\_PAE.pdf](http://www.prgp.usp.br/attachments/article/640/Caderno_3_PAE.pdf)> Acesso em 11 set. 2015.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior:** uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012, 137 p. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, 2012.

SOBRINHO, José Dias. **Democratização, qualidade e crise da educação superior:** faces da exclusão e limites da inclusão. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.- dez. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 03 fev. 2015.

TARTUCE, Gisela Lobo B. P.; NUNES, Marina M. R.; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 140, p. 445-477, mai/ago. 2010.

TEIXEIRA, Cristiane Lourenço. **Programas institucionais de permanência e seus impactos nas trajetórias de estudantes de origem popular – o caso da Universidade Federal Fluminense.** 2009, 118 p. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. - 19 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

VARGAS, Hustana Maria. **Aqui é assim:** Tem curso de rico pra continuar rico e curso de pobre pra continuar pobre. 33ª Reunião da Anped. Disponível em <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT14-6828--Int.pdf>>. Acesso em 10 set. 2015.

VIDOR, Alexandre et al. **Institutos Federais:** antecedentes. In: PACHECO, Eliezer (org.). Os Institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Ed. Moderna, Brasília, 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. **A educação nas constituições brasileiras:** texto e contexto. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 4.ed. Tradução Ana Thorell. São Paulo: Bookman, 2010.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior:** percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, p. 13, mai./ago. 2006.

ZAGO, N; ANJOS, Letícia Merentina dos; ANDRADE, Joelma Marçal de. **Seletividade e acesso ao ensino superior público** – UFSC. Disponível em <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Gestao\\_e\\_politicas\\_educacionais/Trabalho/01\\_04\\_37\\_t992.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Gestao_e_politicas_educacionais/Trabalho/01_04_37_t992.pdf)> Acesso em 05 mar. 2015.

## APÊNDICE

### SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NO IFNMG – CAMPUS JANUÁRIA.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG  
Campus Januária

Memorando nº. 1044 /2014/Diretoria de Pesquisa/IFNMG – Campus Januária.

Januária, 30 de setembro de 2014.

À  
Sua Senhoria a Senhora  
**IVY DANIELA MONTEIRO MATOS**  
DIRETORA DE ENSINO  
IFNMG – CAMPUS JANUÁRIA  
JANUÁRIA – MG

ASSUNTO: Autorização para pesquisa

Senhora Diretora,

Com meus cordiais cumprimentos,

Como aluno do **Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Brasília – UNB**, preciso realizar uma pesquisa empírica na instituição em que trabalho e produzir uma dissertação referente ao assunto pesquisado.

O assunto que pretendo pesquisar refere-se aos cursos de licenciatura deste campus, especificamente quanto às trajetórias de alunos em vulnerabilidade social.

Para realização da pesquisa, preciso ter acesso a dados específicos dos alunos das licenciaturas junto à Coordenação de Registros Acadêmicos (documentos), Colaborador Institucional (Educacenso) e alguns alunos das licenciaturas (entrevistas).

Assim, solicito a autorização de V. S<sup>a</sup> para que possa ter acesso aos dados dos alunos das licenciatura junto à CRA, dados do Educacenso (Colaborador Institucional), e realização de entrevistas com alguns alunos, comprometendo-me a ter os devidos

*Pomier*

Fazenda São Geraldo S/Nº – Estrada Januária, Km 06 – Bom Jardim, Cx. Postal 97 -  
CEP 39480000 – Telefone: (38) 3629.4600 – E-mail: comunicacao.januaria@ifnmg.edu.br



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG  
Campus Januária

cuidados éticos, como não divulgar nomes de alunos no trabalho, não utilizar dados de documentos pessoais, etc.

Ciente de vossa compreensão, desde já agradeço.

Raniery Guilherme José Vicente  
Professor IFNMG Campus Januária  
Matrícula: 1853569

IFNMG - Campus Januária	
PROTOCOLONº	22.93/2014
SIGA Nº	602013/2014-03
Data:	30 / 09 / 14
Horário:	09:06
Y Romp	

Fazenda São Geraldo S/Nº – Estrada Januária, Km 06 – Bom Jardim, Cx. Postal 971  
CEP 39480000 – Telefone: (38) 3629.4600 – E-mail: comunicacao.januaria@ifnmg.edu.br

## AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NO IFNMG – CAMPUS JANUÁRIA



MEMO/DDE/CÂMPUS JANUÁRIA/ Nº 3054 /2014

Em 30 de setembro de 2014

Ao Senhor  
**Raniery Guilherme José Vicente**  
Professor do IFNMG Câmpus Januária  
IFNMG- Januária – MG

Assunto: Autorização para pesquisa

Prezado Senhor,

Com cordiais cumprimentos, esta Direção de Ensino apóia e incentiva a realização da sua pesquisa de mestrado no Câmpus Januária.

Estudar a trajetória de alunos em vulnerabilidade social é imprescindível para que a instituição possa elaborar uma política de permanência mais contextualizada com a sua realidade e a vivência de seus alunos.

Desse modo, as informações encontram-se disponíveis, devendo apenas que o senhor agende com os profissionais responsáveis pelos setores os horários mais apropriados para o repasse.

Conta-se ainda com a descrição devida em relação à identificação das pessoas envolvidas e das informações acessadas.

Atenciosamente,

  
Ivy Daniela Monteiro Matos  
Diretora da Diretoria de Ensino  
IFNMG - Câmpus Januária - Portaria nº 398/12

IFNMG - Campus Januária	
PROTOCOLO Nº	<u>22851/2014</u>
SIGA Nº	<u>502025/2014-03</u>
Data:	<u>30 / 09 / 14</u>
Horário:	<u>14:15</u>
Assinatura:	<u>y/mmp</u>

*Ivy Daniela Monteiro Matos*  
Diretora de Ensino  
Portaria Nº 398, de 17/09/10

**QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS DOS CURSOS DE LICENCIATURAS DO  
IFNMG – CAMPUS JANUÁRIA**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

Esta pesquisa integra o Projeto de Pesquisa “Trajetórias educacionais bem-sucedidas: o reverso da evasão”.

Para que os objetivos sejam alcançados, é valiosa a sua participação. Procure responder a esta pesquisa de forma individual, conscienciosa e independente. A veracidade das suas respostas é fundamental. Em cada questão marque apenas uma resposta, ou seja, aquela que melhor corresponda às suas características pessoais e às condições de ensino e procedimentos vivenciados por você. Os dados serão tratados estatisticamente, de modo a garantir o sigilo absoluto a respeito das informações prestadas.

Grato pela sua contribuição.

Profº Raniery Guilherme José Vicente

IFNMG – Campus Januária

1. Idade:

- Até 17 anos     Entre 18 e 24 anos     Entre 25 e 31 anos  
 Acima de 32 anos

2. Raça/Cor/Etnia:

- Amarela                       Branca                       Indígena                       Preta  
 Parda                       Outra

3. Sexo:

- Masculino                       Feminino

4. Situação conjugal atual:

- Casado(a)                       Vivendo com um(a) companheiro(a)



- Sem instrução, sabe ler e escrever;
- 1ª a 4ª incompleto;                       1ª a 4ª completo;
- 5ª a 8ª incompleto;                       5ª a 8ª completo;
- Ensino médio incompleto;               Ensino médio completo;
- Ensino superior incompleto;           Ensino superior completo;
- Especialização, Mestrado ou Doutorado.

12. Qual a escolaridade de sua mãe? (Ou a pessoa que o (a) criou como mãe):

- Não teve mãe ou pessoa que exerceu tal papel na criação;
- Sem instrução, não alfabetizado;
- Sem instrução, sabe ler e escrever;
- 1ª a 4ª incompleto;                       1ª a 4ª completo;
- 5ª a 8ª incompleto;                       5ª a 8ª completo;
- Ensino médio incompleto;               Ensino médio completo;
- Ensino superior incompleto;           Ensino superior completo;
- Especialização, Mestrado ou Doutorado.

13. Qual a renda mensal do seu grupo familiar? (Soma dos rendimentos brutos referentes a salários, aluguéis, pensões, dividendos, etc.).

- Não tem ou nunca possuiu renda;
- Até meio salário mínimo (R\$ 394,00);
- Até 1 salário mínimo (R\$ 788,00);
- Até 2 salários mínimos (R\$ 1576,00);
- Até 3 salários mínimos (R\$ 2364,00);
- Até 4 salários mínimos (R\$ 3152,00);
- Até 5 salários mínimos (R\$ 3940,00);
- Até 6 salários mínimos (R\$ 4728,00);
- Até 7 salários mínimos (R\$ 5516,00);
- Até 8 salários mínimos (R\$ 6304,00);
- Até 9 salários mínimos (R\$ 7092,00);
- Até 10 salários mínimos (R\$ 7880,00);
- Acima de 10 salários mínimos;

14. Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?

- Somente escola pública;                       Maior parte escola pública;  
 Maior parte escola particular;                       Somente escola particular.

15. Em que curso você está matriculado? \_\_\_\_\_

16. Em que turno você está frequentando a maior parte das disciplinas?

- Matutino                       Vespertino                       Noturno                       Integral

17. Você tem alguma atividade acadêmica remunerada?

- Nenhuma                       Monitoria                       Extensão                       Pesquisa

18. Com que frequência você participa das seguintes atividades extraclasse?

• PIBEX (Programa de Bolsas de Extensão):

- Nunca                       Ocasionalmente                       Periodicamente

• PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica):

- Nunca                       Ocasionalmente                       Periodicamente

• PIBID (Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência):

- Nunca                       Ocasionalmente                       Periodicamente

19. O que você pretende fazer logo após se formar?

- Trabalhar                       Continuar estudando                       Ambos  
 Não sei

20. Se estudar foi sua opção na questão anterior, imagina-se:

- Fazendo outra habilitação dentro do mesmo curso  
 Iniciando outro curso de graduação  
 Fazendo pós-graduação (lato sensu – especialização)  
 Fazendo pós-graduação (stricto sensu – mestrado/doutorado)

21. Se trabalhar foi sua opção na questão 19, imagina-se:

- ( ) Trabalhando exclusivamente na área em que se graduou
- ( ) Trabalhando em qualquer área que tiver oportunidade.

## **ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA ESTUDANTES QUE PERMANECEM NOS CURSOS DE LICENCIATURA**

### **1. Caracterização pessoal e familiar**

- a) Nome;
- b) Sexo;
- c) Idade;
- d) Raça/Cor/Etnia;
- e) Estado civil;
- f) Você tem filhos?
- g) Qual sua ocupação atual?
- h) Qual sua situação atual de moradia?
- i) Quem é o principal responsável pela família?
- j) Você ajuda nas despesas da casa?
- k) Qual a renda média do grupo familiar?
- l) Qual a profissão de seus pais ou de seu (s) responsável (is) legal?
- m) Qual a escolaridade de seus pais e de seus irmãos?

### **2. Caracterização do percurso escolar**

- a) Em que tipo de escola estudou nos ensinos fundamental e médio? Descreva-as.
- b) Como foram os ensinos fundamental e médio que frequentou?  
  
Considera que teve um bom ensino, que lhe proporcionou uma boa base para estudos posteriores?
- c) No ensino médio, principalmente no 3º ano, os professores falavam/estimulavam os alunos sobre vestibular, Enem ou sobre o que fazer após a conclusão do ensino médio?
- d) Seus pais ou responsáveis te incentivavam a estudar?
- e) Sua família tinha planos para depois que você concluísse o ensino médio?
- f) Quais eram seus planos para o futuro? E seus amigos, tinham planos para o futuro? Eram parecidos com os seus? Você tem informações sobre seus amigos daquele período?
- g) Em que momento você decidiu fazer um curso superior?
- h) Qual era a visão de sua família sobre o curso superior?
- i) Você fez algum cursinho pré-vestibular?

- j) Como foram os primeiros momentos na IES? Qual era seu sentimento em relação à IES naquele período?
- k) Fale sobre a relação com os espaços da IES: Coordenação do curso, Diretoria, Biblioteca, etc.
- l) Fale sobre os professores.
- m) Fale sobre a situação econômica dos seus colegas de curso e de classe;
- n) Você viveu situações em que fosse prejudicado nos estudos por falta de recursos financeiros?
- o) Você participa de atividades extracurriculares como congressos, simpósios, etc.?
- p) Você conhece estudantes que abandonaram o curso ou outro?
- q) Saberá dizer quais os motivos que levaram ao abandono?
- r) Você recebe algum auxílio estudantil ou bolsa? Contribui para a sua permanência no curso?
- s) Quais são os fatores que contribuem para sua permanência no curso que frequenta?
- t) Você já sofreu alguma situação de preconceito por causa da sua cor ou condição social?
- u) Você acha que o IFNMG realiza algum tipo de trabalho para que os alunos vindos das camadas mais pobres permaneçam na instituição? Se sim, qual?